

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	9
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	10
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	11
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	12
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	13
1.10 Informações de sociedade de economia mista	15
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	16
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	17
1.13 Acordos de acionistas	18
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	19
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	20
1.16 Outras informações relevantes	22
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	23
2.2 Resultados operacional e financeiro	39
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	41
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	42
2.5 Medições não contábeis	43
2.6 Eventos subsequentes as DFs	44
2.7 Destinação de resultados	45
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	48
2.10 Planos de negócios	49
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	50
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	51
3.2 Acompanhamento das projeções	52

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	53
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	68
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	69
4.4 Processos não sigilosos relevantes	72
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	74
4.6 Processos sigilosos relevantes	75
4.7 Outras contingências relevantes	76
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	77
5.2 Descrição dos controles internos	79
5.3 Programa de integridade	80
5.4 Alterações significativas	82
5.5 Outras informações relevantes	83
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	84
6.3 Distribuição de capital	148
6.4 Participação em sociedades	149
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	151
6.6 Outras informações relevantes	155
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	156
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	158
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	159
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	160
7.4 Composição dos comitês	173
7.5 Relações familiares	174
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	179
7.7 Acordos/seguros de administradores	184
7.8 Outras informações relevantes	185
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	186

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	189
8.3 Remuneração variável	193
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	195
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	196
8.6 Outorga de opções de compra de ações	197
8.7 Opções em aberto	198
8.8 Opções exercidas e ações entregues	199
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	200
8.10 Outorga de ações	201
8.11 Ações entregues	202
8.12 Precificação das ações/opções	203
8.13 Participações detidas por órgão	204
8.14 Planos de previdência	205
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	206
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	207
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	208
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	209
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	210
8.20 Outras informações relevantes	212
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	213
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	215
9.4 Outras informações relevantes	216
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	217
10.1 Descrição dos recursos humanos	219
10.2 Alterações relevantes	220
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	221
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	222
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	223
10.5 Outras informações relevantes	224
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	225
11.2 Transações com partes relacionadas	226
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	227
11.3 Outras informações relevantes	228
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	229
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	230
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	231
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	234
12.5 Mercados de negociação no Brasil	235
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	236
12.7 Títulos emitidos no exterior	237
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	238
12.9 Outras informações relevantes	239
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	240
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	241
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	242

1.1 Histórico do emissor

A Companhia foi constituída em 25 de outubro de 1966 e que o registro na CVM foi em 20 de julho de 1977. Com mais de 68 anos de atuação, a Construtora Adolpho Lindenberg entregou cerca de 500 empreendimentos em todo território nacional.

O *status* de verdadeira grife do mercado imobiliário do qual a marca hoje desfruta tem origem em uma rara e obstinada combinação de apuro estético, boas soluções arquitetônicas, excelência no processo construtivo, inovação e um relacionamento próximo e duradouro com seus clientes. A qualidade e durabilidade de seus empreendimentos e a reputação de sua marca, única, desejada e respeitada, também transformaram os produtos Lindenberg em um excelente investimento.

Em 2004 a Companhia passou a atuar em estreita parceria com a Lindencorp, incorporadora que empresta aos seus empreendimentos de alto padrão os valores da grife Lindenberg. Frente à realidade cada vez mais competitiva do mercado imobiliário nacional, a soma de diferenciais como solidez, lastro, capacidade de inovação, qualidade e um reconhecido padrão de excelência fazem desse encontro uma oportunidade de diferenciação genuína.

Em abril de 2008, esta já muito bem sucedida parceria é finalmente formalizada com a aquisição do controle acionário da construtora por parte da LDI, holding controladora da Lindencorp, entre outras empresas.

Desde a aquisição acima mencionada, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A começou um processo de reestruturação da companhia, para redução dos prejuízos acumulados e a busca por resultados positivos. Parte importante desta reestruturação foi o aumento de capital da companhia proposto em 20 de setembro de 2010 em Assembleia Geral Extraordinária, e homologado em 01 de agosto de 2011 pelo Conselho de Administração.

Essa operação aumentou em R\$ 30.000 milhões o capital social da companhia mediante a emissão de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

A Companhia persistiu no processo de ajustes das suas contas para reversão do patrimônio líquido negativo, sendo outra etapa importante a redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2012. Nesta oportunidade os acionistas votaram a proposta de redução no valor de R\$ 37.852.195,79 (trinta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos) passando o capital social de R\$ 38.968.552,79 (trinta e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos) para R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais). O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia datado de 31 de dezembro de 2011. Todos esses esforços resultaram na reversão do patrimônio líquido negativo da Companhia no terceiro trimestre de 2013.

Devido aos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2013, a Companhia realizou a destinação de parte deste para aumento do Capital Social passando de R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais) para R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.899.538,50 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil e quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 30 de abril de 2014.

Em decorrência dos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2014, a Companhia realizou novamente a destinação de parte do resultado para aumento do Capital Social passando de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.980.952,42 (um milhão, novecentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 31 de março de 2015.

1.1 Histórico do emissor

O resultado do exercício social de 2015 foi positivo, tendo a Companhia distribuído dividendos no valor total de R\$3.464.244,64 (três milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) e aumentado o capital social em R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sem a emissão de novas ações, totalizando R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 22 de março de 2016.

O resultado do exercício social de 2016 foi positivo, embora tenha representado uma queda expressiva se comparado com o último exercício. A Companhia distribuiu dividendos no valor total de R\$998.972,00 (novecentos e noventa e oito mil e novecentos e setenta e dois reais) conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária realizado em 22 de março de 2017.

O resultado do exercício social de 2017 foi positivo. A Companhia distribuiu dividendos no valor total de R\$1.093.392,12 (um milhão, noventa e três mil, trezentos e noventa e dois e reais e doze centavos) aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizado em 23 de abril de 2018.

O resultado exercício social de 2018, embora menor, permitiu a distribuição de dividendos no valor total de R\$693.332,40 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois e reais e quarenta centavos) distribuídos para os titulares de ações preferenciais como dividendo mínimo, nos termos do Artigo 5º, §3º, alínea (a) do Estatuto Social da Companhia.

Em abril de 2019, a então acionista controladora da Companhia LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. transferiu a totalidade da sua participação para a Lindenberg Investimentos Ltda., que passou a deter 116.996 ações ordinárias e 202.862 ações preferenciais, representativas de 85,96% do capital social da Companhia. O controle indireto não mudou pois permanece com os Srs. Adolpho Lindenberg Filho e Flávio Haddad Buazar. No exercício de 2019, a Companhia apurou um prejuízo no montante de R\$24.666.417,82 que foi destinado à absorção de prejuízos acumulados em Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2020, em conformidade com o artigo 187 da Lei das S.A.

Em 2020, a Companhia lançou 4 empreendimentos, gerando um total de vendas líquidas de R\$199,3 milhões, sendo R\$68,8 milhões na participação da Construtora Adolpho Lindenberg. A Companhia encerrou o exercício social de 2020 com o resultado positivo de R\$1.944.983,65, refletindo a retomada dos lançamentos e início de obras, que foi absorvido pelo prejuízo acumulado. Portanto, a Companhia não distribuiu lucros e dividendos. As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram afetadas diretamente pelo cenário econômico e da pandemia do Covid-19. Por outro lado, a Companhia tomou medidas preventivas para geração de maior liquidez no caixa para superar um cenário econômico futuro mais incerto e desafiador.

Em linha com o planejamento estratégico da Companhia para o ano de 2021, a Construtora Adolpho Lindenberg lançou 2 empreendimentos, gerando um total de vendas líquidas de R\$402,3 milhões, sendo R\$145,0 milhões na participação da Companhia. A Construtora Adolpho Lindenberg encerrou o exercício social de 2021 com o resultado positivo de R\$ 7.466.878,93, que confirmam o planejamento definido em 2019 e que, apesar das dificuldades enfrentadas tanto pelo cenário político-econômico como pelas questões sanitárias relativas à pandemia, reforçam a capacidade de execução e adaptação da Companhia. A Construtora Adolpho Lindenberg distribuiu dividendos no valor total de R\$1.607.508,22 (um milhão, seiscentos e sete mil, quinhentos e oito reais e vinte e dois centavos) conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 04 de abril de 2022.

Primeiramente importante ressaltar a consolidação de importantes movimentos estratégicos realizados ao longo de 2022 e que reforçaram o compromisso da Companhia em buscar a excelência, transparência e melhoria na governança, o crescimento sustentável e a geração de valor futuro para todos nossos acionistas, principalmente; (i) a homologação do aumento de capital no valor de R\$ 9,2 milhões realizado em julho e que melhora de forma significativa a estrutura de capital da companhia, permitindo a redução da alavancagem e os novos investimentos previstos; (ii) início efetivo da operação da EZCAL (JV entre Lindenberg e EZtec) que prevê investimento de R\$ 130 milhões nos primeiros 24 meses, e que já conta com o desenvolvimento inicial de 2 projetos com VGV potencial de R\$ 420 milhões e com expectativa de

1.1 Histórico do emissor

lançamento nos próximos 12 meses e; (iii) instalação do Conselho Fiscal na Assembleia Geral Extraordinária realizada no início de outubro de 2022, tendo sido reinstalado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 24/04/2023

Ainda no ano de 2022, a Companhia realizou o lançamento do projeto Lindenberg Guarará no 4T22, com VGV potencial de R\$ 142,5 milhões e participação CAL de 100%. A Construtora Adolpho Lindenberg encerrou o exercício social de 2022 com o resultado positivo de R\$ 6.999.962,16, que confirmam o planejamento definido em 2019, apesar da manutenção do cenário político e econômico bastante turbulento, repleto de incertezas e dificuldades, tanto internamente no Brasil como no mundo. A Companhia aprovou a distribuição de dividendos no valor total de R\$1.662.491,01 (um milhão, seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e um centavo) em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 24 de abril de 2023, para pagamento até o final de junho/2023.

Em 2023, a Construtora Adolpho Lindenberg atingiu o volume total de lançamento de R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 280,8 milhões na participação da CAL com média de 25,5% de participação, composto por 4 empreendimentos e total de 414 unidades. Também tivemos um ótimo resultado de vendas líquidas totalizando R\$ 560,6 milhões, crescimento de 200,4% quando comparado com o ano de 2022 e na participação da CAL totalizou R\$ 208,0 milhões (37,1% das vendas totais), crescimento expressivo de 115,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A Construtora Adolpho Lindenberg encerrou o exercício social de 2023 com o resultado positivo de R\$ 9.678.737,98, que confirmam o planejamento estratégico definido em 2019, e que a Companhia aprovou a distribuição de dividendos no valor total de R\$2.298.700,27 (dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, setecentos reais e vinte e sete centavos) em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 15 de abril de 2024, para pagamento em 23 de maio de 2024.

Em 2024, a Construtora Adolpho Lindenberg atingiu o volume total de lançamento de R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 194,0 milhões na participação da CAL com média de 15,7% de participação, composto por 4 empreendimentos e total de 598 unidades. Também tivemos um ótimo resultado de vendas líquidas totalizando R\$ 950,2 milhões, crescimento de 69,5% quando comparado com o ano de 2023 e na participação da CAL totalizou R\$ 190,6 milhões (20,1% das vendas totais), redução de 8,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A Construtora Adolpho Lindenberg encerrou o exercício social de 2024 com o resultado positivo de R\$ 7.950.445,62, que confirmam o planejamento estratégico definido em 2019, e que a Companhia aprovou a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 1.888.230,83 (Um milhão, oitocentos e oitenta e oito mil, duzentos e trinta reais e oitenta e três centavos) em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 24 de abril de 2025, para pagamento até 30 de junho de 2025.

Em 2025, a Construtora Adolpho Lindenberg atingiu o volume total de lançamento de R\$ 908 milhões, sendo R\$ 438,1 milhões na participação da CAL com média de 48,2% de participação, composto por 2 empreendimentos e total de 100 unidades. Também tivemos um ótimo resultado de vendas líquidas totalizando R\$ 912,5 milhões, redução de 4,0% quando comparado com o ano de 2024 e na participação da CAL totalizou R\$ 337,5 milhões (37,0% das vendas totais), crescimento de 77,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A Construtora Adolpho Lindenberg encerrou o exercício social de 2025 com o resultado positivo de R\$ 26.597.085,52, que confirmam o planejamento estratégico definido em 2019, e que a Companhia aprovou a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 6.316.807,81 (seis milhões, trezentos e dezesseis mil, oitocentos e sete reais e oitenta e um centavos) em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 17 de abril de 2026, e pagamento realizado em 15 de maio de 2026.

A Lindenberg concluiu mais uma importante etapa na história: a entrada da EZTEC Empreendimentos e Participações Ltda ("EZTEC") no quadro societário da Companhia como co-controladora, juntamente com a anterior controladora, a Lindenberg Investimentos Ltda. O aumento de capital no valor de R\$ 129,8 milhões realizado pela EZTEC através do exercício de bônus de subscrição e formalizado na Assembleia Geral Extraordinária da Lindenberg de 31 de janeiro de 2025 é um passo importantíssimo que transforma de maneira significativa a estrutura de capital da Lindenberg, reduzindo sua alavancagem e aumentando sua capacidade de realizar novos investimentos. O estreitamento desse relacionamento de parceria entre as Companhias ajuda a Lindenberg a superar desafios e instabilidades comuns ao setor de incorporação

1.1 Histórico do emissor

imobiliária no Brasil e continuar a desenvolver projetos residenciais de alto padrão que superem a expectativa de nossos clientes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Objeto Social

O objeto social da Companhia e suas controladas, conforme definido em nosso Estatuto Social, é (i) venda e compra de imóveis; (ii) locação; (iii) desmembramento ou loteamento de terrenos; (iv) incorporação imobiliária; (v) construção de imóveis destinados a venda; (iv) adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista.

Atividade do emissor e suas controladas

O escopo de atuação da Companhia compreende a prestação de serviço por empreitada ou administração, gerenciamento da obra e execução e acompanhamento dos serviços relativos à assistência técnica. E através do desenvolvimento e incorporação imobiliária, realiza vendas de unidades residenciais de alto e médio padrão.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Produtos e serviços comercializados

As receitas da Companhia advêm da prestação de serviços de construção e gestão de construção civil e venda de unidades autônomas de médio e alto padrão.

a) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Operacional Líquida (Em milhares de Reais - R\$)	2025	% Rec. Líq.	2024	% Rec. Líq.	2023	% Rec. Líq.
Receita de prestação de serviços	18.121	5%	24.012	32%	32.750	34%
Receita da venda de unidades imobiliárias	355.855	97%	55.020	73%	72.720	76%
Impostos incidentes sobre a receita	(8.362)	-2%	(3.883)	-5%	(9.758)	-10%
Total Receita Operacional Líquida	365.614	100%	75.149	100%	95.712	100%

As deduções sobre a receita bruta incluem o total dos impostos incidentes sobre as receitas de serviços e venda de imóveis. Por este motivo, a composição do percentual das receitas da Companhia por segmento econômico em relação à receita líquida apresenta valor superior a cem por cento, quando somadas.

b) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Com a consolidação da empresa EZCAL Participações Ltda. na totalidade de suas cotas e consequentemente de todas suas SPEs investidas, a Companhia passa a possuir apenas um segmento operacional relevante definido como incorporação imobiliária, não tendo mais a divisão de gestão e controle apartado do segmento de prestação de serviços. A partir de então, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócios, com um único segmento operacional definido como incorporação imobiliária. Dessa forma a Companhia está organizada e efetuamos o monitoramento de suas atividades, a avaliação de desempenho e a tomada de decisão para alocação de recursos ao nível do empreendimento imobiliário, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores: Não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda; e as operações trabalham para mais do que um empreendimento. Todas as receitas são geradas no Brasil e não há concentração de receitas de transações com um único cliente que possa atingir a 10% ou mais da receita da Companhia.

	2025	2024	2023
Resultado Operacional por Segmento	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Receita operacional bruta	373.976	79.032	105.470
(-) Deduções	(8.362)	(3.883)	(9.758)
Receita líquida	365.614	75.149	95.712
Custos	(266.312)	(55.021)	(62.938)
Despesas operacionais	(55.316)	(26.373)	(28.865)
Equivalência patrimonial	12.438	24.882	13.492
Resultado financeiro	(1.937)	(9.189)	(5.003)
Imposto de renda e contribuição social	(8.615)	(1.498)	(2.719)
Resultado líquido	45.872	7.950	9.678
Ativo total consolidado	806.908	243.669	218.306
Passivo total consolidado	523.390	206.573	187.276
Patrimônio líquido	283.518	37.096	31.030

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a) Características do processo de produção

Atuando no setor de construção desde 1967, a Construtora Adolpho Lindenberg possui mais de 500 empreendimentos construídos, a Companhia não possui equipamentos próprios de construção pesada, apenas dispondo de uma força de trabalho adequada para a construção. Com uma equipe própria de profissionais a Construtora Adolpho Lindenberg atua gerenciando a construção dos empreendimentos, enquanto subempreiteiras executam a obra. Substancialmente todas as obras são executadas por administração com custo alvo. O mercado de subempreiteiras é altamente fragmentado, com a entrada constante de novos participantes. Outrossim, a Companhia mantém um cadastro geral de fornecedores previamente homologados pela área de qualidade e suprimentos. A escolha destas subempreiteiras ocorre com base em uma combinação de qualificações, reputação, confiabilidade técnica e preço. Cada subempreiteira deve ainda assegurar à Companhia de que cumpre com a legislação trabalhista e previdenciária antes de receber o pagamento.

A equipe própria da Companhia que efetua gestão e fiscalização da obra permanece em tempo integral na obra, seguindo as medidas do Governo Federal, Estadual e Prefeituras, além das recomendações da Secretaria do Trabalho, Ministério da Economia, Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde, formada por engenheiros, mestres, técnicos de edificação, técnicos de segurança e encarregados especializados por tipo de serviço e/ou etapa construtiva, além de pessoal administrativo. Dessa forma, garante-se o controle total do andamento físico e financeiro da obra, qualidade dos serviços (inclusive executados por subempreiteiros), cumprimento das normas de segurança, a entrega das unidades vendidas no prazo e administração dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados. Salienta-se ainda que todos os serviços executados por subempreiteiros seguem os projetos desenvolvidos pela construtora e os padrões determinados pela área de qualidade.

A Companhia conta com know-how e capacitação significativos e distintos na produção de edifícios residenciais. Nas principais fases das obras, como o levantamento da estrutura de concreto, emprega-se técnicas de construção padronizadas destinadas a racionalizar a produção, maximizar a produtividade e controle de qualidade, minimizar o desperdício de materiais e o tempo ocioso de trabalhadores. A Construtora Adolpho Lindenberg dá grande importância ao controle de qualidade e, para tanto, além dos controles internos, utiliza-se de empresas terceirizadas para auditar os procedimentos de execução das obras, qualidade dos produtos e serviços.

A Construtora Adolpho Lindenberg utiliza processos de construção padronizados, fazendo uso dos mais modernos recursos disponíveis no mercado. A equipe de engenharia é altamente qualificada e, além da experiência técnica, tem habilidade para gerenciar as condições sociais, econômicas e ambientais de cada região em que atua. Os edifícios são construídos segundo rigorosos padrões de segurança e qualidade e as unidades são equipadas com acessórios e materiais modernos, de alta qualidade e de fabricantes de renome. As áreas comuns geralmente incluem jardins, além de áreas de lazer, tais como piscinas, inclusive aquecidas, quadras de esportes, áreas de fitness, salões de recreação e playgrounds.

b) Características do processo de distribuição

A Companhia possui uma equipe própria de prospecção e desenvolvimento que avalia as necessidades de crescimento e busca novos negócios através de parcerias com incorporadores e processos de licitações.

c) Características dos mercados de atuação

i. Participação em cada um dos mercados

A Companhia tem como foco o desenvolvimento de empreendimentos residenciais na Capital e Região Metropolitana de São Paulo e interior do Estado de São Paulo.

ii. Condições de competição nos mercados

Os principais fatores competitivos no ramo de incorporações imobiliárias incluem disponibilidade e localização de terrenos, preços, financiamento, projetos, qualidade, reputação e parcerias com

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

incorporadores.

d) Eventual sazonalidade

Embora o mercado imobiliário em geral costume desacelerar durante alguns meses do ano (janeiro, fevereiro e julho de cada ano) em função de férias, que acabam influenciando em decisões de investimento, as atividades da Companhia não são afetadas de forma relevante pela sazonalidade.

Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor. Não é prática da Companhia celebrar acordos de exclusividade com fornecedores, sendo que para cada empreendimento é contratado o fornecedor mais adequado, com base nos preços, qualidade e condições de entrega dos produtos.

Além disso, o departamento de Suprimentos da Companhia realiza um trabalho de programação da aquisição de insumos, de forma a evitar atrasos nas obras por falta de material, além de permitir ganhos de volume com a negociação simultânea de insumos de obras diferentes. Não são mantidos estoques de materiais de construção.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência em relação a qualquer fornecedor uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores previamente cadastrados e homologados.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Ao indexar os recebíveis dos clientes de obras não concluídas ao INCC, a Companhia se protege de eventuais volatilidades nos preços dos insumos.

1.5 Principais clientes

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Atualmente, em todas as praças em que atuamos, temos de 345 clientes ativos, considerando os contratos ativos de clientes que compraram nossas unidades e que estão dentro do prazo de 5 anos de garantia após o habite-se, divididos entre nossas atividades de incorporação e de serviços de construção. Os clientes de incorporação são todos aqueles que adquirem unidades dos nossos empreendimentos incorporados.

Os clientes de serviços de construção são as empresas, das quais são incorporadoras que não constroem seus próprios projetos. Nossa base de clientes é pulverizada, de forma que nenhum dos nossos clientes, individualmente, concentra participação relevante da nossa receita operacional líquida, nos segmentos de incorporação residencial ou serviços de construção conforme quadro abaixo.

Receita Operacional Bruta (Em milhares de Reais - R\$)	2025	% Rec. Líq.	2024	% Rec. Líq.	2023	% Rec. Líq.
Receita de prestação de serviços	18.121	5%	24.012	30%	32.749	32%
Receita da venda de unidades imobiliárias	355.855	95%	55.020	70%	68.934	68%
Total Receita Operacional Bruta por cliente	373.976	100%	79.032	100%	101.683	100%

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Estas receitas advêm da venda de unidades autônomas, da prestação de serviços de construção e mão de obra e do gerenciamento das obras, vide item acima.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- a) **Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Por se tratar de uma Companhia com seu principal foco na atividade de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção assim como venda de imóveis, a regulação estatal se dá através do órgão de fiscalização CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil) e CRECI (Conselho Regional de Corretores de Imóveis), sendo as demais aprovações de responsabilidade dos proprietários e do incorporador.

- b) **Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relativos à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

- c) **Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia tem o registro junto ao INPI da marca “Construtora Adolpho Lindenberg S/A” na classe de construção de imóveis, serviços de projetos arquitetônicos e de engenharia e construção civil. Entendemos que a marca tem um valor agregado muito importante e que resulta na obtenção de novos negócios e oportunidades.

- d) **contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros**

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos
- ii. em favor de partidos políticos
- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede e sua participação na receita líquida total do emissor
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A Companhia informa que não existem receitas provenientes de outros países que não seja o Brasil.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

As informações não são divulgadas ao mercado em relatório anual, porém a empresa estabelece objetivos possui processos estruturados para a captação, análise e divulgação dos indicadores em seus canais de comunicação corporativa.

- b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A empresa emprega a base indicada no padrão GRI.

- c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Os processos, e por consequência parte dos indicadores relacionados ao ASG, são auditados no contexto das auditorias do sistema de gestão integrado (SGI), realizado pela Fundação Vanzolini.

- d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável.

- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A identificação das partes interessadas, levantamento de seus requisitos e a identificação dos riscos e impactos relacionados tem como base uma matriz de materialidade. A partir desse processo foram definidos os objetivos e indicadores materiais.

- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor.

Apesar de não divulgar ao mercado, a definição dos objetivos e metas leva em consideração os ODS's identificados na matriz de materialidade. São eles:

- 3 – Saúde de Qualidade;
- 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- 8 – Empregos dignos e Crescimento Econômico;
- 17 – Parceria pelas metas;
- 10 – Redução das Desigualdades;
- 5 – Igualdade de Gênero;
- 9 – Inovação e infraestrutura;
- 15 – Vida sobre a terra;
- 13 – Combate as mudanças climáticas;
- 12 – Consumo responsável;
- 7 – Energias Renováveis.

- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

Não.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A empresa realiza os inventários de emissões de GEE nos escopos 1, 2 e 3 através da calculadora CECarbon. Os dados são compartilhados no contexto setorial – Sinduscon SP – contribuindo para a composição dos indicadores do Setor.

- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- i. a não divulgação de informações ASG

- ii. a não adoção de matriz de materialidade

- iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

- iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

- v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

- vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

1.10 Informações de sociedade de economia mista

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

A Companhia aprovou na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 15/04/2024, o aumento de capital no valor de R\$13.153.049,92, sem a emissão de novas ações, mediante capitalização de reserva de lucros. Assim o capital social passou de R\$13.153.049,92 (treze milhões, cento e cinquenta e três mil, quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), para R\$26.306.099,84 (vinte e seis milhões, trezentos e seis mil, noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), com a consequente alteração do artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia:

“Artigo 5º - O capital social é de R\$26.306.099,84 (vinte e seis milhões, trezentos e seis mil, noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos) dividido em 3.720.971 (três milhões, setecentas e vinte mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, de 18/12/2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência do exercício de Bônus de Subscrição por acionista da Companhia, no montante total de R\$3.692,92 com consequente emissão de 94 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em função do referido aumento, o capital social da Companhia passou de R\$26.306.099,84 (vinte e seis milhões, trezentos e seis mil, noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), para R\$26.309.782,76 (vinte e seis milhões, trezentos e nove mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), com a consequente alteração do artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia:

“Artigo 5º - O capital social é de R\$26.309.782,76 (vinte e seis milhões, trezentos e nove mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos) dividido em 3.721.065 (três milhões, setecentas e vinte e uma mil, sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 31 de janeiro de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$129.794, mediante a emissão de 3.267.735 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de R\$39,72 cada uma, de forma a dar cumprimento ao exercício de 3.267.735 Bônus de Subscrição detidos pela EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A. Em função do referido aumento, o capital social da Companhia passou de R\$26.309.782,76 (vinte e seis milhões, trezentos e nove mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), para R\$ 156.104.216,97 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos), com a consequente alteração do artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia:

“Artigo 5º - O capital social é de R\$ 156.104.216,97 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos) dividido em 6.988.800 (seis milhões, novecentos e oitenta e oito mil e oitocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Acordo de Acionistas celebrado em 16 de outubro de 2024

a) Partes

- I. LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.
- II. JOSÉ OSWALDO MORALES JÚNIOR
- III. HELENICE HONÓRIO MORALES
- IV. MARCOS RIBEIRO SIMON
- V. CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. (Interveniente Anuente)

Acordo de Acionistas celebrado em 17 de dezembro de 2024

a) Partes

- I. EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (“EZ TEC”)
- II. LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA. (“LI”)
- III. CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
- IV. MHBU CONSULTORIA REPRESENTAÇÕES LTDA.
- V. BCME PARTICIPAÇÕES NEGÓCIOS LTDA.
- VI. SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ
- VII. MARCELO HADDAD BUAZAR
- VIII. ADOLPHO LINDENBERG FILHO
- IX. MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA

Para mais informações, vide a íntegra dos Acordos, disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.lindenberg.com.br/>), bem como no site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

A Companhia informa os contatos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas em 2026 até a presente data desse formulário e nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Período social encerrado em 31 de maio de 2026

Conforme informado em Comunicado ao Mercado de 29 de setembro de 2025, foi celebrado em 5 de fevereiro de 2026 Escritura de Compra e Venda entre a Castelgrande Incorporadora Ltda., na qualidade de vendedora (“Castelgrande”), e a Coinvestidores Participações XVI Ltda., na qualidade de compradora (“Coinvestidores XVI”), com a interveniência e anuência da Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., que é controlada pela Companhia (“Lindenberg Incorporadora”) e da Coinvestidores Participações X Ltda. (“Coinvestidores”) (“Escritura”). A Escritura prevê a transferência de determinados imóveis detidos pela Castelgrande à Coinvestidores XVI pelo valor de R\$236.946. Ato seguinte a Lindenberg Incorporadora, tornou-se titular de 10% (dez por cento) do capital social da Coinvestidores XVI, passando a controlá-la, sendo que o restante da participação é detido por veículos de investimentos da Kinea.

A Castelgrande tem como sócios determinados indivíduos que são administradores e membros do bloco de controle da EZTEC Empreendimentos e Participações S/A, atual co-controladora da Companhia. A Lindenberg Incorporadora é controlada pela Companhia. A Coinvestidores, por sua vez, não possui qualquer vínculo social com a Companhia ou com a Castelgrande.

Período social encerrado em 31 de dezembro de 2025

A Companhia aprovou na Assembleia Extraordinária de 31/01/2025, o aumento de capital no valor de R\$ 129.794.434,20 (cento e vinte e nove milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos), mediante a emissão de 3.267.735 (três milhões, duzentos e sessenta e sete mil, setecentas e trinta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 39,72 (trinta e nove reais e setenta e dois centavos) cada uma, de forma a dar cumprimento ao exercício de 3.267.735 Bônus de Subscrição detidos pela EZ TEC Empreendimentos e Participações S. A. (“EZTEC”), mediante a contribuição das 111.697.439 quotas de emissão da EZCAL, subsidiária da Companhia, detidas pela EZTEC, pelo seu valor patrimonial contábil em Laudo de Avaliação, qual seja R\$ 112.885.210,90 (cento e doze milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e dez reais e noventa centavos) e a capitalização de parte do crédito detido pela EZTEC em face da Companhia, devidamente contabilizado no balanço, no valor remanescente para a integração total das ações ordinárias. Assim o capital social passou de R\$ 26.309.782,76 (vinte e seis milhões, trezentos e nove mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), para R\$ 156.104.216,96 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos), com a consequente alteração do artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia:

“Artigo 5º - O capital social é de R\$ R\$ 156.104.216,96 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos) dividido em 6.988.800 (seis milhões, novecentas e oitenta e oito mil, oitocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

A Companhia aprovou na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 15/04/2024, o aumento de capital no valor de R\$13.153.049,92, sem a emissão de novas ações, mediante capitalização de reserva de lucros. Assim o capital social passou de R\$13.153.049,92 (treze milhões, cento e cinquenta e três mil, quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), para R\$26.306.099,84 (vinte e seis milhões, trezentos e seis mil, noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), com a consequente alteração do artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia:

“Artigo 5º - O capital social é de R\$26.306.099,84 (vinte e seis milhões, trezentos e seis mil, noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos) dividido em 3.720.971 (três milhões, setecentas e vinte mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, de 18/12/2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência do exercício de Bônus de Subscrição por acionista da Companhia, no montante total de R\$3.692,92 com consequente emissão de 94 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em função do referido aumento, o capital social da Companhia passou de R\$26.306.099,84 (vinte e seis milhões, trezentos e seis mil, noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), para R\$26.309.782,76 (vinte e seis

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

milhões, trezentos e nove mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), com a consequente alteração do artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia:

“Artigo 5º - O capital social é de R\$26.309.782,76 (vinte e seis milhões, trezentos e nove mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos) dividido em 3.721.065 (três milhões, setecentas e vinte e uma mil, sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

A Companhia informa que não existem contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas em 2023.

1.16 Outras informações relevantes

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comentários dos Diretores

A Administração da Construtora Adolpho Lindenberg (“CAL” ou “Lindenberg”) tem o prazer de anunciar os resultados operacionais e financeiros relativos ao 4º trimestre de 2025 e ao ano de 2025, o melhor trimestre da história recente da Companhia. Tivemos volume recorde de vendas, receita e lucro líquido também em patamares históricos e que reforçam o novo momento vivido pela Lindenberg após as alterações de sua estrutura de capital, inclusive com a melhora significativa da estrutura da dívida corporativa da Companhia após a 1ª emissão pública do CRI da Lindenberg realizada com sucesso em outubro de 2025.

Apesar da manutenção do cenário político e econômico repleto de instabilidade e volatilidade, expectativas difusas e dificuldades, tanto internamente no Brasil como no mundo, conseguimos melhorar os nossos resultados operacionais e financeiros nesse período, sendo novamente um trimestre de recorde de vendas totais da Companhia e recuperando patamares mais saudáveis de resultados financeiros e de rentabilidade.

A Lindenberg lançou no 4T25, o empreendimento Lindenberg Moema, torre única, localizado na capital de São Paulo, segmento residencial com 61 unidades tipo de alto padrão de 293m² e 373m², gerando um VGV total de R\$671,8 milhões, empreendimento em que a Lindenberg possui 30% de participação, sucesso total de vendas e alcançando 70% de vendas no encerramento do 4T25, tendo superado a cláusula suspensiva de reconhecimento de receita e que anteciparemos o início de suas obras em 3 meses ante o anteriormente previsto. Em todo ano de 2025, a Companhia lançou o volume de R\$908,3 milhões, sendo R\$438,1 milhões na participação da CAL com média de 48,2% de participação, composto por 2 empreendimentos e total de 100 unidades tipo e que reforça o compromisso da Companhia de colocar no mercado produtos com boa aceitação e diferenciais Lindenberg. De forma geral, permanecemos otimistas para o cenário do mercado imobiliário de alto padrão em São Paulo nos próximos trimestres, mas também cautelosos e atentos aos sinais econômicos e políticos externos, de forma que é preponderante destacar que os próximos lançamentos continuarão a depender principalmente da demanda do mercado e de cada produto especificamente, assim como das condições do cenário econômico no país.

As vendas líquidas totais somaram volume recorde de R\$473,1 milhões no 4T25, aumento de 111,3% quando comparado com o 4T24 e crescimento de 278,6% em relação ao 3T25. A participação da CAL totalizou R\$166,1 milhões no 4T25 (35,1% das vendas totais) crescimento de 204,5% quando comparado com o 4T24 e aumento de 113,4% em relação ao 3T25 e mais que o dobro do maior volume já atingido anteriormente (R\$ 77,8 milhões no 3T25). Das vendas líquidas totais realizadas no 4T25, tivemos R\$8,1 milhões de unidades entregues (1,7%), R\$34,6 milhões de unidades em construção (7,3%) e R\$ 430,4 milhões foram de unidades de lançamentos (91,0%). Em 2025, as vendas líquidas totais somaram R\$ 912,5 milhões, redução de 4,0% quando comparado com o ano de 2024 e na participação da CAL totalizou R\$337,5 milhões (37,0% das vendas totais) aumento de 77,1% quando comparado com o mesmo período de 2024. Das vendas líquidas totais realizadas nos 12M25, R\$45,8 milhões são de unidades entregues (5,0%), R\$ 265,7 milhões são de unidades em construção (29,1%) e R\$ 601,0 milhões são de unidades de lançamentos (65,9%). Vale informar que no 4T25, os distratos totalizaram apenas R\$5,0 milhões, 4 unidades e a parte CAL de R\$1,7 milhão. Nos 12M25, os distratos totalizaram R\$ 63,7 milhões, 32 unidades e a parte CAL de R\$25,4 milhões, ou seja, 7,0% do volume de vendas brutas totais, patamar bastante saudável e que reflete a boa qualidade das vendas da Companhia.

Nesse sentido a velocidade de vendas totais (VSO) atingiu 34,8% no encerramento do 4T25, aumento de 19,7 pp. quando comparado com o 4T24. Na participação da CAL, a velocidade de vendas totais (VSO) totalizou 30,8% no encerramento do 4T25, aumento de 15,4 pp. em relação ao 4T24. Nos 12M25, a velocidade de vendas totais (VSO) atingiu 47,2%, aumento de 4,0 pp. em relação ao mesmo período de 2024, e na participação CAL, a velocidade de vendas totais (VSO) atingiu 45,0% nos 12M25, aumento de 3,8 pp. quando comparado com os 12M24. A Lindenberg adota o metro quadrado (m²) como medida de estudo do índice VSO (Vendas Sobre Oferta), índice que reflete a liquidez dos produtos desenvolvidos, com objetivo de eliminar o efeito da variação do preço de venda no tempo, que ocasionam distorções entre o estoque inicial e as vendas contratadas.

O estoque de unidades imobiliárias a valor de mercado referente às incorporações realizadas pela Lindenberg totalizou R\$1,5 bilhão no encerramento do 4T25, aumento de 10,6% em relação ao 3T25 devido ao lançamento do projeto Lindenberg Moema, sendo que desse total, R\$543,2 milhões são referentes à parte CAL com participação média de 37,3% do total do volume do estoque. O estoque por fase na participação da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lindenberg no encerramento do 4T25, atingiu R\$80,1 milhões (14,8%) do valor das unidades em estoque estão entregues, R\$ 272,2 milhões (51,0%) do valor das unidades em estoque estão em obra e R\$190,8 milhões (35,1%) do valor das unidades em estoque são lançamentos. Iremos continuar a monitorar de perto esse indicador, principalmente no que se refere ao volume total do estoque pronto, de forma a manter um patamar adequado, inclusive considerando os 3 projetos que serão entregues em 2026, que atualmente se encontram muito bem comercializados com mais de 80% de seu volume total vendido, mas que representam um total de R\$112,5 milhões de estoque na participação Lindenberg.

O estoque de terrenos referente à futuras incorporações a serem realizadas pela Lindenberg atingiu um VGV total potencial de R\$313,7 milhões no encerramento do 4T25, com 1 projetos/fase em desenvolvimento. A parte CAL corresponde a R\$ 94,1 milhões, com participação média de 30,0% do total. Manteremos a nossa busca pela excelência da qualidade em produtos singulares e localizações diferenciadas, com o cumprimento dos prazos e dos custos dos empreendimentos, que são alguns dos principais atributos pelos quais a Lindenberg é amplamente reconhecida no mercado.

O volume de obras da Lindenberg se manteve em 95,7 mil m² em construção no encerramento do 4T25, compostos por 4 obras residenciais, todas localizadas na capital de São Paulo e com 700 unidades de médio-alto e alto padrão em construção. Vale informar que no 2T25, realizamos a entrega do empreendimento Lindenberg Guarará, torre única, residencial com 23 unidades e com 6,6 mil m² de área total e que no 3T25, iniciamos a obra do empreendimento Lindenberg Reserva Paraíso, composto de 1 torre, segmento residencial, com 107 unidades e com 19,3 mil m² de área total.

Relativo às informações financeiras podemos observar com clareza em todos os indicadores o novo patamar atingido pela Lindenberg após o aumento de capital aprovado em AGE de 31 de janeiro de 2025 e realizado pela Eztec, patamar esse que eleva a Companhia a uma nova condição financeira, com resultados recordes e estrutura de capital adequado para continuar crescendo de forma constante e sustentável.

A receita líquida totalizou valor recorde de R\$212,2 milhões no encerramento do 4T25, crescimento de 491,2% em relação ao 4T24 e aumento de 361,1% em relação ao 3T25. Nos 12M25, a receita líquida também atingiu valor recorde de R\$ 365,6 milhões, aumento de 386,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Já o resultado bruto atingiu R\$54,2 milhões para uma margem bruta de 25,5% ao final do 4T25, aumento de 505,1% e 0,6 pp. acima em relação ao 4T24. Nos 12M25, o resultado bruto atingiu R\$ 99,3 milhões, para uma margem bruta de 27,2%, aumento de 393,4% e 0,4 pp. acima quando comparado com os 12M24. O EBITDA atingiu o valor de R\$41,2 milhões, para uma margem EBITDA de 19,4% ao final do 4T25, aumento de 260,3% e 12,4 pp. abaixo em relação ao 4T24. Nos 12M25, o EBITDA totalizou R\$56,4 milhões, para uma margem EBITDA de 15,4%, aumento de 202,8% e 9,4 pp. abaixo quando comparado com os 12M24. O resultado líquido totalizou R\$14,8 milhões, para uma margem líquida de 7,0% ao final do 4T25, aumento de 58,3% e 19,0 pp. abaixo em relação ao 4T24. Nos 12M25, o resultado líquido atingiu R\$26,6 milhões, para uma margem líquida de 7,3%, crescimento de 234,6% e 3,3 pp. abaixo quando comparado com os 12M24. Importante informar que desde o primeiro trimestre de 2025, começamos a destacar os resultados líquidos atribuídos aos minoritários, participação societária dos projetos que consolidamos em nossas demonstrações financeiras e que possuem participações menores que 50%, contribuindo de forma significativa para uma redução da margem líquida. O ROE dos últimos 12 meses totalizou 15,9% no encerramento do 4T25.

O índice de alavancagem corporativa (dívida líquida/patrimônio líquido) atingiu 0,8x e a dívida bruta corporativa totalizou R\$221,0 milhões no encerramento do 4T25, aumento de 61,0% quando comparada com o 3T25 e a dívida líquida total atingiu R\$144,0 milhões ao final do 4T25, redução de 6,7% em relação ao 3T25. Esses indicadores já refletem de forma muito clara o novo momento da Lindenberg e sua nova estrutura de capital após o aumento de capital realizado em 31 de janeiro de 2025 e a emissão do CRI realizada em outubro de 2025. Esse volume de dívidas atual deve-se principalmente pela obtenção de financiamento, cujos recursos foram integralmente destinados ao custeio de despesas vinculadas aos projetos em execução e de financiamento para investimentos em novos projetos ainda em desenvolvimento. Vale lembrar a liquidação de uma operação estruturada "CRI" no valor de R\$200.000 milhões em outubro de 2025, cujo principal objetivo foi otimizar a estrutura de capital do endividamento da Companhia, alongando o prazo de vencimentos de 2,1 anos para 4,6 anos e reduzindo os custos financeiros em aproximadamente 2,4% ao ano, operação esta que reforça o novo momento encontrado pela Lindenberg e que dá tranquilidade para sustentar o crescimento futuro da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Acreditamos que continuaremos a atuar através de parcerias nos empreendimentos em desenvolvimento e nos próximos a serem desenvolvidos, eventualmente com participação minoritária nos projetos. Nesse formato, uma importante fonte de receita e consequentemente de resultado para a Companhia são as receitas de taxas por prestação de serviços de administração da incorporação e de obra, onde temos acompanhado um importante volume desde a retomada dos lançamentos e início das obras desde 2020. Os patamares de rentabilidade reportados são resultados de uma operação que reflete a atual situação da Companhia e dos esforços da Administração para manter a rentabilidade e o andamento dos projetos, nos custos e nos prazos contratados, com a racionalização das despesas comerciais e administrativas, de forma a obter o máximo de valor para nossos clientes e acionistas.

Sobre operação futura, a Lindenberg continua focada no objetivo de buscar uma estrutura de capital adequada e com menor risco, preparada para enfrentar um cenário futuro ao mesmo tempo bastante promissor e desafiador. Manteremos uma postura cautelosa no decorrer dos próximos trimestres, buscando equilibrar a colocação de novos produtos no mercado, priorizando aqueles com maior liquidez, de modo a preservar um nível de vendas e de rentabilidade adequados.

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que depositam em nossa empresa, bem como aos nossos colaboradores e fornecedores pela dedicação e comprometimento com a nossa geração de valor para a sociedade.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os patamares de rentabilidade reportados são reflexos de uma operação que reflete a atual situação da Companhia e dos esforços da Administração para manter a rentabilidade e o andamento dos projetos, nos custos e nos prazos contratados, com a racionalização das despesas comerciais e administrativas, de forma a obter o máximo valor para nossos clientes e acionistas.

A margem bruta, indicador que consiste em medir a rentabilidade das vendas da Companhia, atingiu 27,2% em 2025 frente a um resultado de 26,8% em 2024 e 34,2% em 2023. Tal patamar de margem bruta é considerado adequado e pode variar para cima ou para baixo a depender de uma série de fatores tais como, (i) o preço de venda fechado na negociação com o cliente; (ii) economias de obras; (iii) impacto dos distratos como proporção da receita reconhecida; entre outros.

Vale informar que mesmo num período de pressão inflacionária nos insumos relacionados as commodities como aço, ferro, alumínio e PVC, todas sensíveis ao dólar, impactando diretamente nos custos de construção, a Companhia vem mantendo a margem bruta em patamares saudáveis, ou seja, estamos conseguindo pontualmente repassar a inflação com acréscimo nos preços de vendas, principalmente por atuarmos no segmento de alta renda na cidade de São Paulo. Outro ponto relevante a se destacar é que no nosso segmento de atuação o custo total de construção na composição global dos custos é menor que nos segmentos de média e baixa renda, devido aos elevados valores de custo de terreno por sua costumeira localização premium.

A equivalência patrimonial, rubrica que representa o resultado das empresas que não são consolidadas nas demais linhas das demonstrações financeiras, atingiu R\$ 12,4 milhões em 2025 versus R\$ 24,9 milhões em 2024 e R\$ 13,5 milhões em 2023.

O índice de alavancagem corporativa (dívida líquida/patrimônio líquido) atingiu 0,3x no encerramento de 2025 versus 3,3x em 2024 e 33,3x em 2023. Esses indicadores já refletem de forma muito clara o novo momento da Lindenberg e sua nova estrutura de capital após o aumento de capital realizado em 31 de janeiro de 2025 e a emissão do CRI realizada em outubro de 2025. Esse volume de dívidas atual deve-se principalmente pela obtenção de financiamento, cujos recursos foram integralmente destinados ao custeio de despesas vinculadas aos projetos em execução e de financiamento para investimentos em novos projetos ainda em desenvolvimento. Ao final do exercício social de 2025, a Companhia atingiu R\$ 159,0 milhões em caixa e equivalentes de caixa versus R\$ 6,9 milhões no encerramento de 2024 e R\$ 7,4 milhões ao final de 2023, posição que evidencia a boa liquidez da Companhia diminuindo os riscos do negócio para fazer frente aos desafios atuais do cenário econômico.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No ano de 2025, o volume de obras da Construtora Adolpho Lindenberg totalizou 95,7 mil m² em construção, compostos por 4 obras residenciais, todas localizadas na capital de São Paulo e com 700 unidades de médio-alto e alto padrão em construção. Vale informar que no 2T25, realizamos a entrega do empreendimento Lindenberg Guarará, torre única, residencial com 23 unidades e com 6,6 mil m² de área total e que no 3T25, iniciamos a obra do empreendimento Lindenberg Reserva Paraíso, composto de 1 torre, segmento residencial, com 107 unidades e com 19,3 mil m² de área total.

No ano de 2024, o volume de obras da Construtora Adolpho Lindenberg totalizou 83,1 mil m² em construção, compostos por 4 obras residenciais, todas localizadas na capital de São Paulo e com 467 unidades de médio-alto e alto padrão. A Construtora Adolpho Lindenberg iniciou as obras (i) em março, o empreendimento Lindenberg Alto de Pinheiros, composto de 1 torre, segmento residencial, com 41 unidades e com 13,3 mil m² de área total e; (ii) em setembro, a obra do empreendimento Lindenberg Vista Brooklin e Brooklin Studios by Lindenberg, composto de 2 torres, segmento residencial/misto, com 275 unidades e com 35,1 mil m² de área total. Vale informar que no mesmo período de 2024, foram entregues (i) em abril, o empreendimento Lindenberg Groenlândia 77, duas torres residenciais, com 29 unidades e com 14,3 mil m² de área total; (ii) em junho, o empreendimento Praça Lindenberg fase Clodomiro, torre única residencial, com 58 unidades e com 18,9 mil m² de área total e; (iii) em agosto, o empreendimento Praça Lindenberg fase Macurapé, torre única residencial, com 118 unidades e com 27,5 mil m² de área total.

No ano de 2023, o volume de obras da Construtora Adolpho Lindenberg totalizou 95,4 mil m² em construção, compostos por 5 obras residenciais, todas localizadas na capital de São Paulo e com 513 unidades de médio-alto e alto padrão. Em setembro de 2023, a CAL iniciou a obra do empreendimento Jota by Lindenberg, composto de 2 torres, segmento misto, com 285 unidades e com 28,1 mil m² de área total. Nos doze meses de 2023, foram entregues (i) em janeiro, o empreendimento Lindenberg Vila Mariana, torre única residencial, com 32 unidades e com 11,6 mil m² de área total; (ii) em março, o empreendimento Lindenberg Reserva Itaim, torre única residencial, com 46 unidades e com 11,7 mil m² de área total e; (iii) em junho, o empreendimento Park Lane, segmento misto, com 142 unidades no total e 22,0 mil m² de área total.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 era composta da seguinte forma:

Estrutura de Capital da Companhia (Em milhares de Reais - R\$)	2025	2024	2023
Capital de terceiros	303.022	70.077	44.403
Capital próprio	184.775	37.096	31.031
Total da Estrutura de Capital	487.797	107.173	75.434

- 1) Capital de Terceiros corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos da Companhia circulantes e não circulantes.
- 2) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Administração da Companhia acredita que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas; e (iv) receitas de comercialização. Dessa forma acreditamos que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em caixa de R\$ 159,0 milhões mais a carteira de recebível de R\$ 158,4 milhões eram suficientes para garantir a capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em caixa de R\$ 6,9 milhões mais a carteira de recebível de R\$ 43,9 milhões eram suficientes para garantir a capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em caixa de R\$ 7,4 milhões mais a carteira de recebível de R\$ 22,0 milhões eram suficientes para garantir a capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

O EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$41,2 milhões para uma margem EBITDA de 19,4% versus R\$ 18,6 milhões, para uma margem EBITDA de 24,8% em 2024 e R\$ 17,4 milhões, para uma margem EBITDA de 18% em 2023.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

Nosso passivo era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados

Composição do Passivo (Em milhares de Reais - R\$)	2025	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	303.022	70.077	44.403
Débitos com partes relacionadas	0	77.569	64.417
Contas a pagar a fornecedores	48.641	3.286	2.713
Obrigações trabalhistas e tributárias	21.058	6.213	4.466
Instrumentos financeiros derivativos	5	105	0
Obrigações por aquisição de terreno	1.727	817	861
Adiantamento de clientes	109.406	8.031	19.733
Arrendamentos a pagar	2.590	155	323
Débito com parceiros em empreendimentos	19.148	21.293	31.450
Provisão para garantia de obras	5.963	5.119	4.765
Provisão para contingências	837	1.258	11.601
Provisão para perda com investimentos	94	94	85
Dividendos a pagar	6.360	1.930	2.336
Outras contas a pagar	4.539	10.626	122
Total Composição do Passivo	523.390	206.573	187.276

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode vir a depender, embora de forma reduzida, de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O nível de endividamento líquido da Construtora Adolpho Lindenberg totalizou 0,8 vezes o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025, versus 3,8 vezes o patrimônio líquido no encerramento de 2024 e 3,3 vezes o patrimônio líquido no encerramento de 2023.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025, o seguinte perfil de endividamento:

Cronograma de Vencimento (Em milhares de Reais - R\$)	Ano (R\$)	Empréstimo Corporativa	Financiamento SFH	Saldo Devedor (R\$)	Saldo Devedor (%)
12 meses	2026 E	13.575	9.513	23.089	7,6%
13 a 24 meses	2027 E	6.694	69.064	75.758	25,0%
25 a 36 meses	2028 E	0	0	0	0,0%
37 a 48 meses	2029 E	128.283	2.624	130.907	43,2%
48 meses em diante	2030 E +	72.480	787	73.268	24,2%
Total de Empréstimos e Financiamentos		221.033	81.989	303.021	100,0%
Circulante		13.380	21.951	35.331	11,7%
Não Circulante		197.734	84.924	282.658	93,3%

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2025 o detalhamento do endividamento:

Empréstimos e Financiamentos (Em milhares de Reais - R\$)	Credor	Emissão	Custo Médio	Vencimento	Saldo Devedor
Empréstimos (Corporativo)					221.033
CRI	Itaú/XP	out-25	98% * CDI	set-29	128.283
CRI	Itaú/XP	out-25	99,5% * CDI	set-31	72.480
Nota Comercial	ABC	jun-25	CDI + 3,0%	dez-26	10.061
Nota Comercial	ABC	set-25	CDI + 3,0%	mar-27	10.041
CCB	Safra	jul-24	CDI + 3,66%	jan-26	167
Financiamentos (SFH)					81.989
Financiamento a Construção	ABC	fev-24	CDI + 2,60%	jul-26	9.513
Financiamento a Construção	Bradesco	nov-23	oup. + TR + 2,49%	ago-27	55.757
Financiamento a Construção	Bradesco	jan-24	oup. + TR + 2,49%	dez-27	13.307
Financiamento a Construção	Itaú	nov-24	oup. + TR + 2,40%	fev-30	3.411
Total Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	303.021

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas neste Formulário de Referência para os últimos três exercícios sociais.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025. Nosso empréstimo é garantido por: (i) Garantia hipotecária; e/ou (ii) Alienação Fiduciária; e/ou (iii) Cotas de sociedades subsidiárias da Companhia; e/ou (iv) Aval dos acionistas controladores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A operação do CRI VERT possui cláusula restritiva “covenant” e a Companhia com base em suas demonstrações financeiras ou informações trimestrais consolidadas auditadas ou revisadas, conforme o caso, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base das respectivas demonstrações financeiras ou informações trimestrais, sendo a primeira apuração referente ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2025, teve a verificação do “covenant” financeiro previsto na cláusula 7.1.2 dos termos de emissão de notas comerciais (conforme definido no termo de securitização), sem que isso caracterize um evento de vencimento antecipado. Para as demais operações de CCBs, Notas Comerciais e SFH não há cláusulas restritivas. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia está adimplente com as cláusulas restritivas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía uma operação do CRI OPEA com cláusula restritiva “covenant” e que no mês de referência foi dispensada da verificação do “covenant” financeiro previsto na cláusula 6.4 dos termos de emissão de notas comerciais (conforme definido no termo de securitização), sem que isso caracterize um evento de vencimento antecipado das notas comerciais, conforme o “waiver” obtido junto ao credor. Para as demais operações de CRIs e SFH não há cláusulas restritivas. O “covenant” financeiro será apurado de acordo com os seguintes critérios: DFL (Dívida Financeira Líquida) / PL <= Resultados, onde DFL = Endividamento Financeiro Bruto – Caixa e é medido semestralmente.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os recursos dos financiamentos já contratados são destinados para investimentos em empreendimentos imobiliários da Companhia:

Proprietário	CNPJ	Uso dos Recursos	Destinação (R\$)	Percentual do valor estimado de recursos utilizado
Caldas Novas Incorporadora Ltda.	32.574.350/0001-58	Reembolso das despesas.	131.279.629	0,3%
Gregório Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	44.225.153/0001-02	Reembolso das despesas.	75.282.000	74,1%
Nova Prata Incorporadora Ltda.	32.761.063/0001-57	Reembolso das despesas.	119.800.000	0,2%
Austin Incorporadora Ltda.	37.769.477/0001-46	Reembolso das despesas.	204.000.000	9,7%
Ezcal I Incorporação SPE Ltda.	47.351.544/0001-61	Reembolso das despesas.	44.422.000	30,0%
Bari Incorporação Ltda.	32.233.054/0001-93	Reembolso das despesas.	23.000.000	41,4%
Lindenberg São Paulo Incorporação Ltda.	06.138.869/0001-83	Reembolso das despesas.	3.000.000	5,6%
Ezcal Mario Amaral Incorporação SPE Ltda.	47.491.431/0001-61	Reembolso das despesas.	92.700.000	3,7%
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	61.022.042/0001-18	Reembolso das despesas.	10.000.000	100,0%
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	61.022.042/0001-18	Reembolso das despesas.	10.000.000	100,0%
Austin Incorporadora Ltda.	37.769.477/0001-46	Reembolso das despesas.	5.000.000	0,0%
Nova Prata Incorporadora Ltda.	32.761.063/0001-57	Reembolso das despesas.	10.000.000	0,0%
Ezcal Mario Amaral Incorporação SPE Ltda.	47.491.431/0001-61	Reembolso das despesas.	15.000.000	0,0%
LSP Vista Alto de Pinheiros SPE Ltda.	51.143.544/0001-43	Reembolso das despesas.	20.000.000	10,3%
Ilha Bela Incorporadora Ltda.	29.112.509/0001-08	Reembolso das despesas.	15.000.000	4,0%
Ezcal Inhambu Incorporação SPE Ltda.	51.137.813/0001-69	Reembolso das despesas.	30.000.000	34,7%
Coinvestidores Participações XVI Ltda.	62.759.286/0001-40	Reembolso das despesas.	40.000.000	0,0%
Ezcal I Incorporação SPE Ltda.	47.351.544/0001-61	Reembolso das despesas.	5.000.000	0,0%
Gregório Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	44.225.153/0001-02	Reembolso das despesas.	5.000.000	0,0%
Caldas Novas Incorporadora Ltda.	32.574.350/0001-58	Reembolso das despesas.	5.000.000	0,0%
Extra (Projeto)	N/A	Reembolso das despesas.	30.000.000	0,0%
Gregório II (Projeto)	N/A	Reembolso das despesas.	20.000.000	0,0%
Total			913.483.629	100,0%

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanco Patrimonial referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024

Balancos Patrimoniais Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2025	2024	Var. %
Ativo	806.908	243.669	231,1%
Circulante	547.683	72.483	655,6%
Caixa e equivalentes de caixa	159.049	6.868	2215,8%
Contas a receber de clientes	158.407	42.830	269,9%
Imóveis a comercializar	225.524	18.811	1098,9%
Impostos a recuperar	1.457	1.970	-26,0%
Partes relacionadas	2.968	1.180	151,5%
Demais ativos	278	824	-66,3%
Não Circulante	259.225	171.186	51,4%
Contas a receber de clientes	75.581	1.118	6660,4%
Depósitos judiciais	730	254	187,4%
Imóveis a comercializar	166	200	-17,0%
Partes relacionadas	0	0	0,0%
Impostos a recuperar	502	698	-28,1%
Demais ativos	2.936	3.121	-5,9%
Investimentos	174.655	164.871	5,9%
Imobilizado	759	450	68,7%
Intangível	3.896	474	721,9%
Passivo e Patrimônio Líquido	806.908	243.669	231,1%
Circulante	145.066	54.428	166,5%
Empréstimos e financiamentos	23.089	27.602	-16,4%
Fornecedores	48.641	3.286	1380,2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	18.686	6.150	203,8%
Obrigações tributárias parceladas	0	0	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	5	105	-95,3%
Obrigações com aquisição de terreno	1.727	817	111,4%
Adiantamento de clientes	40.996	2.868	1329,4%
Dividendos a pagar	6.360	1.930	229,5%
Provisão para garantia de obras	3.017	0	0,0%
Débitos com partes relacionadas	0	1.342	-100,0%
Demais passivos	1.789	10.173	-82,4%
Arrendamentos a pagar	756	155	387,7%
Não Circulante	378.324	152.145	148,7%
Empréstimos e financiamentos	279.933	42.475	559,1%
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.372	63	3665,1%
Obrigações tributárias parceladas	0	0	0,0%
Obrigações com aquisição de terreno	0	0	0,0%
Débito com parceiros em empreendimentos	19.148	21.293	-10,1%
Adiantamento de clientes	68.410	5.163	1225,0%
Provisão para garantia de obras	2.946	3.777	-22,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	837	1.258	-33,5%
Provisão para perda com investimentos	94	94	0,0%
	0	0	0,0%
Débitos com partes relacionadas	0	77.569	-100,0%
Arrendamentos a pagar	1.834	0	0,0%
Demais passivos	2.750	453	507,1%
Patrimônio Líquido	283.518	37.096	664,3%
Patrimônio dos Acionistas Controladores	184.775	37.096	398,1%
Capital social	156.104	26.310	493,3%
Reserva legal	2.900	1.570	84,7%
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.395)	0	0,0%
Reserva de lucro	28.166	9.216	205,6%
Patrimônio dos Acionistas não controladores	98.743	0	0,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$806,9 milhões em 31 de dezembro de 2025, crescimento de 231,1% em relação a 31 de dezembro de 2024, que totalizou R\$243,7 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo forte crescimento da rubrica de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e imóveis a comercializar, devido ao novo patamar da estrutura de capital da Companhia após aumento de capital realizado em 31 de janeiro de 2025.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$523,4 milhões em 31 de dezembro de 2025, uma variação positiva de 153,4% em relação a 31 de dezembro de 2024, que totalizou R\$206,6 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente pelo forte crescimento da rubrica de fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações trabalhistas e previdenciárias e adiantamento de clientes.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$184,8 milhões em 31 de dezembro de 2025, crescimento de 398,1% em relação ao mesmo período de 2024, que totalizou R\$37,1 milhões. Esse forte crescimento deve-se principalmente pelo lucro apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2025 e pelo aumento de capital realizado em 31 de janeiro de 2025.

Resultados Operacionais referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024

Demonstrações dos Resultados Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2025	2024	Var. %
Receita Operacional Líquida	365.614	75.149	386,5%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(266.312)	(55.021)	384,0%
Lucro (Prejuízo) Bruto	99.302	20.128	393,4%
Margem Bruta (%)	27,2%	26,8%	0,4 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(42.878)	(1.490)	2777,0%
Administrativas e gerais	(36.755)	(27.260)	34,8%
Despesas comerciais	(24.396)	(3.059)	697,5%
Equivalência patrimonial	12.438	24.882	-50,0%
Outras receitas operacionais líquidas	5.835	3.947	47,8%
EBITDA	56.424	18.638	202,7%
Margem EBITDA (%)	15,4%	24,8%	-9,4 pp
Resultado Financeiro	(1.937)	(9.189)	-78,9%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	54.487	9.448	476,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.615)	(1.498)	475,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	45.872	7.950	477,0%
Margem Líquida (%)	12,5%	10,6%	2,0 pp
<i>Atribuível aos controladores</i>	<i>26.597</i>	<i>7.950</i>	<i>234,6%</i>
<i>Atribuível aos não controladores</i>	<i>19.275</i>	<i>0</i>	<i>0,0%</i>

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2025 atingiu R\$365,6 milhões, aumento de 386,5% em relação ao encerramento do exercício social de 2024, que foi de R\$75,1 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas.

Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2025 totalizou R\$266,3 milhões, crescimento de 384,0% em relação ao encerramento do exercício social de 2024, que atingiu R\$55,0 milhões. Esse crescimento é justificado pelo reconhecimento da apropriação imobiliária, na medida em que as vendas de unidades são comercializadas.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2025 atingiu R\$99,3 milhões, crescimento 393,4% em relação ao encerramento do exercício social de 2024, que totalizou R\$20,1 milhões. Esse crescimento deve-se a apropriação imobiliária da receita operacional das vendas de unidades dos empreendimentos lançados.

Resultado líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no encerramento do exercício social de 2025 foi de R\$26,6 milhões, aumento de 234,6% em relação ao encerramento do exercício social de 2024, que totalizou R\$8,0 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanço Patrimonial referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023

Balancos Patrimoniais			
Períodos encerrados em 31 de dezembro	2024	2023	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Ativo	243.669	219.044	11,2%
Circulante	72.483	38.032	90,6%
Caixa e equivalentes de caixa	6.868	7.435	-7,6%
Contas a receber de clientes	42.830	12.419	244,9%
Imóveis a comercializar	18.811	15.716	19,7%
Impostos a recuperar	1.970	1.475	33,6%
Partes relacionadas	1.180	130	807,7%
Demais ativos	824	857	-3,9%
Não Circulante	171.186	181.012	-5,4%
Contas a receber de clientes	1.118	10.326	-89,2%
Depósitos judiciais	254	1.114	-77,2%
Imóveis a comercializar	200	227	-11,9%
Partes relacionadas	0	0	0,0%
Impostos a recuperar	698	705	-1,0%
Demais ativos	3.121	733	325,8%
Investimentos	164.871	166.414	-0,9%
Imobilizado	450	70	542,9%
Intangível	474	1.423	-66,7%
Passivo e Patrimônio Líquido	243.669	219.044	11,2%
Circulante	54.428	36.561	48,9%
Empréstimos e financiamentos	27.602	17.138	61,1%
Fornecedores	3.286	2.712	21,2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.150	4.348	41,4%
Obrigações tributárias parceladas	0	0	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	105	0	0,0%
Obrigações com aquisição de terreno	817	861	-5,1%
Adiantamento de clientes	2.868	6.011	-52,3%
Dividendos a pagar	1.930	2.423	-20,3%
Provisão para garantia de obras	0	0	0,0%
Débitos com partes relacionadas	1.342	2.935	-54,3%
Demais passivos	10.173	0	0,0%
Arrendamentos a pagar	155	133	16,5%
Não Circulante	152.145	151.172	0,6%
Empréstimos e financiamentos	42.475	27.265	55,8%
Obrigações trabalhistas e tributárias	63	258	-75,6%
Obrigações tributárias parceladas	0	0	0,0%
Obrigações com aquisição de terreno	0	0	0,0%
Débito com parceiros em empreendimentos	21.293	31.450	-32,3%
Adiantamento de clientes	5.163	13.722	-62,4%
Provisão para garantia de obras	3.777	1.830	106,4%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.258	11.601	-89,2%
Provisão para perda com investimentos	94	85	10,6%
	0	0	0,0%
Débitos com partes relacionadas	77.569	64.417	20,4%
Arrendamentos a pagar	0	190	-100,0%
Demais passivos	453	354	28,0%
Patrimônio Líquido	37.096	31.311	18,5%
Patrimônio dos Acionistas Controladores	37.096	31.311	18,5%
Capital social	26.310	13.153	100,0%
Reserva legal	1.570	1.191	31,8%
Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0,0%
Reserva de lucro	9.216	16.967	-45,7%
Patrimônio dos Acionistas não controladores	0	0	0,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$243,7 milhões em 31 de dezembro de 2024, aumento de 11,2% em relação a 31 de dezembro de 2023, que totalizou R\$218,3 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo aumento da rubrica de contas a receber de clientes.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$206,6 milhões em 31 de dezembro de 2024, uma variação positiva de 10,0% em relação a 31 de dezembro de 2023, que totalizou R\$187,7 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido ao aumento dos empréstimos e financiamentos e fornecedores a pagar.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$37,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, crescimento de 19,4% em relação ao mesmo período de 2023, que totalizou R\$31,0 milhões. Esse forte crescimento deve-se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2024.

Resultados Operacionais referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023

Demonstrações dos Resultados Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2024	2023	Var. %
Receita Operacional Líquida	75.149	95.712	-21,5%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(55.021)	(62.938)	-12,6%
Lucro (Prejuízo) Bruto	20.128	32.774	-38,6%
Margem Bruta (%)	26,8%	34,2%	-7,5 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(1.490)	(15.373)	-90,3%
Administrativas e gerais	(27.260)	(24.139)	12,9%
Despesas comerciais	(3.059)	(2.677)	14,3%
Equivalência patrimonial	24.882	13.492	84,4%
Outras receitas operacionais líquidas	3.947	(2.049)	-292,6%
EBITDA	18.638	17.401	7,1%
Margem EBITDA (%)	24,8%	18,2%	6,6 pp
Resultado Financeiro	(9.189)	(5.003)	83,7%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	9.448	12.398	-23,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.498)	(2.720)	-44,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	7.950	9.678	-17,9%
Margem Líquida (%)	10,6%	10,1%	0,5 pp

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2024 atingiu R\$75,1 milhões, redução de 21,5% em relação ao encerramento do exercício social de 2023, que foi de R\$95,7 milhões. Essa redução deve-se pela redução no volume operacional projetos consolidados da Lindenberg, onde a Companhia tenha o controle 100% do projeto.

Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2024 totalizou R\$55,0 milhões, redução de 12,6% em relação ao encerramento do exercício social de 2023, que atingiu R\$62,9 milhões. Essa redução é resultado pelo menor reconhecimento da apropriação imobiliária das unidades comercializadas e da evolução física das obras consolidadas da Companhia.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2024 atingiu R\$20,1 milhões, redução de 38,6% em relação ao encerramento do exercício social de 2023, que totalizou R\$32,8 milhões. Essa variação deve-se à redução da receita operacional líquida e dos custos dos imóveis vendidos de projetos consolidados da Lindenberg onde a Companhia tenha o controle 100% do projeto.

Resultado líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no encerramento do exercício social de 2024 foi de R\$8,0 milhões, redução de 17,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2023, que totalizou R\$9,7 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanço Patrimonial referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022

Balancos Patrimoniais			
Períodos encerrados em 31 de dezembro	2023	2022	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Ativo	218.306	227.220	-3,9%
Circulante	37.785	115.990	-67,4%
Caixa e equivalentes de caixa	7.435	26.022	-71,4%
Contas a receber de clientes	12.172	37.524	-67,6%
Imóveis a comercializar	15.716	49.753	-68,4%
Impostos a recuperar	1.475	1.482	-0,5%
Partes relacionadas	130	466	-72,1%
Demais ativos	857	743	15,3%
Não Circulante	180.521	111.230	62,3%
Contas a receber de clientes	9.835	2.819	248,9%
Depósitos judiciais	1.114	1.507	-26,1%
Imóveis a comercializar	227	227	0,0%
Partes relacionadas	0	0	0,0%
Impostos a recuperar	705	764	-7,7%
Demais ativos	733	689	6,4%
Investimentos	166.414	104.041	60,0%
Imobilizado	70	138	-49,3%
Intangível	1.423	1.045	36,2%
Passivo e Patrimônio Líquido	218.306	227.220	-3,9%
Circulante	36.377	70.392	-48,3%
Empréstimos e financiamentos	17.160	39.242	-56,3%
Fornecedores	2.713	2.078	30,6%
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.228	4.675	-9,6%
Obrigações tributárias parceladas	0	167	-100,0%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0	0,0%
Obrigações com aquisição de terreno	861	9.646	-91,1%
Adiantamento de clientes	6.011	10.339	-41,9%
Dividendos a pagar	2.336	1.697	37,7%
Provisão para garantia de obras	0	2.400	-100,0%
Débitos com partes relacionadas	2.935	0	0,0%
Demais passivos	0	0	0,0%
Arrendamentos a pagar	133	148	-10,1%
Não Circulante	150.898	133.177	13,3%
Empréstimos e financiamentos	27.243	58.925	-53,8%
Obrigações trabalhistas e tributárias	238	96	147,9%
Obrigações tributárias parceladas	0	139	-100,0%
Obrigações com aquisição de terreno	0	0	0,0%
Débito com parceiros em empreendimentos	31.450	25.831	21,8%
Adiantamento de clientes	13.722	17.744	-22,7%
Provisão para garantia de obras	1.830	1.123	63,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11.601	12.753	-9,0%
Provisão para perda com investimentos	85	80	6,3%
	0	0	0,0%
Débitos com partes relacionadas	64.417	16.422	292,3%
Arrendamentos a pagar	190	0	0,0%
Demais passivos	122	64	90,6%
Patrimônio Líquido	31.031	23.651	31,2%
Patrimônio dos Acionistas Controladores	31.031	23.651	31,2%
Capital social	13.153	13.153	0,0%
Reserva legal	1.172	688	70,3%
Ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0,0%
Reserva de lucro	16.706	9.810	70,3%
Patrimônio dos Acionistas não controladores	0	0	0,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$218,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, redução de 3,9% em relação a 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$227,2 milhões. Tal variação deve-se principalmente pela redução da rubrica de imóveis a comercializar e contas a receber de clientes.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$187,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, uma variação negativa de 8,0% em relação a 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$203,6 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido à redução significativa dos empréstimos e financiamentos, obrigações com aquisição de terrenos e adiantamento de clientes apesar do aumento da rubrica de débitos com partes relacionadas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$31,0 milhões em 31 de dezembro de 2023, crescimento de 31,2% em relação ao mesmo período de 2022, que totalizou R\$23,7 milhões. Esse forte crescimento deve-se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2023.

Resultados Operacionais referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022

Demonstrações dos Resultados Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2023	2022	Var. %
Receita Operacional Líquida	95.712	149.193	-35,8%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(62.938)	(114.077)	-44,8%
Lucro (Prejuízo) Bruto	32.774	35.116	-6,7%
Margem Bruta (%)	34,2%	23,5%	10,7 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(15.373)	(17.494)	-12,1%
Administrativas e gerais	(24.139)	(16.658)	44,9%
Despesas comerciais	(2.677)	(5.239)	-48,9%
Equivalência patrimonial	13.492	6.454	109,0%
Outras receitas operacionais líquidas	(2.049)	(2.051)	-0,1%
EBITDA	17.401	17.622	-1,3%
Margem EBITDA (%)	18,2%	11,8%	6,4 pp
Resultado Financeiro	(5.003)	(9.046)	-44,7%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	12.398	8.576	44,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.720)	(1.576)	72,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	9.678	7.000	38,3%
Margem Líquida (%)	10,1%	4,7%	5,4 pp

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2023 atingiu R\$95,7 milhões, redução de 35,8% em relação ao encerramento do exercício social de 2022, que foi de R\$149,2 milhões. Essa redução ocorre devido a redução na rubrica de receita de venda de unidades imobiliárias, dado o maior volume de empreendimentos controlados em conjunto pela Companhia.

Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2023 totalizou R\$62,9 milhões, redução de 44,8% em relação ao encerramento do exercício social de 2022, que atingiu R\$114,1 milhões. Essa redução está na rubrica de custos dos imóveis vendidos, pelo mesmo motivo acima indicado.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2023 atingiu R\$32,8 milhões, redução de 6,7% em relação ao encerramento do exercício social de 2022, que totalizou R\$35,1 milhões. Essa variação deve-se à redução da receita operacional líquida e dos custos dos imóveis vendidos.

Resultado líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no encerramento do exercício social de 2023 foi de R\$9,7 milhões, aumento de 38,3% em relação ao encerramento do exercício social de 2022, que totalizou R\$7,0 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia informa que a receita operacional é composta principalmente por:

- (i) Incorporação Imobiliária: A receita é proveniente das unidades vendidas e revendidas dos nossos empreendimentos, incluindo a correção monetária das vendas a prazo, as receitas de incorporação advêm tanto de unidades já comercializadas em exercícios anteriores (neste caso são apropriados apenas o percentual de custo incorrido no exercício sobre o valor de cada contrato de venda, acrescido da correção monetária do período) como de novas vendas (apropriação do percentual de custo incorrido acumulado sobre o valor do contrato de venda).
- (ii) Prestação de Serviços: A receita de prestação de serviços consiste principalmente dos valores recebidos em decorrência da nossa atividade de administração, das comissões recebidas nas intermediações de vendas imobiliárias e das taxas de administração cobradas dos nossos parceiros e faturadas pela construtora nas obras que realizamos.

A composição da receita operacional da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 conforme abaixo:

Receita Operacional Bruta (Em milhares de Reais - R\$)	2025	% Rec Bruta	2024	% Rec Bruta	2023	% Rec Bruta
Receita de prestação de serviços	18.121	5%	24.012	30%	32.749	32%
Receita da venda de unidades imobiliárias	355.855	95%	55.020	70%	68.934	68%
Total Receita Operacional Bruta	373.976	100%	79.032	100%	101.683	100%

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia reconhece as receitas resultantes de empreendimentos imobiliários em função de suas construções, com base em uma mensuração físico-financeira de conclusão dos empreendimentos e não à época da celebração dos contratos de venda. Os principais impactos nas variações de receitas são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas, introdução de novos produtos da Companhia (lançamentos) e aumento de custos.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios (lançamentos e vendas), bem como da evolução físico-financeira das obras e o percentual de taxa de administração em contrato de prestação de serviços.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado imobiliário na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Além disso, a evolução relativa dos índices de inflação, especialmente o INCC que, em geral, indexa os custos de construção pode afetar a rentabilidade da atividade de incorporação imobiliária, caso haja descasamento entre o INCC e os preços de insumos. Além do INCC, outras taxas que afetam o resultado operacional são o IPCA e o CDI.

2.2 Resultados operacional e financeiro

INCC: Indexador da maior parte dos custos da Companhia, e toda a sua carteira de recebíveis dos clientes de unidades não concluídas é atualizada a partir deste índice.

IGP-M: Toda a carteira de recebíveis de clientes de unidades concluídas é atualizada por este índice.

CDI: Aplicações financeiras da Companhia e parte de seu endividamento estão indexados ao CDI.

Taxas de câmbio: Não considerada relevante da dívida da Companhia pois não é atrelada ao dólar norte americano.

O impacto dos índices de inflação é relevante aos resultados operacionais e financeiros da Companhia à medida que:

- 1) O INCC é o índice utilizado na correção monetária dos recebíveis de unidades em construção. O valor de venda dessas unidades é corrigido e se transforma em receita ao longo da construção, que tem ciclo de até 30 meses. Quanto maior a variação deste índice, maior a receita operacional relativa à correção desses recebíveis.
- 2) O IGP-M é o índice utilizado na correção monetária dos recebíveis de unidades concluídas. Quanto maior a variação deste índice, maior a receita operacional relativa à correção desses recebíveis.
- 3) O CDI é o índice utilizado na correção monetária que remunera 100% da dívida corporativa. Quanto maior a variação destes índices, maior a despesa financeira do volume de dívida atrelada a estes indicadores. Similarmente, os valores das disponibilidades da Companhia estão remunerados a taxas atreladas ao CDI. A variação deste índice afetará a receita e a despesa financeiras da Companhia.
- 4) De forma indireta, o aumento da taxa de inflação pode provocar a perda do poder de compra dos consumidores dos produtos da Companhia, com menores incentivos ao consumo e ao investimento em geral. Por característica do setor imobiliário residencial, um crescimento menor do consumo e do investimento pode reduzir a velocidade com que os produtos são vendidos. Consequentemente, a velocidade com que as vendas são apropriadas como receita pode se desacelerar ao se considerar o padrão contábil vigente.

Não consideramos que estes impactos possam ser demonstrados isoladamente nos resultados dos últimos três exercícios sociais.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas em práticas contábeis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Em 31 de dezembro de 2025, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 3.9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 - "Revenue from Contracts with Customers"). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em 31 de dezembro de 2024, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 3.9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 - "Revenue from Contracts with Customers"). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em 31 de dezembro de 2023, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e 3.9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 31 de janeiro de 2025 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 129.794.434,20 (cento e vinte e nove milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos), mediante a emissão de 3.267.735 (três milhões, duzentos e sessenta e sete mil, setecentas e trinta e cinco) ações ordinárias, de forma a dar cumprimento ao exercício do Bônus de Subscrição detidos pela EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A. ("EZTEC"), subscrevendo e integralizando o aumento de capital aprovado mediante a contribuição da totalidade das cotas de emissão da EZCAL Participações Ltda. (e conseqüentemente de todas suas SPEs investidas), subsidiária da Companhia, detidas pela EZTEC no valor de R\$116.376.330,24 (cento e dezesseis milhões, trezentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta reais e vinte e quatro centavos) e o valor remanescente mediante a capitalização de parte do crédito detido pela EZTEC em face da Companhia. A partir de 31 de janeiro de 2025, a EZCAL passou a ser consolidada na Companhia.

Em 27 de setembro de 2024 houve a compra da totalidade das ações de R\$12.958 detidas pelas sócias Kinea CO-Investimento Fundo de Investimento Imobiliário e Coinvestidores Participações I Ltda. pelo valor de R\$12.026.

Em 3 de maio de 2023 houve a dissolução das sociedades Alberobello Incorporação Ltda. e Livorno Incorporação SPE Ltda., conforme distrato social registrado em 6 de junho de 2023. Em 15 de dezembro de 2023 houve a dissolução da sociedade Valência Incorporação Ltda., conforme distrato social registrado em 5 de janeiro de 2024.

Em 29 de dezembro de 2023 houve a compra da totalidade das ações detidas pelas sócias Kinea CO-Investimento Fundo de Investimento Imobiliário e CM Corporate Participações Ltda.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 25 de julho de 2022, houve a formalização e homologação da emissão e atribuição de 3.720.752 bônus de subscrição (dos quais 3.336.890, foram outorgados para Lindenberg Investimentos e cedidos na sequência para Eztec Empreendimentos e Participações S.A – (na forma escritural e nominativa, como vantagem adicional aos subscritores das ações do aumento de capital, de modo que, para cada 1 (uma) nova ação ordinária subscrita, foram entregues 2 (dois) bônus de subscrição. Os bônus de subscrição foram emitidos e creditados em nome dos subscritores. Conforme comunicado ao mercado emitido pela Companhia em 03 de outubro de 2024 a Companhia recebeu "Carta de Intenções" da Eztec manifestando seu interesse em antecipar o exercício dos Bônus de Subscrição. Em Assembleia de Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 08 de novembro de 2024 foram aprovadas a criação de novas janelas de exercício dos bônus para os anos de 2024 e de 2025. Em 18 de dezembro de 2024, após formalização pela EZTEC da intenção de exercer 3.267.735 Bônus de Subscrição, a Administração da Companhia convocou, para a data de 31 de janeiro de 2025, Assembleia Geral Extraordinária de acionistas a fim de deliberar sobre o tema. A Companhia avaliou o valuation da operação e não identificou impactos contábeis da transação nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.5 Medições não contábeis

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Conforme mencionado e anteriormente previsto no Comunicado ao Mercado sobre transações entre partes relacionadas, publicado em 29 de setembro de 2025, após superação de determinadas condições precedentes, em 5 de fevereiro de 2026 foi efetivada a aquisição diretamente pela Coinvestidores Participações XVI Ltda. ("SPE") de terreno detido anteriormente pela Castelgrande Incorporadora Ltda. ("Castelgrande"). Após a aquisição do terreno, foi realizada a 1ª alteração de Contrato Social da SPE onde ingressaram na Sociedade Kinea CO-Investimento Fundo de Investimento Imobiliário e Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., mediante a subscrição de novas quotas. A Castelgrande tem como sócios determinados indivíduos que são administradores e membros do bloco de controle da EZTEC Empreendimentos e Participações S/A, atual co-controladora da Companhia. A Lindenberg Incorporadora é controlada pela Companhia. A Coinvestidores, por sua vez, não possui qualquer vínculo social com a Companhia ou com a Castelgrande. Esse terreno que está em desenvolvimento com previsão de lançamento ao mercado nos próximos 12 meses, tem potencial de geração de Valor Geral de Vendas de aproximadamente R\$1,2 bilhão.

2.7 Destinação de resultados

	2025	2024	2023
Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com as previsões contidas no Estatuto Social da Companhia e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social deverá ser destinado obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, a Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais.</p> <p>O saldo remanescente do lucro líquido, se houver, será destinado à conta de reserva estatutária, cujo limite máximo será de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia</p>	<p>De acordo com as previsões contidas no Estatuto Social da Companhia e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social deverá ser destinado obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, a Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais.</p> <p>O saldo remanescente do lucro líquido, se houver, será destinado à conta de reserva estatutária, cujo limite máximo será de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia</p>	<p>De acordo com as previsões contidas no Estatuto Social da Companhia e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social deverá ser destinado obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, a Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais.</p> <p>O saldo remanescente do lucro líquido, se houver, será destinado à conta de reserva estatutária, cujo limite máximo será de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia</p>
Valores das retenções de lucros	<p>Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17 de abril de 2026, os acionistas aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, perfazendo um montante total de R\$26.597.085,52, como segue:</p> <p>(a) R\$0,00 destinado a absorção de Prejuízos Acumulados</p> <p>(b) R\$1.329.854,28 para a constituição de Reserva Legal;</p> <p>(c) R\$6.316.807,81 distribuídos a título de dividendos, sendo:</p> <p>(c.1) R\$6.316.807,81 distribuídos para os titulares de ações ordinárias como dividendo mínimo.</p>	<p>Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2025, os acionistas aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, perfazendo um montante total de R\$7.950.445,62, como segue:</p> <p>(d) R\$0,00 destinado a absorção de Prejuízos Acumulados</p> <p>(e) R\$397.522,28 para a constituição de Reserva Legal;</p> <p>(f) R\$1.888.230,83 distribuídos a título de dividendos, sendo:</p> <p>(c.1) R\$1.888.230,83 distribuídos para os titulares de ações ordinárias como dividendo mínimo.</p>	<p>Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2024, os acionistas aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, perfazendo um montante total de R\$9.678.737,98, como segue:</p> <p>(g) R\$0,00 destinado a absorção de Prejuízos Acumulados</p> <p>(h) R\$483.936,90 para a constituição de Reserva Legal;</p> <p>(i) R\$2.298.700,27 distribuídos a título de dividendos, sendo:</p> <p>(c.1) R\$2.298.700,27 distribuídos para os titulares de ações ordinárias como dividendo mínimo.</p>
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Em relação ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os percentuais de destinação em relação aos lucros totais foram:</p> <p>(a) 5,00% referente à constituição de Reserva Legal;</p> <p>(b) 25,00% referente à distribuição de dividendos para os titulares de ações preferências como dividendo</p>	<p>Em relação ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os percentuais de destinação em relação aos lucros totais foram:</p> <p>(c) 5,00% referente à constituição de Reserva Legal;</p> <p>(d) 25,00% referente à distribuição de dividendos para os titulares de ações preferências como dividendo</p>	<p>Em relação ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os percentuais de destinação em relação aos lucros totais foram:</p> <p>(f) 5,00% referente à constituição de Reserva Legal;</p> <p>(g) 25,00% referente à distribuição de dividendos para os titulares de ações preferências como dividendo</p>

2.7 Destinação de resultados

	2025	2024	2023
	mínimo; 64,59% referente à constituição da reserva de retenção de lucros da Companhia.	mínimo; (e) 64,59% referente à constituição da reserva de retenção de lucros da Companhia.	mínimo; 64,59% referente à constituição da reserva de retenção de lucros da Companhia.
Regras sobre distribuição de dividendos	Conforme disposto no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, então em vigor, os acionistas terão direito anual não cumulativo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	Conforme disposto no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, então em vigor, os acionistas terão direito anual não cumulativo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	Conforme disposto no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, então em vigor, os acionistas terão direito anual não cumulativo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. Ademais, a Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. Ademais, a Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. Ademais, a Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a) Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como

- i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de carteira de recebíveis sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade.

- ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios compra de produtos ou serviços mediante a emissão de contratos futuros.

- iii. Contratos de construção não terminada*

A Companhia não possui contratos de construção não terminados (não cumpridos) nos últimos 03 exercícios;

- iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

- b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

2.10 Planos de negócios

a) Investimentos

I. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na prestação de serviço de construção, gerenciamento de construção e incorporação de empreendimentos imobiliários, são necessárias fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras e o capital próprio (PL).

II. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras e operações de mercado de capitais (CRI).

III. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previsto

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisições de plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

c) Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia possui novos projetos em desenvolvimento e busca parceiros financeiros com o objetivo de possuir participação societária minoritária em projetos imobiliários residenciais, pois, conforme descrito na alínea "a" do subitem 2.10, o foco dos negócios da Companhia é prestação de serviço de construção, gerenciamento de construção e incorporação de empreendimentos imobiliários.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

- a) Objeto da projeção
- b) Período projetado e o prazo de validade da projeção
- c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

3.2 Acompanhamento das projeções

- a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
- b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
- c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia descreve abaixo os fatores de riscos que conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Riscos adicionais, que atualmente não são conhecidos pela Companhia ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem vir a afetar a Companhia de maneira adversa.

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios da Companhia, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou sua reputação poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os seus negócios. Além disso, deve-se ressaltar que, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins deste item “4.1. Descrição dos fatores de risco” e do item “4.2. Principais Fatores de Riscos”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez negócios futuros e/ou sua reputação da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.2. Principais Fatores de Riscos” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Principais Fatores de Riscos”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Principais Fatores de Riscos”.

(a) com relação à Companhia

Dependemos da disponibilidade de financiamento para suprir nossas necessidades de capital de giro e de recursos para aquisição de terrenos, bem como para financiar aquisições de imóveis por compradores de imóveis em potencial.

Para o exercício de nossas atividades necessitamos de volumes significativos de capital de giro e de recursos para aquisição de terrenos. Dessa forma, dependemos de empréstimos bancários e do caixa gerado por nossas atividades para suprir nossas necessidades de capital de giro. Para o crescimento e desenvolvimento futuros das nossas atividades, podemos, portanto, ter necessidade de levantar capital adicional por meio de empréstimos bancários, ou da emissão de títulos de dívida, bem como por meio de aportes de capital de nossos acionistas, investidores, ou da emissão de ações. Adicionalmente, a maioria dos compradores em potencial também dependem de financiamento para adquirir seus imóveis.

Não podemos assegurar que haverá disponibilidade de financiamento com condições satisfatórias para nós ou para compradores de imóveis em potencial. Mudanças nas regras de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação (com recursos provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos) e do Sistema Financeiro Imobiliário, a falta de disponibilidade de recursos no mercado para obtenção de financiamento ou um aumento das taxas de juros podem prejudicar nossa capacidade e a capacidade ou disposição de compradores em potencial para tomar financiamentos, restringindo, assim, o crescimento e desenvolvimento futuros das nossas atividades, e reduzindo a demanda pelos nossos imóveis. Nesta hipótese, poderemos necessitar de capital ou financiamento adicional antes do previsto ou ser obrigados a adiar alguns de nossos novos planos de incorporação e expansão ou, ainda, renunciar a oportunidades de mercado.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nossa capacidade de pagar e refinar nossa dívida, financiar nossos investimentos planejados dependerá da nossa capacidade de gerar receita no futuro. Não podemos garantir que nossas atividades gerarão fluxo de caixa operacional suficiente e/ou que teremos acesso no futuro a financiamentos em valor e condições suficientes que nos permitam pagar nossa dívida ou financiar outras necessidades de caixa.

Futuros instrumentos de empréstimo como linhas de crédito, podem conter cláusulas mais restritivas – principalmente devido à recente crise econômica e à falta de disponibilidade de crédito e/ou podem exigir que tenhamos que hipotecar ativos como garantia dos empréstimos tomados. A dificuldade de obter capital adicional em termos satisfatórios poderá atrasar e impedir a expansão ou afetar adversamente os nossos negócios.

Nosso sucesso depende significativamente da eficiência de nossa estratégia de marketing e da nossa capacidade em oferecer aos clientes uma experiência de consumo com qualidade diferenciada.

Quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos nossos clientes ou a afinidade deles com a nossa estratégia de marketing, nossa oferta de empreendimentos imobiliários e a experiência de consumo com qualidade diferenciada podem reduzir de forma significativa o nosso valor, tal como ocorrido com a pandemia de COVID-19. Se os consumidores e os nossos clientes perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade do serviço, produto, do ambiente ou de qualquer forma acreditarem que não proporcionamos uma experiência consistentemente positiva, nossos negócios e nossos resultados operacionais podem ser afetados de forma negativa.

O reconhecimento pelo mercado é essencial para a atratividade dos empreendimentos imobiliários e para o sucesso financeiro. Caso nosso plano estratégico não seja eficiente ou se nossos concorrentes fizerem investimentos mais significativos do que os nossos em marketing, e no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários diferenciados, podemos não conseguir atrair novos clientes ou os clientes existentes podem não retornar aos nossos negócios, afetando nossos negócios e resultados operacionais de forma negativa.

Nossos processos de gestão e Compliance podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos nossos padrões de ética e conduta, podendo ocasionar impactos adversos relevantes sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e sobre a cotação de nossas ações.

Estamos sujeitos à Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude, praticados por seus administradores, colaboradores ou terceiros atuando em seu nome ou benefício. Dentre as sanções estão: multas; perda de benefícios ilicitamente obtidos; proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público; suspensão de operações corporativas; confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita; dentre outras sanções que, se aplicadas, podem afetar adversamente nossos resultados.

Nossos processos de gestão e *Compliance* podem não ser capazes de detectar (i) violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de nossos administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam nos representar, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de nossas ações de forma negativa.

A perda de membros da nossa alta administração, ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

Nossa capacidade de manter posição competitiva depende em larga escala dos serviços da nossa alta administração. Estas pessoas não estão sujeitas a contrato de trabalho de longo prazo ou de não

4.1 Descrição dos fatores de risco

concorrência. Assim, não podemos garantir que teremos sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a nossa alta administração e acompanhar o ritmo de nosso crescimento. De qualquer forma, a perda dos serviços dos membros da nossa alta administração ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la pode causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a nós.

Somos ou poderemos vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos nossos interesses, aos interesses de nossos administradores e/ou de nossos acionistas controladores, ou ainda aos nossos prognósticos de perda, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de nossos projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios ou resultados. O valor de provisões feitas por nós poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima.

Da mesma forma, um ou mais de nossos administradores e/ou nossos administradores podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia, o que poderá causar efeito adverso relevante na nossa reputação, nos nossos negócios ou nos nossos resultados, direta ou indiretamente.

Para mais informações acerca das ações judiciais promovidas contra a Companhia, veja o item 4.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais, o que pode afetar adversamente os negócios ou sua condição financeira.

A Companhia mantém apólices de seguro com cobertura de certos riscos em potencial, como riscos de engenharia civil e cruzada, incêndio, desmoronamentos, raios, explosão de gás e possíveis erros de construção. Todavia, a Companhia não pode garantir que a sua cobertura estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir eventuais danos decorrentes de tais sinistros. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. Ademais, a Companhia pode ser obrigada ao pagamento de multas e outras penalidades em caso de atraso na entrega das unidades comercializadas, penalidades que não se encontram cobertas pelas apólices de seguro da Companhia. Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices da Companhia ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguro podem afetar adversamente os negócios ou a condição financeira da Companhia.

O valor de mercado dos terrenos que mantemos em estoque pode cair, o que poderá impactar adversamente nosso resultado operacional.

O valor de terrenos mantidos em estoque e que venham a ser adquiridos poderá variar significativamente entre a data de suas aquisições e a incorporação dos empreendimentos aos quais se destinam, em consequência das condições econômicas, regulatórias ou de mercado. Dessa maneira, eventual queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em estoque impactará, também, o custo de oportunidade do capital que foi aplicado no terreno, afetando adversamente a receita financeira da Companhia.

Podemos incorrer em custos não previstos e em atrasos para a conclusão de projetos.

Nossas atividades envolvem a incorporação, construção e venda de empreendimentos residenciais. Dentre os principais riscos relacionados aos nossos projetos, ressaltamos a duração dos trâmites internos das Prefeituras competentes, a necessidade de regularização das áreas dos imóveis e de eventuais

4.1 Descrição dos fatores de risco

pendências a eles relacionadas, a obtenção de licenças ambientais, possibilidade de exigências formuladas pelos órgãos envolvidos que demandem tempo para sua execução e cumprimento, possibilidade de alterações na lei de zoneamento e/ou no plano diretor estratégico aplicável que impossibilitem as construções e/ou reformas inicialmente previstas, ocorrência de custos acima do orçado, eventual necessidade do aval dos proprietários dos imóveis locados e dos outorgantes da superfície para realização de obras nos imóveis, e, conseqüentemente, o não cumprimento dos prazos de entrega e conclusão dos projetos. Tais riscos podem resultar na possibilidade de termos que adiantar recursos para cobrir tais custos acima do orçado e/ou de incorrerem em atraso no início de geração de receitas de vendas. Tais fatores podem reduzir as taxas de retorno de determinado projeto e/ou afetar nossos negócios e resultados operacionais de forma negativa.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social se nossos administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante de nossa situação financeira e se nossos acionistas deliberarem por não os distribuir, o que pode afetar adversamente, inclusive, a cotação de nossas ações e a nossa imagem.

Reconhecemos a receita de vendas proveniente de nossos empreendimentos à medida em que os custos de construção são incorridos, proporcionalmente ao custo total orçado. Com isso, o ajuste do custo de um projeto de incorporação pode reduzir ou eliminar a receita e o lucro anteriormente apurados.

A receita de venda de nossas unidades ainda é reconhecida à medida em que os custos de construção são incorridos, proporcionalmente ao custo total orçado. As estimativas de custo total orçado são regularmente revisadas, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia do período em que a revisão é efetuada. Quando as revisões apontam um aumento da estimativa de custos, é necessário registrar uma redução na receita previamente reconhecida, gerando um impacto negativo em nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, os contratos de venda de nossos empreendimentos estão sujeitos a serem cancelados no período entre a sua assinatura e a sua quitação, retornando à unidade imobiliária aos estoques da Companhia, com o conseqüente estorno de parte da receita apropriada daquele contrato ao longo do período, podendo gerar um impacto negativo em nossos resultados operacionais.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente nossos resultados.

Em 2016, o CPC emitiu o CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, novo pronunciamento contábil que trata do reconhecimento de receita, com aplicação inicial no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Até 31 de dezembro de 2017, quando terminou a vigência do CPC 30 Receita de Contrato com cliente (revogado), a Companhia reconheceu a receita referente aos contratos de incorporação imobiliária utilizando a metodologia do POC (*Percentage of Completion method*), que consiste no reconhecimento da receita com base percentual de evolução da obra, baseado no custo de construção incorrido ao longo da execução da obra, seguindo as disposições da Orientação Técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras.

O CPC constituiu um grupo de trabalho em 2016 para analisar os impactos da adoção do IFRS 15 (e, conseqüentemente, do CPC 47) para entidades de incorporação imobiliária e, como resultado das discussões desse grupo, uma revisão do OCPC 04 (versão R1) foi colocada em audiência pública no ano de 2017. Como parte desse processo, o CPC efetuou uma consulta sobre o tema ao *IFRS Interpretations Committee* (IFRS IC) contendo considerações sobre as características comuns de contratos de incorporação imobiliária no Brasil, o qual analisou o assunto inicialmente em sua reunião de setembro de 2017, e, após um período em que sua decisão de agenda tentativa esteve disponível para comentários,

4.1 Descrição dos fatores de risco

finalizou a discussão em março de 2018, tendo concluído que nenhum dos critérios para reconhecimento de receita ao longo do tempo previstos no parágrafo 35 do IFRS 15 foram atendidos, e, dessa forma, para aqueles contratos a entidade deveria reconhecer a receita em um momento específico no tempo e não utilizando a metodologia POC.

Em 12 de dezembro de 2018, as Superintendências de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e de Relações com Empresas (SEP) emitiram o Ofício circular/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2018 o qual descreve manifestação da CVM a respeito da aplicação do CPC 47 para entidades brasileiras do setor de incorporação imobiliária, registradas na CVM, asseverando que um nível elevado de distratos observados no setor não coloca em questionamento o reconhecimento da receita pelo POC para os principais contratos da Companhia – contratos de compra e venda de unidades imobiliárias com quitação do com saldo devedor por um banco privado, devendo ser efetuado o ajustamento contábil por meio de “provisões para distratos”.

O Ofício circular afirma que a aplicação do método de reconhecimento de receita pelo POC exige por parte da Administração da Companhia a existência e funcionamento de sistemas robustos de controles internos para o perfeito atendimento do atributo fundamental da representação fidedigna.

Em 18 de fevereiro de 2019, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, emitiu o Comunicado Técnico 1/2019, objetivando orientar os auditores independentes na emissão de relatórios de auditoria das Demonstrações Financeiras elaboradas por entidades de incorporação imobiliária registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A administração da Companhia, objetivando ter um alinhamento de suas práticas contábeis analisou seu contrato com o cliente e seu o monitoramento contínuo dos contratos e sua estrutura de controles internos relacionadas ao controle dos seus custos incorridos e, levando em consideração a interpretação dada pelo Ofício circular/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2018, decidiu por continuar a reconhecer a receita com base na metodologia POC.

Todavia, caso seja requerida a preparação de demonstrações financeiras levando-se em consideração a interpretação dada pelo IFRS-IC, estas deverão apresentar situação patrimonial e financeira significativamente diferente daquela atualmente divulgada pela Companhia.

Poderemos enfrentar dificuldades para localizar terrenos atraentes e aumentos no preço de terrenos poderão elevar nossos custos de vendas, diminuir nosso lucro e, conseqüentemente, nos afetar adversamente.

Nosso crescimento contínuo depende, em grande parte, de nossa capacidade de continuar a adquirir terrenos a custo razoável. O preço dos terrenos é um dos componentes mais importantes do custo dos nossos empreendimentos. À medida que outras incorporadoras entram no setor brasileiro de incorporação de empreendimentos residenciais ou aumentam suas operações nesse setor, os preços dos terrenos poderão subir significativamente, principalmente o Estado de São Paulo, nossa região de atuação, podendo haver escassez de terrenos adequados em razão do aumento da demanda ou diminuição da oferta.

A conseqüente elevação dos preços de terrenos poderá aumentar o custo de vendas e diminuir os nossos ganhos, visto que poderá não ser possível transferir essa diferença de preço aos eventuais compradores de nossos empreendimentos. Assim, poderemos ter dificuldade em adquirir terrenos adequados por preços razoáveis no futuro, o que poderá nos afetar adversamente.

Podemos enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

Possuímos receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para os nossos

4.1 Descrição dos fatores de risco

negócios, o que poderá vir a causar um impacto adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados, bem como a nossos acionistas.

Caso as parcerias da Companhia não sejam bem-sucedidas ou caso a Companhia não consiga manter um bom relacionamento com os seus sócios ou parceiros, seus negócios e operações podem ser afetados negativamente.

Além das parcerias já formadas atualmente, caso surjam novas oportunidades, a Companhia poderá desenvolver novas parcerias com outras incorporadoras e construtoras com o objetivo de aumentar o número de empreendimentos em que participa, reduzir custos de aquisição de terrenos e diversificar a sua carteira de projetos. A manutenção de bom relacionamento com seus sócios/parceiros e com as incorporadoras e construtoras parceiras é condição essencial para o sucesso dessas parcerias. A Companhia não tem como assegurar que será capaz de manter o bom relacionamento com qualquer um de seus sócios e parceiros. Também não tem como assegurar que suas parcerias serão bem-sucedidas e produzirão os resultados esperados. Problemas na manutenção de suas parcerias, bem como dificuldades de atender adequadamente às necessidades de seus clientes em razão do insucesso delas, poderão afetar negativamente seus negócios, resultado operacional e financeiro e fluxo de caixa.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que entrará em vigor no mês de agosto de 2020 e transforma o modo pelo qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso não estejamos em conformidade com a LGPD, nós e nossas subsidiárias podemos estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e ser considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, embora a Companhia esteja trabalhando para implementar uma Política de Proteção de Dados, falhas no tratamento de dados pessoais bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente nossa reputação e nossos resultados e, conseqüentemente, o valor de nossas ações.

A utilização de mão de obra terceirizada pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

A Companhia e suas subsidiárias possuem um número reduzido de empregados próprios. A utilização de mão de obra terceirizada por parte das subsidiárias, especialmente no que diz respeito à contratação de empreiteiras e subempreiteiras, pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída às tomadoras de serviços a responsabilidade subsidiária ou solidária pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços. A Companhia, por sua vez, pode vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas às suas subsidiárias, independentemente de ser assegurado à Companhia e as subsidiárias o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil

4.1 Descrição dos fatores de risco

previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.

O descasamento entre as taxas utilizadas para a indexação de nossas receitas e as taxas utilizadas para a indexação de nossas despesas poderá impactar negativamente a nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A maior parte das nossas receitas decorrem das vendas das unidades dos empreendimentos que lançamos, que são reajustadas em duas fases: durante a fase de construção e após a fase de construção. Geralmente, durante a fase de construção do empreendimento, utilizamos o INCC/FGV e, após essa fase, o IGPM/FGV. A maior parcela de nossas despesas, que está relacionada à atividade de construção, é reajustada pelo INCC. Caso, no futuro, haja o desbalanceamento entre estes índices e, conseqüentemente, não seja possível reajustarmos as nossas receitas na proporção do reajuste experimentado por nossas despesas, nossa situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados.

Interpretação na aplicação da Legislação Tributária Brasileira.

A Companhia e as sociedades controladas e coligadas estão sujeitas a determinação do imposto de renda e das contribuições (i) social sobre o lucro; (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tendo como base de cálculo as receitas, como definido na Legislação Tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que ela não coincide com a mesma reconhecida de acordo com as práticas contábeis. A administração da Companhia efetua os julgamentos de acordo com a estratégia adotada para tributação dos negócios e, quando aplicável, apoiado em opiniões de seus consultores jurídicos.

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados à concessão de financiamento.

Oferecemos financiamento a compradores de nossas unidades residenciais por meio de contrato de venda em parcelas que (i) durante a construção, são indexadas ao INCC, conforme medido pela FGV, e (ii) após a emissão do habite-se pela autoridade local, sofrem a incidência de juros e correção por índices diversos. Estamos sujeitos aos riscos normalmente associados à concessão desses financiamentos, como o risco de inadimplemento do principal e dos juros e o risco de aumento em nosso custo de captação de recursos, o que pode afetar adversamente nosso fluxo de caixa. Ademais, de acordo com a legislação brasileira, observadas algumas condições no caso de inadimplemento após a entrega, temos o direito de instituir ações judiciais para receber os valores devidos e retomar a posse da unidade do comprador inadimplente, mas a sentença definitiva em relação a tais ações leva, em geral, no mínimo dois anos para ser proferida e poderiam ser desfavoráveis a nós. Além disso, depois de recuperarmos a posse da unidade, normalmente a vendemos por um preço inferior ao previamente estabelecido no contrato de venda precedente. Assim sendo, não há garantia que conseguiremos recuperar o valor total em aberto nos termos de qualquer contrato de venda em prestações, caso o comprador fique inadimplente, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e resultados operacionais.

A não obtenção, atrasos, ou o cancelamento de licenças ou alvarás, podem impactar os nossos negócios.

A implementação dos nossos empreendimentos e projetos está condicionada à obtenção de licenças e alvarás exigidos pela legislação aplicável, tais como a regulamentação ambiental e de zoneamento. A obtenção dessas licenças e alvarás está sujeita à outorga, pelas autoridades governamentais competentes e à fiscalização de órgãos governamentais, tais como o Ministério Público. A não obtenção, atrasos, embargos ou cancelamentos dessas licenças e/ou alvarás, por qualquer razão, inclusive por ação do Ministério Público, poderá levar à interrupção ou cancelamento da implementação dos nossos empreendimentos e/ou projetos, o que poderá causar um impacto negativo adverso relevante sobre nossas atividades e negócios.

Uma relativa escassez de corretores imobiliários diante do volume de lançamentos pode implicar em dificuldades na mobilização comercial de nossos produtos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Dependemos da atuação de corretores imobiliários para vender nossos imóveis comerciais e residenciais. Com o aumento do volume de lançamentos, caso haja uma escassez de corretores imobiliários ou caso tais corretores não sejam qualificados para vender de maneira satisfatória nossas construções, podemos ter dificuldade na mobilização comercial dos nossos produtos, gerando formação bruta de estoque, o que poderá impactar negativamente nossas operações.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores investirem em ações da Companhia, e de vendê-las pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais. O mercado de ações brasileiro é significativamente mais concentrado do que maiores mercados de ações como, por exemplo, o dos Estados Unidos. Isto significa que uma grande parte dos volumes negociados gira em torno de poucos papéis. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender ações da Companhia pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso nos preços das ações de emissão da Companhia. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência ou por motivos relacionados ao seu desempenho.

(b) com relação aos acionistas, em especial os acionistas controladores da Companhia

Os interesses dos nossos acionistas controladores podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores das nossas ações ordinárias.

Os acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei nº 6.404/76. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores. Não se pode assegurar que os interesses dos nossos acionistas controladores estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações submetidas à assembleia geral de acionistas.

(c) com relação às controladas e coligadas da Companhia

Os nossos resultados dependem dos recursos disponibilizados por nossas subsidiárias, contudo, não podemos assegurar que estes recursos serão disponibilizados.

Somos uma companhia que controla ou participa do capital de diversas outras sociedades do setor imobiliário. Nossa capacidade de cumprirmos com nossas obrigações financeiras e de pagarmos dividendos aos nossos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros à Companhia. Algumas de nossas subsidiárias são sociedades de propósito específico (“SPEs”), que efetuam a incorporação imobiliária por meio de Patrimônio de Afetação e, por força dos requerimentos legais, tais sociedades não podem pagar dividendos, exceto se os recursos disponíveis sejam suficientes para o pagamento de todas as suas obrigações. Não há garantia de que tais recursos nos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o cumprimento das nossas obrigações financeiras e o pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

Eventual processo de liquidação da Companhia ou de suas subsidiárias pode ser conduzido em bases consolidadas.

O Judiciário brasileiro ou os nossos próprios credores e/ou de empresas de nosso grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de liquidação da Companhia e/ou empresa de seu grupo econômico como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso aconteça, os nossos acionistas poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia

4.1 Descrição dos fatores de risco

em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do nosso grupo econômico

Participação da Companhia em SPEs poderá resultar em riscos adicionais.

Os investimentos da Companhia em SPEs com outros incorporadores imobiliários e construtoras incluem, dentre outros, o risco de os sócios da Companhia enfrentarem dificuldades financeiras, inclusive falência. De acordo com a legislação brasileira, a Companhia, na qualidade de sócia das SPEs, pode se tornar responsável pelas obrigações delas, especialmente com relação às obrigações de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de defesa do consumidor, o que pode afetá-la diretamente. Além disso, seus interesses econômicos e comerciais podem ser divergentes daqueles dos sócios, o que poderá demandar investimentos e serviços adicionais para a Companhia, afetando adversamente seus resultados.

(d) com relação aos fornecedores da Companhia

Aumentos no preço de matérias-primas podem elevar o custo de empreendimentos e reduzir os nossos lucros.

As matérias-primas básicas utilizadas por nós na construção de empreendimentos imobiliários podem sofrer aumentos de preço em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos contratos por nós celebrados, inclusive em virtude da ocorrência de alterações na legislação tributária e trabalhista, com a alteração de alíquotas de impostos ou criação de novos tributos, o que pode causar uma diminuição na rentabilidade desses empreendimentos e consequentemente de nossa situação financeira. O custo dos prestadores de serviços, especialmente a mão de obra utilizada, também pode sofrer aumentos acima dos índices, levando à perda de margens de rentabilidade nos empreendimentos em que isso ocorrer.

Eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços pelas construtoras por nós contratadas podem ter um efeito adverso em nossa imagem e em nossos negócios e nos sujeitar à imposição de responsabilidade civil.

Além de adquirir materiais de construção utilizados por nós na construção de empreendimentos imobiliários como concreto, blocos de concreto, aço, tijolos, janelas, portas, telhas e tubulações, também terceirizamos parte dos serviços de construção de que necessitamos para desenvolver nossos empreendimentos. Deste modo, o prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais participamos dependem de fatores que estão fora do nosso controle como, por exemplo, a qualidade do material de construção para obras e a capacitação técnica dos profissionais e colaboradores terceirizados. Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelas construtoras por nós contratadas podem ter um efeito negativo em nossa imagem e no nosso relacionamento com os clientes, podendo impactar negativamente os nossos negócios e operações.

Adicionalmente, conforme o disposto no artigo 618 da Lei nº 10.406 do Código Civil, estamos obrigados a prestar garantia limitada ao prazo de cinco anos sobre defeitos estruturais em nossos empreendimentos e podemos vir a ser demandados com relação a tais garantias, o que poderá acarretar um efeito adverso para nós.

(e) com relação aos clientes da Companhia

A falta de disponibilidade de recursos para obtenção de financiamento e/ou um aumento das taxas de juros podem prejudicar a capacidade ou disposição de compradores de imóveis em potencial para financiar suas aquisições.

A falta de disponibilidade de recursos no mercado para a obtenção de financiamento e/ou um aumento das taxas de juros podem prejudicar a capacidade ou disposição de compradores em potencial para financiar suas aquisições. Consequentemente, tal fato poderia causar uma redução da demanda pelos imóveis residenciais incorporados pela Companhia, afetando adversamente de forma significativa nossa condição financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O desenvolvimento de atividades imobiliárias implica riscos normalmente associados à concessão de financiamentos.

Como é habitual entre as empresas do setor imobiliário, concedemos financiamentos a alguns dos compradores das unidades de nossos empreendimentos. Conseqüentemente, estamos sujeitos aos riscos inerentes a este negócio, incluindo o risco de inadimplência do principal e juros e o risco de aumento do custo dos recursos por nós captados. Os contratos de venda a prazo celebrados por nós preveem a atualização monetária pelo INCC ou IGPM (se o imóvel está na planta ou pronto respectivamente), além da incidência da taxa de juros calculada pelo sistema *price* de amortização se financiado diretamente com a Companhia.

Caso haja um aumento da inflação, o endividamento dos nossos clientes, decorrente da celebração de contratos de venda a prazo, tende a aumentar, ocasionando, assim, um possível crescimento do índice de inadimplência. Caso isso venha a ocorrer, nosso fluxo de caixa poderá ser adversamente afetado. Atualmente não temos financiamento direto com clientes, mas em havendo, a legislação brasileira garante o direito de promover ação de cobrança, tendo por objeto os valores devidos, e a consequente retomada da unidade (em virtude da alienação fiduciária) do comprador inadimplente, observados os prazos e procedimentos judiciais. O resultado da referida ação costuma levar pelo menos um ano e, portanto, caso o comprador venha a se tornar inadimplente, não podemos assegurar que seremos capazes de reaver o valor total do saldo devedor, uma vez que geralmente revendemos a unidade por preço inferior ao anteriormente estabelecido.

Estamos sujeitos a distratos imobiliários, o que pode impactar negativamente nossa receita.

Nossos clientes têm a opção de realizar o cancelamento da venda (distrato), ou seja, o cliente pode optar por não continuar com a unidade comprada devolvendo-a para nós, situação na qual o cliente receberá até 75% do valor pago, a depender da Afetação do Patrimônio. Por consequência dos distratos, deverá ser reconhecida baixa em potencial recebível futuro, o que poderá impactar diretamente a nossa receita e a geração de caixa e prejudicar a rentabilidade e o nível de lucro dos nossos empreendimentos. Adicionalmente ao retorno da unidade para o estoque, podemos ter que incorrer com despesas comerciais adicionais para revendê-la e, no caso de uma unidade pronta, com gastos com manutenção, condomínio e IPTU, impactando negativamente o nosso fluxo de caixa.

(f) com relação aos setores da economia em que a Companhia atua

O setor imobiliário no Brasil é altamente competitivo e podemos perder nossa posição no mercado em certas circunstâncias.

O setor imobiliário no Brasil é altamente competitivo e fragmentado, não existindo grandes barreiras que restrinjam o ingresso de novos concorrentes no mercado. Os principais fatores competitivos no ramo de incorporações imobiliárias incluem disponibilidade e localização de terrenos, preços, financiamento, projetos, qualidade, reputação e parcerias com incorporadores e construtores locais. Uma série de incorporadores residenciais e companhias de serviços imobiliários concorrem conosco (i) na aquisição de terrenos, (ii) na busca de parceiros para incorporação, (iii) na tomada de recursos financeiros para incorporação e (iv) na busca de compradores de imóveis em potencial. Outras companhias, inclusive estrangeiras, em alianças com parceiros locais, podem passar a atuar fortemente no mercado de incorporação imobiliária no Brasil, aumentando ainda mais a concorrência, o que poderia prejudicar a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais, causando, ainda, a perda de nossa posição no mercado. Na medida em que um ou mais dos nossos concorrentes iniciem uma campanha de marketing ou venda bem-sucedida e, em decorrência disso, suas vendas aumentem de maneira significativa, nossas atividades podem vir a ser afetadas adversamente de maneira relevante. Se não formos capazes de responder a tais pressões de modo imediato e adequado, a demanda por nossas unidades imobiliárias pode diminuir, prejudicando de maneira relevante nossa situação financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Eventual alteração das condições de mercado poderá prejudicar nossa capacidade de vender nossos empreendimentos e unidades disponíveis pelos preços previstos, reduzindo nossas margens de lucro, o que poderá afetar adversamente o valor de mercado dos valores mobiliários por nós emitidos.

No desenvolvimento de nossas atividades constantemente localizamos e adquirimos novos terrenos para implantar nossos empreendimentos. O intervalo entre a data em qual adquirimos um terreno para incorporação e a data de entrega do empreendimento aos clientes varia conforme o empreendimento. Existe o risco de declínio da demanda por unidades, do aumento dos custos de mão-de-obra, insumos e matérias-primas, do aumento das taxas de juros, de flutuação das moedas e da ocorrência de incertezas políticas e econômicas durante esse período, bem como o risco de não vender unidades por preços ou margens de lucro previstos ou mesmo nos prazos previstos.

Apesar desses riscos, as despesas significativas relativas ao investimento imobiliário, como custos de manutenção, construção e pagamentos de dívidas, não podem ser reduzidas. Conseqüentemente, o valor de mercado de unidades disponíveis em estoque, terrenos não incorporados e locais para incorporação residencial podem flutuar significativamente devido às alterações das condições de mercado. Além disso, os custos de manutenção de unidades em estoque (inclusive juros sobre recursos não utilizados para aquisição de terrenos ou incorporação residencial) poderão ser significativos e prejudicar nosso desempenho. Em razão desses fatores, podemos ser forçados a vender unidades residenciais ou outros imóveis com prejuízo ou por preços que gerem margens de lucro mais baixas do que às originalmente previstas, bem como, poderemos ser obrigados a reduzir substancialmente o valor contábil de nossos ativos imobiliários em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Todos estes eventos poderão afetar adversamente nossos negócios, resultados e o preço dos valores mobiliários por nós emitidos.

Estamos expostos a riscos associados à incorporação imobiliária, construção e venda de imóveis.

Nós nos dedicamos à incorporação, construção e venda de empreendimentos residenciais e pretendemos continuar desenvolvendo tais atividades. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, mudanças na oferta e procura de empreendimentos em certas regiões, greves, escassez de mão de obra qualificada e regulamentos ambientais e de zoneamento, nossas atividades são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

- a conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento de juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores;
- podemos ser impedidos no futuro, em decorrência de nova regulamentação ou de condições de mercado, de corrigir monetariamente nossos recebíveis, de acordo com certas taxas de inflação, conforme atualmente permitido, o que poderia tornar um projeto inviável financeira ou economicamente;
- o grau de interesse dos compradores em um novo projeto lançado ou o preço de venda por Unidade necessário para vender todas as unidades podem ficar abaixo do esperado, fazendo com que o projeto se torne menos lucrativo do que o esperado;
- o grau de desinteresse ou impossibilidade dos compradores em manter a aquisição da unidade em função de desemprego, problemas pessoais de saúde, alteração de estado civil, alteração de preço de imóveis da concorrência na mesma região, pode levar o projeto a perder quantidade significativa de vendas até a data prevista da entrega de chaves, fazendo com que o projeto gere quantidade menor de caixa do que o esperado;
- na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande companhia do setor imobiliário, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução da confiança dos clientes em outras companhias que atuam no setor;
- somos afetados pelas condições do mercado imobiliário local ou regional, tais como o excesso de oferta de espaço para imóveis, a escassez de terrenos em certas regiões ou o aumento significativo do custo na aquisição de terrenos;
- corremos o risco de compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade das nossas propriedades e das áreas onde estão localizadas;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- nossas margens de lucros podem ser afetadas em função de aumento nos custos operacionais, incluindo investimentos, prêmios de seguro, tributos imobiliários e tarifas públicas;
- as oportunidades de incorporação podem diminuir;
- a construção e a venda das unidades dos empreendimentos podem não ser concluídas dentro do cronograma, acarretando um aumento dos custos de construção ou a rescisão dos contratos de venda;
- eventual mudança nas políticas do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) sobre a aplicação dos recursos destinados ao Sistema Financeiro de Habitação (“SFH”) pode reduzir a oferta de financiamento aos nossos clientes; e
- a queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em nosso estoque antes da incorporação do empreendimento ao qual se destina, e a nossa incapacidade de preservar as margens anteriormente projetadas para as respectivas incorporações.

A ocorrência de quaisquer dos riscos acima pode causar um efeito material adverso na nossa condição financeira e resultados operacionais.

Também dependemos significativamente do valor das unidades concedidas em alienação fiduciária aos bancos financiadores nos financiamentos que concedemos para minimizar o nosso risco de inadimplência. Desta forma, caso o imóvel concedido em garantia sofra desvalorização a níveis mais baixos do que o saldo a receber do cliente, nossa exposição ao risco de inadimplência pode aumentar, afetando a nossa condição financeira e o resultado de nossas operações.

O descasamento entre as taxas utilizadas para a indexação de nossas receitas e as taxas utilizadas para a indexação de nossas despesas poderá impactar negativamente a nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A maior parte das nossas receitas decorrem das vendas das unidades dos empreendimentos que lançamos, que são reajustadas em duas fases: durante a fase de construção e após a fase de construção. Geralmente, durante a fase de construção do empreendimento, utilizamos o INCC e, após essa fase, o IGPM. A maior parcela de nossas despesas, que está relacionada à atividade de construção, é reajustada pelo INCC. Caso, no futuro, haja o desbalanceamento entre estes índices e, conseqüentemente, não seja possível reajustarmos as nossas receitas na proporção do reajuste experimentado por nossas despesas, nossa situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados.

(g) com relação à regulação do setor de atuação

Alterações da legislação tributária brasileira poderão aumentar a nossa carga tributária, e conseqüentemente, impactar adversamente os nossos resultados operacionais.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias que, eventualmente, podem aumentar a nossa carga tributária e de nossos usuários. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo Governo Federal. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas medidas podem aumentar as nossas obrigações fiscais totais, o que, por sua vez, afetaria adversamente nossos resultados operacionais. Caso não haja o repasse desses tributos adicionais às nossas tarifas em valores suficientes e prazo hábil, os nossos resultados operacionais e nossa condição econômico-financeira podem ser adversamente afetados.

Nossas atividades estão sujeitas à extensa regulamentação, o que pode vir a aumentar o nosso custo e limitar o nosso desenvolvimento ou de outra forma afetar adversamente as nossas atividades.

O setor imobiliário brasileiro está sujeito à extensa regulamentação relativa a edificações, zoneamento e loteamentos, expedida por diversas autoridades federais, estaduais e municipais, que afetam a aquisição de terrenos e as atividades de incorporação imobiliária e construção, através da necessidade de obtenção de licenças. Somos obrigados a obter aprovação de várias autoridades governamentais para desenvolvermos a nossa atividade de incorporação imobiliária, podendo novas leis ou regulamentos

4.1 Descrição dos fatores de risco

serem aprovados, implementados ou interpretados de modo a afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

Nossas operações também estão sujeitas a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais. Essas leis ambientais podem acarretar atrasos, podem fazer com que incorramos em custos significativos para cumpri-las, assim como podem proibir ou restringir severamente a atividade de incorporação e construção em regiões ou áreas ambientalmente sensíveis. As leis que regem o setor imobiliário brasileiro tendem a se tornar mais restritivas, e qualquer aumento de restrições pode afetar adversamente e de maneira relevante os nossos resultados operacionais.

(h) com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Atualmente a Companhia não possui nenhuma operação em outros países que não o Brasil.

(i) com relação a questões sociais, ambientais e climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

As propriedades adquiridas e nossas atividades de negócio podem nos expor a riscos ambientais e, por consequência, podem afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

A aquisição de propriedades e nossas atividades de negócio podem nos sujeitar a diversas obrigações, inclusive de caráter ambiental. Nossas despesas operacionais podem ser maiores do que as estimadas devido aos custos relativos ao cumprimento das leis e regulamentações ambientais existentes e futuras. Adicionalmente, de acordo com diversas leis federais e locais, bem como resoluções e regulamentações, podemos ser considerados proprietários ou operadores de propriedades potencialmente contaminadas ou sermos obrigados a providenciar a remoção ou o tratamento de substâncias nocivas ou tóxicas em desacordo com a legislação aplicável existentes em tais propriedades. Dessa forma, podemos ser responsáveis pelos custos de remoção ou tratamento de determinadas substâncias nocivas em nossas propriedades. Podemos incorrer em tais custos, os quais podem afetar nossos negócios, resultados operacionais e imagem de forma negativa.

Regulamentação ambiental que a Companhia está sujeita.

As operações da Companhia estão sujeitas a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais. Essas leis ambientais podem acarretar atrasos, podem fazer com que a Companhia incorra em custos significativos para cumpri-las, assim como podem proibir ou restringir severamente a atividade de incorporação e construção em regiões ou áreas ambientalmente sensíveis.

As leis que regem o setor imobiliário brasileiro, assim como as leis ambientais, tendem a se tornar mais restritivas, e qualquer aumento de restrições pode afetar adversamente a Companhia. Adicionalmente, existe a possibilidade das leis de zoneamento urbano e proteção ambiental serem alteradas após a aquisição de um terreno e antes do desenvolvimento do projeto a ele atrelado, o que trará atrasos e modificações ao objetivo comercial inicialmente projetado, resultando em num efeito adverso para os negócios da Companhia e resultados estimados. Fatores como a identificação de contaminação ambiental do solo e/ou águas subterrâneas nos nossos terrenos dos empreendimentos, em implantação ou já comercializados, são de nossa responsabilidade direta ou indireta e são capazes de ensejar futuros dispêndios com investigação, monitoramento ou remediação.

Vale ressaltar que antes da finalização da compra dos terrenos são realizadas investigações e estudos sobre o lote, visando obter a percepção de prazo e quantia financeira que a Companhia utilizará para estes assuntos e que deverá ser considerada no estudo de viabilidade de determinado terreno.

Adicionalmente, poderemos ser responsabilizados por eventuais danos causados ao meio ambiente em virtude de terceirização de execução de tarefas de nossa responsabilidade, tais como disposição final de resíduos e supressão de vegetação. A ocorrência desses eventos poderá causar impacto negativo em nossas atividades, resultados operacionais e situação financeira. A fim de mitigar esse risco, a Companhia atua de maneira direta no acompanhamento e atendimentos dessas etapas, com controles rígidos e devidas licenças para sua execução.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(j) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A instabilidade política pode prejudicar os nossos resultados operacionais.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam em alterações das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. As atividades da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicadas de maneira relevante por tais modificações.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e o valor de mercado de suas ações.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das nossas ações.

O Brasil vem registrando altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, conseqüentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre nós.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez não possamos ajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que poderia aumentar nossos custos e reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque temos empréstimos e financiamentos indexados à variação da SELIC e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa na taxa SELIC, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de nossas aplicações financeiras.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, conseqüentemente, nossos resultados.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De

4.1 Descrição dos fatores de risco

tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas.

As desvalorizações do real em relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e prejudicar tanto situação financeira da Companhia como seus resultados operacionais, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do real em relação ao dólar americano poderia levar à redução do consumo, a pressões deflacionárias e a um menor crescimento da economia de modo geral.

Por outro lado, a valorização do real em relação ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras poderia resultar na piora da balança comercial brasileira, bem como refrear o crescimento baseado nas exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou a valorização do real podem ter um efeito substancial e negativo no crescimento da economia brasileira, bem como nos negócios da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais.

A intervenção do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias podem afetar nossos negócios

O passado recente da economia brasileira permite verificar inúmeros exemplos de medidas adotadas pelo governo brasileiro que alteraram significativamente a condução de suas políticas, com intuito de fazer frente às situações econômicas e políticas da época. Citam-se como exemplos os aumentos ou reduções das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital, limitação às importações, intervenções às concessões no setor elétrico, dentre outras medidas. Nesse sentido, não temos controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Nossos negócios, nossa situação financeira, o resultado das nossas operações, bem como nossas perspectivas futuras poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou influam em fatores, tais como:

- política monetária;
- política fiscal;
- política cambial;
- estabilidade social e política;
- aumento na taxa de desemprego;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados;
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção por parte do governo brasileiro de políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para nossos resultados.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A Companhia descreve abaixo os principais fatores de riscos que conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Riscos adicionais, que atualmente não são conhecidos pela Companhia ou que ela considera irrelevantes, também podem vir a afetá-la de maneira adversa.

- I. A Companhia está exposta a riscos associados à conjuntura econômica do país;*
- II. A Companhia está exposta a riscos associados à atividade de incorporação imobiliária, construção e venda de imóveis;*
- III. A Companhia está exposta a riscos associados à cadeia de suprimentos;*
- IV. As atividades da Companhia estão sujeitas a extensa regulamentação, o que pode vir a aumentar o seu custo e limitar seu desenvolvimento ou de outra forma afetar adversamente as suas atividades;*
- V. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Assim como outros agentes de mercado e, adicionalmente aos fatores de risco citados anteriormente no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia está suscetível a riscos provenientes da conjuntura econômica de mercado no qual a Companhia está inserida, os quais são citados abaixo.

Considerando-se o longo período para a conclusão de um projeto, a Companhia pode enfrentar desaquecimento econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política que podem afetar sua capacidade de concluir projetos com sucesso.

Um projeto de incorporação imobiliária pode levar até aproximadamente 48 meses para ser finalizado (prazo de construção, que pode variar a depender da complexidade do projeto), dependendo do tipo de produto. Durante esse período, poderá haver incertezas econômicas consideráveis, como desaquecimento econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política que podem resultar em efeitos adversos nos hábitos do consumidor, nos custos de construção, na disponibilidade de mão de obra e materiais, bem como outros fatores que afetam a Companhia, assim como ao mercado imobiliário em geral. Despesas significativas associadas aos investimentos imobiliários, como custos de manutenção, custos de construção e pagamento de dívidas, geralmente não poderão ser reduzidas caso mudanças na economia causem uma redução nas receitas provenientes dos produtos da Companhia. Embora as condições do mercado imobiliário tenham, de um modo geral, sido favoráveis, a demanda contínua por seus empreendimentos depende de expectativas a longo prazo em termos de crescimento econômico e emprego. Em particular, se a taxa de crescimento da economia diminuir ou caso ocorra recessão na economia, a rentabilidade da Companhia pode ser adversamente afetada.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem causar um efeito adverso relevante nas atividades e no preço de mercado das ações da Companhia.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam em alterações das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. As atividades da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados de maneira relevante por tais modificações. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e o valor de mercado de suas ações.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia e o valor de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas e todo efeito causado pela pandemia mundial do “COVID-19”, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que pode aumentar seus custos e diminuir sua margem operacional líquida.

Eventos geopolíticos globais podem ter um efeito adverso relevante sobre a economia, afetando negativamente o mercado de capitais e a economia brasileira, impactando os negócios da Companhia e a sua capacidade de financiamento. O mercado de valores mobiliários pode sofrer influência, de diferentes

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

formas, por questões geopolíticas, de modo que eventos e acontecimentos que gerem ou contribuam para a instabilidade política e econômica dos mercados de valores mobiliários, como conflitos (exemplo recente da guerra Rússia-Ucrânia), podem ter um efeito adverso relevante sobre a economia global, afetando negativamente o mercado de capitais brasileiro, com oscilações das taxas de câmbio e inflação, impacto na oferta de crédito, percepção e interesse de investidores sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro e a própria Companhia. A concretização desses efeitos, assim, pode afetar adversamente a Construtora Adolpho Lindenberg, a condução dos seus negócios e a sua capacidade de financiamento.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como o preço de mercado das ações da Companhia.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. As desvalorizações do real em relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e prejudicar tanto a situação financeira da Companhia como seus resultados operacionais, além de restringir o acesso aos mercados de capitais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do real em relação ao dólar americano poderia levar à redução do consumo, a pressões deflacionárias e a um menor crescimento da economia de modo geral.

Por outro lado, a valorização do real em relação ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras poderia resultar na piora da balança comercial brasileira, bem como refrear o crescimento baseado nas exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou a valorização do real podem ter um efeito substancial e negativo no crescimento da economia brasileira, bem como nos negócios da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais.

Risco de taxa de juros

Os resultados financeiros da Companhia são influenciados por variações nas taxas de juros, uma vez que essas variações têm impacto: (i) sobre as vendas dos imóveis e os repasses dos clientes aos bancos; (ii) sobre despesas de juros incorridas com instrumentos de dívida remuneradas a taxas de juros variáveis, (iii) sobre contratos de compra e venda indexados a taxas de juros variáveis; e (iv) sobre as receitas de juros geradas dos nossos saldos de caixa e investimento.

Em relação ao endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, totalizava R\$ 221,0 milhões em dívida corporativa, cujo esse montante é indexado a taxas flutuantes de juros indexadas ao CDI e, desta forma, à medida que o CDI se altera (para cima ou para baixo), a Companhia experimenta um impacto direto em suas despesas financeiras. A Companhia no encerramento do exercício social de 2025, possuía financiamentos à construção pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) no montante de R\$ 82,0 milhões.

Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI, INCC, IPCA e IGP-M vigentes em 31 de dezembro de 2025, foi definido o cenário provável, cenário crescente e cenário decrescente para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	POSIÇÃO	RISCO	VALOR BASE	CENÁRIO	CENÁRIO	CENÁRIO	CENÁRIO	CENÁRIO
				-50%	-25%	PROVÁVEL	25%	50%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS POSIÇÃO CONTÁBIL	31/12/2025	CDI (aa.)	158.970	6,32% 10.041	9,47% 15.062	12,63% 20.082	15,79% 25.103	18,95% 30.124
CONTAS A RECEBER EM IMOVEIS EM CONSTRUÇÃO POSIÇÃO CONTÁBIL	31/12/2025	INCC-M (aa.)	226.481	2,57% 5.827	3,86% 8.741	5,15% 11.655	6,43% 14.569	7,72% 17.482
CONTAS A RECEBER EM IMOVEIS CONCLUÍDO POSIÇÃO CONTÁBIL	31/12/2025	IGPM (aa.)	2.465	1,98% 49	2,96% 73	3,95% 97	4,94% 122	5,93% 146
CONTAS A RECEBER EM IMOVEIS CONCLUÍDO POSIÇÃO CONTÁBIL	31/12/2025	IPCA (aa.)	0	2,00% 0	3,00% 0	4,00% 0	5,00% 0	6,00% 0
EMPRÉSTIMOS FINANCEIROS POSIÇÃO CONTÁBIL	31/12/2025	CDI (aa.)	303.022	6,32% 19.140	9,47% 28.710	12,63% 38.280	15,79% 47.850	18,95% 57.421
PERMUTA FINANCEIRA POSIÇÃO CONTÁBIL	31/12/2025	INCC-M (aa.)	321	2,57% 8	3,86% 12	5,15% 17	6,43% 21	7,72% 25

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4 deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam no conjunto, vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de março de 2026, segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Processo nº 0002607-44.2009.8.26.0301- Ação Civil Pública	
a. Juízo	Vara Cível de Atibaia/SP
b. Instância	Recursal
c. Data de instauração	10/11/2009
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público de São Paulo Réis 1) Prefeitura Municipal de Jarinú; 2) Terra Azul Marketing Imobiliário Ltda; – 3) <u>Construtora Adolpho Lindenberg S/A</u> ; 4) Fernandez Mera Negócios Imobiliários; 5) Lexus Consultoria Imobiliária Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$13.573.264,98, meramente estimativo
Principais fatos	<p>Busca o MP a declaração de nulidade absoluta do alvará de aprovação expedido pela Prefeitura do Município de Jarinu em 26 de setembro de 1.974, que autorizou a implantação do loteamento Palomino Valley (depois denominado Cenarium), nas áreas objeto das transcrições imobiliárias n. 33.733, 36.733 e 45.543 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia. Em consequência da nulidade almejada, pretende ainda o MP o cancelamento do registro imobiliário e o desfazimento do loteamento com a recomposição da gleba ao seu estado primitivo, a indenização por danos ambientais irreversíveis e a integral indenização dos adquirentes dos lotes.</p> <p>A Companhia foi contratada pela co-ré Terra Azul para prestar serviços de assessoramento na elaboração de projetos arquitetônicos relativos à portaria, stand de vendas, e clube e área de lazer e que, portanto, não praticou ato danoso ao meio ambiente – inexistente nexo causal entre as atividades prestadas e danos causados, não sendo a Companhia proprietária dos imóveis. Sentença proferida em 05/05/2015 dando parcial provimento ao pedido, restando à Companhia apenas a obrigação de não fazer (não promover ou intermediar vendas), o que nunca foi feito por ela. Ministério Público apelou e o E. Tribunal de Justiça de São Paulo, de ofício, anulou a sentença e determinou a inclusão dos adquirentes no polo passivo da demanda, na qualidade de litisconsortes necessários. Do referido acórdão o Ministério Público do Estado de São Paulo interpôs recurso especial, que concluiu pelo provimento do aludido recurso, por considerar que os adquirentes não são litisconsortes passivos necessários. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou as apelações interpostas pelo Ministério Público e Companhia dando provimento à última.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0002607-44.2009.8.26.0301- Ação Civil Pública	
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença proferida em 05/05/2015 dando parcial provimento ao pedido, restando à Companhia apenas a obrigação de não fazer (não promover ou intermediar vendas), o que nunca foi feito por ela.</p> <p>Proferido acórdão em 12/06/2025 dando parcial provimento da Apelação do Ministério Público e provimento da Apelação da Construtora Adolpho Lindenberg</p> <p>Proferido acórdão dos embargos de declaração da Companhia em 16/04/2026 a fim de confirmar que em relação a ela não se aplicarão as sanções da condenação.</p>
h. estágio do processo	Aguardando manifestação do Ministério Público acerca do trânsito em julgado do recurso interposto
i. Chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia

Contingências Trabalhistas e Tributárias

Até a data de protocolo do presente Formulário de Referência, a Companhia não possui processos judiciais não sigilosos relevantes na área trabalhista e tributária.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

A Companhia informa que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas no item 4.4.

4.6 Processos sigilosos relevantes

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

4.7 Outras contingências relevantes

A Companhia informa que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas no item 4.4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos pois entende que é desnecessária frente aos esforços periódicos de uma estrutura organizacional multidisciplinar formada pela diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisa os riscos para informar ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que por sua vez avalia as ações praticadas. É um trabalho constante, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, e adequação das operações da Companhia.

- b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo

- i. Os riscos para os quais se busca proteção
- ii. Os instrumentos utilizados para proteção
- iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia informa que esse item não é aplicável, a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

- c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia informa que esse item não é aplicável, a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

- a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado pois entende que é desnecessária frente aos esforços periódicos de uma estrutura organizacional multidisciplinar formada pela diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisa os riscos para informar ao Conselho de Administração, que por sua vez avalia as ações praticadas. É um trabalho constante, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, e adequação das operações da Companhia.

- b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

- i. Riscos para os quais se busca proteção
- ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)
- iii. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)
- iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos
- v. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza nenhum instrumento derivativo ou financeiro para proteção patrimonial, mas destaca o esforço periódico da diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisam, conjuntamente, a adequação das operações da Companhia como estratégia de proteção patrimonial.

Em relação ao risco de crédito, a Companhia entende que não há concentração de risco de crédito relevante associado a clientes, uma vez que a Companhia faz a análise de crédito prévio e não há clientes que possuam representatividade relevante sobre a receita.

Em relação ao risco de liquidez, a Administração monitora constantemente a liquidez da Companhia e tem como plano de ação a busca de investidores financeiros parceiros para participar em conjunto dos empreendimentos imobiliários. Além disso, a Companhia tem como alternativa, caso necessário, a busca por financiamento bancário para os empreendimentos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação ao risco da taxa de juros, o saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado, que indexam o saldo devedor dos clientes até o término da obra, resguardando a Companhia de oscilações. Os juros sobre os financiamentos estão na média praticada atualmente pelo mercado e os saldos estão sendo atualizados de acordo com os contratos firmados.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia informa que esse item não é aplicável, a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5.2 Descrição dos controles internos

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as suas atividades, com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

Adicionalmente a Companhia adota como prática a elaboração dos processos críticos a fim de formalizar as principais atividades que envolvem os departamentos administrativos e operacionais. A formalização é realizada através de elaboração de fluxograma, descrição analítica dos processos e treinamentos internos. Este processo visa garantir a eficiência nas operações realizadas pela Companhia a fim de mitigar e corrigir possíveis imperfeições.

Anualmente os auditores externos realizam testes substantivos a fim de se certificar de que os controles internos da Companhia estão aderentes e de acordo com os padrões de eficiência necessários para assegurar que as informações contidas nas demonstrações financeiras atendem os padrões de controles internos e está de acordo com a legislação vigente.

Diante disso, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

Os departamentos envolvidos na elaboração de demonstrações financeiras são: Contábil, Planejamento Financeiro e Jurídico.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos são revisados pela área de Qualidade e sempre que é identificada alguma inconsistência ou melhoria é submetido a atualização pela área responsável. Gerente de Qualidade/Diretoria. Anualmente a auditoria emite carta de recomendação sobre controles internos que é disponibilizada e discutida pela Diretoria da Companhia ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

5.3 Programa de integridade

- a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo
- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas
 - ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia aprovou, em 11 de fevereiro de 2021, um Programa de Integridade formado, em especial, pelos seguintes documentos:

- (i) Código de Conduta e Ética
- (ii) Política de Segurança da Informação
- (iii) Política de Brindes e Hospitalidades
- (iv) Política de Reembolso
- (v) Procedimento de Due Diligence
- (vi) Procedimento de Investigações Internas – Compliance
- (vii) Procedimento de Investigações Internas – Funcionários
- (viii) Medidas Disciplinares – Funcionários
- (ix) Medidas Disciplinares – Parceiros de Negócio

O Código de Conduta e Ética está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://lindenberg.com.br/ri/>) e nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), respectivamente, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando
 - se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta e Ética é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, incluindo diretores, conselheiros, empregados, estagiários e aprendizes, cabendo a todos os colaboradores garantir que o Código seja transmitido a todos os parceiros, clientes, fornecedores ou demais terceiros com quem a Companhia possua negócios.

No momento da contratação, os novos colaboradores recebem o Código de Conduta e devem se comprometer zelar por sua aplicação e observância. A Companhia fornecerá treinamentos anuais sobre o Código de Conduta, conforme previsto no próprio documento.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Dentre os documentos aprovados no âmbito do Programa de Compliance estão as Medidas Disciplinares – Funcionários e as Medidas Disciplinares – Parceiros de Negócio. Tais documentos estabelecem diretrizes para o processo de definição de medidas disciplinares aplicáveis em casos de desvios de conduta identificados nas políticas internas da Companhia e nas legislações aplicáveis e as medidas disciplinares serão aplicadas caso a caso, conforme avaliação de gravidade da infração

As sanções aplicáveis são:

5.3 Programa de integridade

- (i) Aviso: ocorre quando o líder imediato verbalmente chama a atenção do colaborador sobre seu comportamento ou atitude inadequada.
- (ii) Advertência: registro formal da ocorrência e da aplicação da advertência, mantendo o documento no prontuário do profissional. Pode ser verbal ou formal, em ambos os casos deve haver o registro. A recusa do colaborador em assinar ou receber a advertência não implica que ela não tenha sido feita.
- (iii) Suspensão: afastamento do colaborador das suas atividades, sem remuneração. Pode variar entre um até três dias uteis não podendo ocorrer em finais de semana, feriados ou folgas.
- (iv) Desligamento: é motivada pela reincidência de várias faltas praticadas ou pela ocorrência de falta disciplinar grave que resulte em perda da confiança no colaborador.
- (v) Desligamento por justa causa: motivada pela ocorrência de falta disciplinar grave, devidamente comprovada e documentada.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2021 e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.lindenberg.com.br/ri>) e nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), respectivamente, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br.

- b) **Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e o órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Para realizar denúncias de possível irregularidade no cumprimento do Código de Conduta e Ética da Construtora Adolpho Lindenberg, o denunciante poderá utilizar o e-mail compliance@lindenberg.com.br. Além disso, as denúncias podem ser comunicadas de forma anônima, na página da Lindenberg: <https://lindenberg.com.br/canal-de-denuncia/>.

Os denunciante são protegidos pela empresa de retaliação, intimidação ou discriminação, incluindo ação disciplinar, retenção ou suspensão de pagamentos de salários. As denúncias podem ser realizadas de forma anônima ou identificada.

Após o recebimento do relato da ocorrência, a área de Compliance fará as entrevistas iniciais para levantamento de dados e compreensão do caso, realizará o procedimento investigativo, incluindo conversa com possíveis testemunhas, e elaborará um relatório, contendo o relato original e provas recolhidas, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política de Investigações Internas.

Toda investigação será sempre sigilosa, cabendo ao condutor zelar pela confidencialidade das informações. Somente devem tomar conhecimento do conteúdo e do desenrolar das apurações o RH Corporativo e a área de Compliance.

- c) **Se o emissor possui número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.**

A Companhia informa que não possui número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios

- d) **Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

A Companhia informa que adotou um Programa de Integridade com seu Código de Conduta e Ética.

5.4 Alterações significativas

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

5.5 Outras informações relevantes

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.						
08.312.229/0001-73	Brasil	Sim	Sim	31/01/2025		
Não						
3.267.735	46,757	0	0,000	3.267.735	46,757	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
HELENICE HONORIO MORALES						
166.263.738-11	Brasil	Sim	Não	15/01/2026		
Não						
41.748	0,597	0	0,000	41.748	0,597	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JOSE OSWALDO MORALES JUNIOR						
066.016.438-82	Brasil	Sim	Não	27/07/2022		
Não						
115.764	1,656	0	0,000	115.764	1,656	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.						
32.218.933/0001-46	Brasil	Sim	Sim	25/07/2022		
Não						
3.267.735	46,757	0	0,000	3.267.735	46,757	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARCOS RIBEIRO SIMON						
042.883.278-49	Brasil	Sim	Não	27/07/2022		
Não						
226.538	3,241	0	0,000	226.538	3,241	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
69.280	0,991	0	0,000	69.280	0,991	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
6.988.800	100,000	0	100,000	6.988.800	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73		
ALEXANDRE ERNESTO ZARIF ZARZUR						
328.109.998-05	Brasil	Não	Sim	24/01/2025		
Não	ALEXANDRE ERNESTO ZARIF ZARZUR		Fisica		328.109.998-05	
256.057	0,116	0	0,000	256.057	0,116	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ANNA LUCIA ZARZUR MAALOULI						
301.403.738-96	Brasil	Não	Sim	24/01/2025		
Sim	ANNA LUCIA ZARZUR MAALOULI		Fisica		301.403.738-96	
50.626	0,023	0	0,000	50.626	0,023	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BlackRock Inc.						
00.000.000/0000-00	Estados Unidos	Não	Não	10/06/2024		
Sim	Citibank DTVM S.A		Juridica		33.868.597/0001-40	
11.455.252	5,184	0	0,000	11.455.252	5,184	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73	
CAMILA LUFTALLA ZARZUR					
382.001.028-90	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	CAMILA LUFTALLA ZARZUR		Física	382.001.028-90	
1	0,000	0	0,000	1	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CEDRUS FIA IE					
45.127.250/0001-25	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	BTG PACTUAL SERVICOS FINANCEIROS SA DTVM		Jurídica	59.281.253/0001-23	
710.140	0,321	0	0,000	710.140	0,321
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CESAR ERNESTO GONÇALVES ZARZUR					
399.833.578-10	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	CESAR ERNESTO GONÇALVES ZARZUR		Física	399.833.578-10	
202.126	0,091	0	0,000	202.126	0,091
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73	
EDUARDO ZARZUR ALBERTO					
367.227.458-56	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	EDUARDO ZARZUR ALBERTO		Física	367.227.458-56	
168.167	0,076	0	0,000	168.167	0,076
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
EZ1 PARTICIPAÇÕES LTDA.					
33.488.987/0001-94	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024	
Não	FLAVIO ERNESTO ZARZUR		Física	035.893.548-28	
10.520.475	4,761	0	0,000	10.520.475	4,761
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
EZ2 PARTICIPAÇÕES LTDA.					
33.419.575/0001-00	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024	
Não	SILVIO ERNESTO ZARZUR		Física	043.058.858-59	
10.520.474	4,761	0	0,000	10.520.474	4,761
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73	
EZ3 PARTICIPAÇÕES LTDA.					
33.487.199/0001-83	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024	
Não	SILVANA ZARZUR ALBERTO		Física	075.929.918-88	
10.520.474	4,761	0	0,000	10.520.474	4,761
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
EZ4 PARTICIPAÇÕES LTDA.					
33.485.803/0001-32	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024	
Não	MARCELO ERNESTO ZARZUR		Física	129.357.758-80	
10.520.474	4,761	0	0,000	10.520.474	4,761
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
EZ5 PARTICIPAÇÕES LTDA.					
33.419.449/0001-48	Brasil	Sim	Sim	24/01/2025	
Não	MARCOS ERNESTO ZARZUR		Física	084.742.748-00	
11.020.474	4,987	0	0,000	11.020.474	4,987
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73		
EZ6 PARTICIPAÇÕES LTDA.						
33.459.643/0001-57	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024		
Não	ANNA LUCIA ZARZUR MAALOU LI		Física		301.403.738-96	
10.520.474	4,761	0	0,000	10.520.474	4,761	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FELIPE ZARZUR ALBERTO						
363.313.628-27	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	FELIPE ZARZUR ALBERTO		Física		363.313.628-27	
165.715	0,075	0	0,000	165.715	0,075	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FLÁVIO ERNESTO ZARZUR						
035.893.548-28	Brasil	Não	Sim	24/01/2025		
Não	FLAVIO ERNESTO ZARZUR		Física		035.893.548-28	
2.369.236	1,072	0	0,000	2.369.236	1,072	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73	
GAR PARTICIPAÇÕES LTDA.					
08.870.034/0001-49	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024	
Não	FLAVIO ERNESTO ZARZUR		Fisica	035.893.548-28	
6.752.342	3,056	0	0,000	6.752.342	3,056
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GEMINI FIA IE					
43.140.618/0001-60	Brasil	Não	Sim	24/01/2025	
Não	BTG PACTUAL SERVICOS FINANCEIROS SA DTVM		Juridica	59.281.253/0001-23	
1.533.000	0,694	0	0,000	1.533.000	0,694
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GENEPI FIM CP IE					
49.733.651/0001-80	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	BTG PACTUAL SERVICOS FINANCEIROS SA DTVM		Juridica	59.281.253/0001-23	
85.845	0,039	0	0,000	85.845	0,039
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73	
GIOVANNA ZARIF ZARZUR TCHALIAN					
382.000.968-07	Brasil	Não	Sim	24/01/2025	
Não	GIOVANNA ZARIF ZARZUR TCHALIAN		Física	382.000.968-07	
236.357	0,107	0	0,000	236.357	0,107
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
HENRIQUE ERNESTO GONÇALVES ZARZUR					
363.265.018-73	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	HENRIQUE ERNESTO GONÇALVES ZARZUR		Física	363.265.018-73	
201.126	0,091	0	0,000	201.126	0,091
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
HPC PARTICIPAÇÕES LTDA.					
06.017.754/0001-30	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024	
Não	SILVIO ERNESTO ZARZUR		Física	043.058.858-59	
6.752.342	3,056	0	0,000	6.752.342	3,056
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73	
LIBANUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES					
43.096.731/0001-95	Brasil	Não	Sim	24/01/2025	
Não	BTG PACTUAL SERVICOS FINANCEIROS SA DTVM		Juridica	59.281.253/0001-23	
1.612.422	0,730	0	0,000	1.612.422	0,730
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MANOELA LUFTALLA ZARZUR					
382.000.998-14	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	MANOELA LUFTALLA ZARZUR		Fisica	382.000.998-14	
1	0,000	0	0,000	1	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MAPECA PARTICIPAÇÕES LTDA.					
09.158.881/0001-48	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024	
Não	MARCELO ERNESTO ZARZUR		Fisica	129.357.758-80	
6.752.342	3,056	0	0,000	6.752.342	3,056
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73	
MARCELLA GRANDJEAN ZARZUR					
381.838.678-12	Brasil	Não	Sim	24/01/2025	
Não	MARCELLA GRANDJEAN ZARZUR		Física	381.838.678-12	
11.925	0,005	0	0,000	11.925	0,005
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCELO ERNESTO ZARZUR					
129.357.758-80	Brasil	Não	Sim	24/01/2025	
Não	MARCELO ERNESTO ZARZUR		Física	129.357.758-80	
168.105	0,076	0	0,000	168.105	0,076
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCIO EL TAYAR					
167.494.098-06	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	MARCIO EL TAYAR		Física	167.494.098-06	
528.185	0,239	0	0,000	528.185	0,239
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73	
MARCOS ERNESTO ZARZUR					
084.742.748-00	Brasil	Não	Sim	24/01/2025	
Não	MARCOS ERNESTO ZARZUR		Física	084.742.748-00	
670.374	0,303	0	0,000	670.374	0,303
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MAURICIO ERNESTO GRANDJEAN ZARZUR					
367.159.508-65	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	MAURICIO ERNESTO GRANDJEAN ZARZUR		Física	367.159.508-65	
3.301	0,001	0	0,000	3.301	0,001
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MAURO ALBERTO					
045.916.248-97	Brasil	Não	Sim	24/01/2025	
Não	MAURO ALBERTO		Física	045.916.248-97	
167.500	0,076	0	0,000	167.500	0,076
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73	
NAVI HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.					
36.552.093/0001-04	Brasil	Não	Não	06/05/2024	
Não	NAVI HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.		Juridica	36.552.093/0001-04	
11.293.832	5,111	0	0,000	11.293.832	5,111
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PEDRO ERNESTO LUFTALLA ZARZUR					
382.001.058-06	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	PEDRO ERNESTO LUFTALLA ZARZUR		Fisica	382.001.058-06	
1	0,000	0	0,000	1	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PRISCILLA ZARZUR GRACO					
368.806.348-18	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	PRISCILLA ZARZUR GRACO		Fisica	368.806.348-18	
192.626	0,087	0	0,000	192.626	0,087
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73	
PROSPEX FIA IE					
43.140.800/0001-10	Brasil	Não	Sim	24/01/2025	
Não	BTG PACTUAL SERVICOS FINANCEIROS SA DTVM		Juridica	59.281.253/0001-23	
1.797.583	0,813	0	0,000	1.797.583	0,813
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RAFAEL ERNESTO ZARIF ZARZUR					
353.179.718-29	Brasil	Não	Sim	24/01/2025	
Não	RAFAEL ERNESTO ZARIF ZARZUR		Fisica	353.179.718-29	
251.857	0,114	0	0,000	251.857	0,114
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ROBERTO MOUNIR MAALOULI					
308.038.838-03	Brasil	Não	Sim	24/01/2025	
Não	ROBERTO MOUNIR MAALOULI		Fisica	308.038.838-03	
10.006	0,005	0	0,000	10.006	0,005
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73		
SAMIR ZAKKHOUR EL TAYAR						
023.489.008-82	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	SAMIR ZAKKHOUR EL TAYAR		Física		023.489.008-82	
1.261.873	0,571	0	0,000	1.261.873	0,571	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SILVANA ZARZUR ALBERTO						
075.929.918-88	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	SILVANA ZARZUR ALBERTO		Física		075.929.918-88	
656	0,000	0	0,000	656	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SILVIO ERNESTO ZARZUR						
043.058.858-59	Brasil	Não	Sim	24/01/2025		
Não	SILVIO ERNESTO ZARZUR		Física		043.058.858-59	
2.309.123	1,045	0	0,000	2.309.123	1,045	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73	
SMM PARTICIPAÇÕES LTDA.					
06.017.822/0001-61	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024	
Não	SAMIR ZAKKHOUR EL TAYAR		Física	023.489.008-82	
11.000.000	4,978	0	0,000	11.000.000	4,978
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
SZA PARTICIPAÇÕES LTDA.					
09.023.876/0001-28	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024	
Não	SILVANA ZARZUR ALBERTO		Física	075.929.918-88	
6.752.342	3,056	0	0,000	6.752.342	3,056
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
VALEY PARTICIPAÇÕES S.A.					
08.999.928/0001-33	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024	
Não	ROBERTO MOUNIR MAALOULI		Física	308.038.838-03	
1.113.100	0,504	0	0,000	1.113.100	0,504
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				08.312.229/0001-73		
VJR PARTICIPAÇÕES S.A.						
08.870.009/0001-65	Brasil	Sim	Sim	22/05/2024		
Não	ANNA LUCIA ZARZUR MAALOULI		Física	301.403.738-96		
3.902.041	1,766	0	0,000	3.902.041	1,766	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
2.863.400	1,296	0	0,000	2.863.400	1,296	
OUTROS						
73.765.331	33,380	0	0,000	73.765.331	33,380	
TOTAL						
220.989.103	100,000	0	100,000	220.989.103	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.				32.218.933/0001-46	
ALEXANDRE MASTROCESSÁRIO SILVA					
876.313.691-00	Brasil	Sim	Não	30/04/2022	
Não					
190.000	0,849	0	0,000	190.000	0,849
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ARTHUR MONNERAT AMORIM					
095.112.487-07	Brasil	Sim	Não	12/05/2026	
Não					
572.400	2,559	0	0,000	572.400	2,559
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.					
06.165.988/0001-25	Brasil	Sim	Sim	12/05/2026	
Não					
4.646.847	20,773	0	0,000	4.646.847	20,773
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.				32.218.933/0001-46	
BRUNA AFONSO BIANCA DEIAB					
299.064.058-48	Brasil	Sim	Não	12/05/2026	
Não					
894.784	4,000	0	0,000	894.784	4,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCELO GUARANHA SAVI					
138.319.428-97	Brasil	Sim	Não	30/04/2022	
Não					
223.696	1,000	0	0,000	223.696	1,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA					
224.468.838-00	Brasil	Sim	Sim	12/05/2026	
Não					
5.094.241	22,773	0	0,000	5.094.241	22,773
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.				32.218.933/0001-46		
MHBU CONSULTORIA E REPRES LTDA.						
01.182.334/0001-96	Brasil	Sim	Sim	12/05/2026		
Não						
5.094.241	22,773	0	0,000	5.094.241	22,773	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO ROMERO						
166.790.298-99	Brasil	Sim	Não	30/04/2022		
Não						
111.848	0,500	0	0,000	111.848	0,500	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ						
757.342.495-72	Brasil	Sim	Sim	12/05/2026		
Não						
5.094.241	22,773	0	0,000	5.094.241	22,773	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.				32.218.933/0001-46		
TRIMAR PARRTICIPAÇÕES LTDA.						
05.846.039/0001-48	Brasil	Sim	Não	16/10/2020		
Não						
447.394	2,000	0	0,000	447.394	2,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
22.369.692	100,000	0	100,000	22.369.692	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.				06.165.988/0001-25	
ADOLPHO CARLOS LINDENBERG					
309.241.658-98	Brasil	Não	Não	17/08/2018	
Não					
30	0,024	0	0,000	30	0,024
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO					
004.219.258-76	Brasil	Não	Sim	30/04/2019	
Não					
123.726	99,919	0	0,000	123.726	99,919
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BEATRIZ CALDEIRA LINDENBERG					
343.122.558-65	Brasil	Não	Não	17/08/2018	
Não					
30	0,024	0	0,000	30	0,024
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.				06.165.988/0001-25		
MARCOS CALDEIRA LINDENBERG						
365.777.768-73	Brasil	Não	Não	17/08/2018		
Não						
30	0,024	0	0,000	30	0,024	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIA ELIZA CALDEIRA LINDENBERG						
052.119.038-03	Brasil	Não	Não	17/08/2018		
Não						
10	0,008	0	0,000	10	0,008	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.				06.165.988/0001-25		
123.826	100,000	0	100,000	123.826	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CEDRUS FIA IE				45.127.250/0001-25		
MAURO ALBERTO						
045.916.248-97	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não						
8.059.156	41,165	0	0,000	8.059.156	41,165	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SILVANA ZARZUR ALBERTO						
075.929.918-88	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não						
11.518.421	58,835	0	0,000	11.518.421	58,835	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CEDRUS FIA IE				45.127.250/0001-25		
19.577.577	100,000	0	100,000	19.577.577	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZ1 PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.488.987/0001-94	
ALEXANDRE ERNESTO ZARIF ZARZUR					
328.109.998-05	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	ALEXANDRE ERNESTO ZARIF ZARZUR		Física	328.109.998-05	
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FLÁVIO ERNESTO ZARZUR					
035.893.548-28	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	FLAVIO ERNESTO ZARZUR		Física	035.893.548-28	
42.799.301	50,000	0	0,000	42.799.301	50,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GIOVANNA ZARIF ZARZUR TCHALIAN					
382.000.968-07	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	GIOVANNA ZARIF ZARZUR TCHALIAN		Física	382.000.968-07	
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZ1 PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.488.987/0001-94		
RAFAEL ERNESTO ZARIF ZARZUR						
353.179.718-29	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	RAFAEL ERNESTO ZARIF ZARZUR		Física	353.179.718-29		
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
85.598.597	100,000	0	100,000	85.598.597	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZ2 PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.419.575/0001-00	
CESAR ERNESTO GONÇALVES ZARZUR					
399.833.578-10	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	CESAR ERNESTO GONÇALVES ZARZUR		Física		399.833.578-10
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
HENRIQUE ERNESTO GONÇALVES ZARZUR					
363.265.018-73	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	HENRIQUE ERNESTO GONÇALVES ZARZUR		Física		363.265.018-73
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PRISCILLA ZARZUR GRACO					
368.806.348-18	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	PRISCILLA ZARZUR GRACO		Física		368.806.348-18
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZZ PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.419.575/0001-00		
SILVIO ERNESTO ZARZUR						
043.058.858-59	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	SILVIO ERNESTO ZARZUR		Física	043.058.858-59		
42.799.301	50,000	0	0,000	42.799.301	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
85.598.597	100,000	0	100,000	85.598.597	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZ3 PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.487.199/0001-83	
EDUARDO ZARZUR ALBERTO					
367.227.458-56	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	EDUARDO ZARZUR ALBERTO		Física	367.227.458-56	
21.399.648	25,000	0	0,000	21.399.648	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FELIPE ZARZUR ALBERTO					
363.313.628-27	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	FELIPE ZARZUR ALBERTO		Física	363.313.628-27	
21.399.648	25,000	0	0,000	21.399.648	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
SILVANA ZARZUR ALBERTO					
075.929.918-88	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	SILVANA ZARZUR ALBERTO		Física	075.929.918-88	
42.799.301	50,000	0	0,000	42.799.301	50,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZ3 PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.487.199/0001-83		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
85.598.597	100,000	0	100,000	85.598.597	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZ4 PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.485.803/0001-32		
CAMILA LUFTALLA ZARZUR						
382.001.028-90	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	CAMILA LUFTALLA ZARZUR		Física		382.001.028-90	
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MANOELA LUFTALLA ZARZUR						
382.000.998-14	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	MANOELA LUFTALLA ZARZUR		Física		382.000.998-14	
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARCELO ERNESTO ZARZUR						
129.357.758-80	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	MARCELO ERNESTO ZARZUR		Física		129.357.758-80	
42.799.301	50,000	0	0,000	42.799.301	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZ4 PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.485.803/0001-32		
PEDRO ERNESTO LUFTALLA ZARZUR						
382.001.058-06	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	PEDRO ERNESTO LUFTALLA ZARZUR		Física	382.001.058-06		
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
85.598.597	100,000	0	100,000	85.598.597	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EZ5 PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.419.449/0001-48	
MARCELLA GRANDJEAN ZARZUR					
381.838.678-12	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	MARCELLA GRANDJEAN ZARZUR		Física	381.838.678-12	
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCOS ERNESTO ZARZUR					
084.742.748-00	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	MARCOS ERNESTO ZARZUR		Física	084.742.748-00	
42.799.301	50,000	0	0,000	42.799.301	50,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MAURICIO ERNESTO GRANDJEAN ZARZUR					
367.159.508-65	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	MAURICIO ERNESTO GRANDJEAN ZARZUR		Física	367.159.508-65	
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZ5 PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.419.449/0001-48		
RODRIGO ERNESTO GRANDJEAN ZARZUR						
381.838.728-16	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	RODRIGO ERNESTO GRANDJEAN ZARZUR		Física		381.838.728-16	
14.266.432	16,667	0	0,000	14.266.432	16,667	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
85.598.597	100,000	0	100,000	85.598.597	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZ6 PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.459.643/0001-57		
ANNA LUCIA ZARZUR MAALOULI						
301.403.738-96	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	ANNA LUCIA ZARZUR MAALOULI		Física		301.403.738-96	
85.598.596	100,000	0	0,000	85.598.596	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO MOUNIR MAALOULI						
308.038.838-03	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	ROBERTO MOUNIR MAALOULI		Física		308.038.838-03	
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EZ6 PARTICIPAÇÕES LTDA.				33.459.643/0001-57		
85.598.597	100,000	0	100,000	85.598.597	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GAR PARTICIPAÇÕES LTDA.				08.870.034/0001-49		
ALEXANDRE ERNESTO ZARIF ZARZUR						
328.109.998-05	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	ALEXANDRE ERNESTO ZARIF ZARZUR		Física		328.109.998-05	
4.787.353	4,999	0	0,000	4.787.353	4,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FLÁVIO ERNESTO ZARZUR						
035.893.548-28	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	FLAVIO ERNESTO ZARZUR		Física		035.893.548-28	
81.396.308	85,002	0	0,000	81.396.308	85,002	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GIOVANNA ZARIF ZARZUR TCHALIAN						
382.000.968-07	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	GIOVANNA ZARIF ZARZUR TCHALIAN		Física		382.000.968-07	
4.787.353	4,999	0	0,000	4.787.353	4,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GAR PARTICIPAÇÕES LTDA.				08.870.034/0001-49		
RAFAEL ERNESTO ZARIF ZARZUR						
353.179.718-29	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	RAFAEL ERNESTO ZARIF ZARZUR		Física	353.179.718-29		
4.787.353	4,999	0	0,000	4.787.353	4,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
95.758.367	100,000	0	100,000	95.758.367	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GEMINI FIA IE				43.140.618/0001-60		
SILVIO ERNESTO ZARZUR						
043.058.858-59	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não						
39.796.530	100,000	0	0,000	39.796.530	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
39.796.530	100,000	0	100,000	39.796.530	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GENEPI FIM CP IE				49.733.651/0001-80		
ANNA LUCIA ZARZUR MAALOULI						
301.403.738-96	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não						
12.755.172	100,000	0	0,000	12.755.172	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
12.755.172	100,000	0	100,000	12.755.172	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
HPC PARTICIPAÇÕES LTDA.				06.017.754/0001-30		
CESAR ERNESTO GONÇALVES ZARZUR						
399.833.578-10	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	CESAR ERNESTO GONÇALVES ZARZUR		Física	399.833.578-10		
4.879.152	5,027	0	0,000	4.879.152	5,027	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
HENRIQUE ERNESTO GONÇALVES ZARZUR						
363.265.018-73	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	PRISCILLA ZARZUR GRACO		Física	368.806.348-18		
4.879.152	5,027	0	0,000	4.879.152	5,027	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PRISCILLA ZARZUR GRACO						
368.806.348-18	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	PRISCILLA ZARZUR GRACO		Física	368.806.348-18		
4.352.152	4,484	0	0,000	4.352.152	4,484	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
HPC PARTICIPAÇÕES LTDA.				06.017.754/0001-30		
SILVIO ERNESTO ZARZUR						
043.058.858-59	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	SILVIO ERNESTO ZARZUR		Física	043.058.858-59		
82.945.592	85,462	0	0,000	82.945.592	85,462	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
97.056.048	100,000	0	100,000	97.056.048	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LIBANUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES				43.096.731/0001-95	
CAMILA LUFTALLA ZARZUR					
382.001.028-90	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não					
869.527	1,885	0	0,000	869.527	1,885
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MANOELA LUFTALLA ZARZUR					
382.000.998-14	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não					
149.112	0,323	0	0,000	149.112	0,323
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCELO ERNESTO ZARZUR					
129.357.758-80	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não					
41.839.757	90,692	0	0,000	41.839.757	90,692
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LIBANUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES				43.096.731/0001-95		
PEDRO ERNESTO LUFTALLA ZARZUR						
382.001.058-06	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não						
869.569	1,885	0	0,000	869.569	1,885	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SANDRA LUFTALLA ZARZUR						
106.269.388-48	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não						
2.405.794	5,215	0	0,000	2.405.794	5,215	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LIBANUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES				43.096.731/0001-95		
46.133.759	100,000	0	100,000	46.133.759	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MAPECA PARTICIPAÇÕES LTDA.				09.158.881/0001-48	
CAMILA LUFTALLA ZARZUR					
382.001.028-90	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	CAMILA LUFTALLA ZARZUR		Física	382.001.028-90	
4.968.444	5,000	0	0,000	4.968.444	5,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MANOELA LUFTALLA ZARZUR					
382.000.998-14	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	MANOELA LUFTALLA ZARZUR		Física	382.000.998-14	
4.968.444	5,000	0	0,000	4.968.444	5,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCELO ERNESTO ZARZUR					
129.357.758-80	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	MARCELO ERNESTO ZARZUR		Física	129.357.758-80	
84.463.548	85,000	0	0,000	84.463.548	85,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MAPECA PARTICIPAÇÕES LTDA.				09.158.881/0001-48		
PEDRO ERNESTO LUFTALLA ZARZUR						
382.001.058-06	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	PEDRO ERNESTO LUFTALLA ZARZUR		Física		382.001.058-06	
4.968.444	5,000	0	0,000	4.968.444	5,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SANDRA LUFTALLA ZARZUR						
106.269.388-48	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	SANDRA LUFTALLA ZARZUR		Física		106.269.388-48	
8	0,000	0	0,000	8	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MAPECA PARTICIPAÇÕES LTDA.				09.158.881/0001-48		
99.368.888	100,000	0	100,000	99.368.888	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MHBU CONSULTORIA E REPRES LTDA.				01.182.334/0001-96		
MARCELO HADDAD BUAZAR						
040.011.888-21	Brasil	Não	Sim	17/08/2020		
Não						
5.274.162	100,000	0	0,000	5.274.162	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
5.274.162	100,000	0	100,000	5.274.162	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PROSPEX FIA IE				43.140.800/0001-10		
FLÁVIO ERNESTO ZARZUR						
035.893.548-28	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não						
29.318.297	100,000	0	0,000	29.318.297	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
29.318.297	100,000	0	100,000	29.318.297	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SMM PARTICIPAÇÕES LTDA.				06.017.822/0001-61	
MARCIO EL TAYAR					
167.494.098-06	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	MARCIO EL TAYAR		Física	167.494.098-06	
71	0,000	0	0,000	71	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARINA EL TAYAR					
167.493.158-10	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	MARINA EL TAYAR		Física	167.493.158-10	
71	0,000	0	0,000	71	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
SAMIR ZAKK HOUR EL TAYAR					
023.489.008-82	Brasil	Não	Sim	22/05/2024	
Não	SAMIR ZAKK HOUR EL TAYAR		Física	023.489.008-82	
230.609.370	100,000	0	0,000	230.609.370	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SMM PARTICIPAÇÕES LTDA.				06.017.822/0001-61		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
230.609.512	100,000	0	100,000	230.609.512	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SZA PARTICIPAÇÕES LTDA.				09.023.876/0001-28		
EDUARDO ZARZUR ALBERTO						
367.227.458-56	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	EDUARDO ZARZUR ALBERTO		Física		367.227.458-56	
7.908.512	8,000	0	0,000	7.908.512	8,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FELIPE ZARZUR ALBERTO						
363.313.628-27	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	FELIPE ZARZUR ALBERTO		Física		363.313.628-27	
7.908.512	8,000	0	0,000	7.908.512	8,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MAURO ALBERTO						
045.916.248-97	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	MAURO ALBERTO		Física		045.916.248-97	
20.715.208	20,955	0	0,000	20.715.208	20,955	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SZA PARTICIPAÇÕES LTDA.				09.023.876/0001-28		
SILVANA ZARZUR ALBERTO						
075.929.918-88	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	SILVANA ZARZUR ALBERTO		Física	075.929.918-88		
62.324.168	63,045	0	0,000	62.324.168	63,045	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
98.856.400	100,000	0	100,000	98.856.400	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
TRIMAR PARRTICIPAÇÕES LTDA.				05.846.039/0001-48	
MARIA CLARA LINDENBERG VAN DEURSEN					
458.999.438-07	Brasil	Não	Não	16/10/2020	
Não					
216.358	7,242	0	0,000	216.358	7,242
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIA ISABEL LINDENBERG VAN DEURSEN					
499.235.238-37	Brasil	Não	Não	16/10/2020	
Não					
216.358	7,242	0	0,000	216.358	7,242
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIA PIA LINDENBERG ZABOROWSKI					
385.139.488-70	Brasil	Não	Não	16/10/2020	
Não					
216.358	7,242	0	0,000	216.358	7,242
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TRIMAR PARRTICIPAÇÕES LTDA.				05.846.039/0001-48		
MONICA LINDENBERG VAN DEURSEN						
022.515.758-63	Brasil	Não	Não	16/10/2020		
Não						
1.870.713	62,619	0	0,000	1.870.713	62,619	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SÉRGIO VAN DEURSEN						
030.103.138-02	Brasil	Não	Não	16/10/2020		
Não						
467.680	15,655	0	0,000	467.680	15,655	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TRIMAR PARRTICIPAÇÕES LTDA.				05.846.039/0001-48		
2.987.467	100,000	0	100,000	2.987.467	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VALEY PARTICIPAÇÕES S.A.				08.999.928/0001-33		
ANNA LUCIA ZARZUR MAALOULI						
301.403.738-96	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	ANNA LUCIA ZARZUR MAALOULI		Física		301.403.738-96	
15	0,000	0	0,000	15	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO MOUNIR MAALOULI						
308.038.838-03	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	ROBERTO MOUNIR MAALOULI		Física		308.038.838-03	
11.109.876	100,000	0	0,000	11.109.876	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VALEY PARTICIPAÇÕES S.A.				08.999.928/0001-33		
11.109.891	100,000	0	100,000	11.109.891	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VJR PARTICIPAÇÕES S.A.				08.870.009/0001-65		
ANNA LUCIA ZARZUR MAALOULI						
301.403.738-96	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	ANNA LUCIA ZARZUR MAALOULI		Física		301.403.738-96	
31.871.316	100,000	0	0,000	31.871.316	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO MOUNIR MAALOULI						
308.038.838-03	Brasil	Não	Sim	22/05/2024		
Não	ROBERTO MOUNIR MAALOULI		Física		308.038.838-03	
7	0,000	0	0,000	7	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VJR PARTICIPAÇÕES S.A.				08.870.009/0001-65		
31.871.323	100,000	0	100,000	31.871.323	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	17/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	379
Quantidade acionistas pessoa jurídica	10
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	448.673	6,420%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	448.673	6,420%

6.4 Participação em sociedades

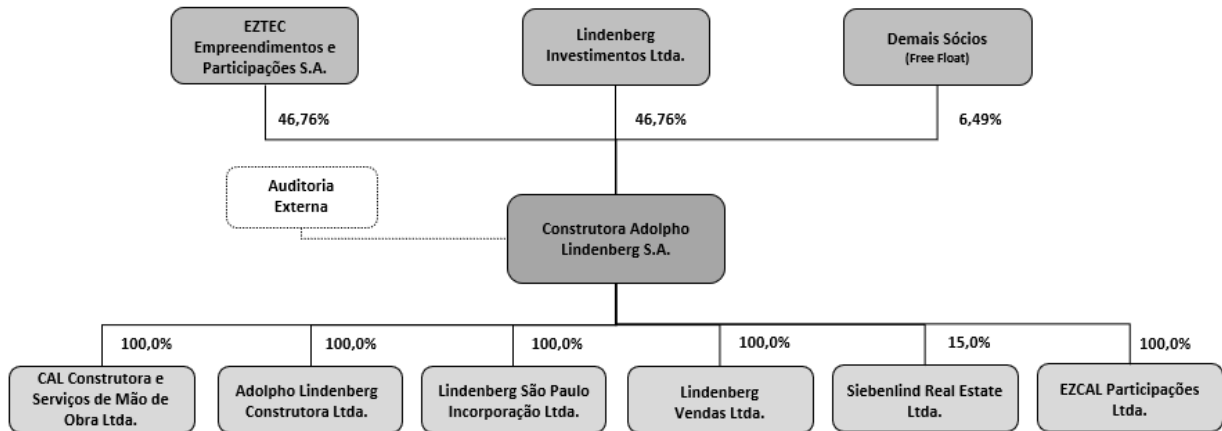
Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80	99,99
AMADORA INCORPORAÇÃO LTDA.	11.955.975/0001-90	10
AOSTA INCORPORAÇÃO LTDA.	32.208.022/0001-38	100
BARI INCORPORAÇÃO LTDA.	32.233.054/0001-93	100
BAROLO INCORPORAÇÃO LTDA.	33.657.273/0001-62	100,00
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48	100,00
FORENZA INCORPORAÇÃO SPE LTDA.	12.868.476/0001-28	15
GREGÓRIO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.	44.225.153/0001-02	100
LAURENZA INCORPORAÇÃO SPE S/A	12.868.413/0001-71	37
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORAÇÃO LTDA.	06.138.869/0001-83	99,99
LINDENBERG VENDAS	09.123.487/0001-74	100,00
LION INCORPORAÇÃO SPE LTDA.	08.349.965/0001-04	40,00
MONZA INCORPORAÇÃO SPE LTDA.	34.658.836/0001-08	15
SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA.	33.856.131/0001-24	15,00

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
SPE BANDEIRA INCORPORAÇÃO SPE S.A.	12.348.138/0001-65	100
WISEU INCORPORAÇÃO LTDA.	17.790.780/0001-13	100,00
EZCAL PARTICIPAÇÕES LTDA.	46.878.167/0001-50	100
EZCAL I INCORPORAÇÃO SPE LTDA.	47.351.544/0001-61	100
LSP II INCORPORAÇÃO SPE LTDA.	47.491.715/0001-58	100
EZCAL MARIO AMARAL INCORPORAÇÃO SPE LTDA.	47.491.431/0001-61	50
EZCAL INHAMBU INCORPORAÇÃO SPE LTDA.	51.137.813/0001-69	30
LSP VISTA ALTO DE PINHEIROS SPE LTDA.	51.143.544/0001-43	100
CALDAS NOVAS INCORPORADORA LTDA.	32.574.350/0001-58	20
NOVA PRATA INCORPORADORA LTDA.	32.761.063/0001-57	50
AUSTIN INCORPORADORA LTDA.	37.769.477/0001-46	10
ILHA BELA INCORPORADORA LTDA.	29.112.509/0001-08	30
LSP III INCORPORAÇÃO SPE LTDA.	61.109.472/0001-71	100
LSP CANÁRIO COIN INCORPORAÇÃO SPE LTDA.	62.759.286/0001-40	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

- a) Controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações



- b) Principais controladas e coligadas do emissor

Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.

Participação direta: 99,99%
 Participação indireta: 0,01%
 Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra

Lindenberg São Paulo Incorporação Ltda.

Participação direta: 99,99%
 Participação indireta: 0,01%
 Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra

CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.

Participação direta: 100,00%
 Participação indireta: 0,00%
 Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra

Lindenberg Vendas Ltda.

Participação direta: 100,00%
 Participação indireta: 0,00%
 Descrição: Empresa de gestão e administração de propriedade imobiliária

Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda.

Participação direta: 15,00%
 Participação indireta: 0,00%
 Descrição: Empresa de participação em empreendimentos imobiliários

Ezcal Participações Ltda.

Participação direta: 100,00%
 Participação indireta: 0,00%
 Descrição: Empresa de participação em empreendimentos imobiliários

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

c) Participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia possui participação indireta nas seguintes SPE's, através de suas controladas Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. e Ezcal Participações Ltda., e coligada Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda. conforme informado abaixo:

Amadora Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 10,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Aosta Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Austin Incorporadora Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 10,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Bari Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Barolo Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Caldas Novas Incorporadora Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 20,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Ezcal I Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 100,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Ezcal Mario Amaral Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 50,00%
 Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Ezcal Inhambu Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Participação indireta: 30,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Forenza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 15,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Gregório Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 100,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Ilha Bela Incorporadora Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 30,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Laurenza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 37,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

LSP II Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 100,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

LSP III Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 100,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

LSP Canário COIN Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 100,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

LSP Vista Alto de Pinheiros SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 100,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Monza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Participação indireta: 15,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Nova Prata Incorporadora Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 50,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

SPE Bandeira Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 100,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

Viseu Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 100,00%
Descrição: Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários

d) Participações de sociedades do grupo no emissor

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

e) Principais sociedades sob controle comum

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

6.6 Outras informações relevantes

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política formal de indicação e preenchimento de cargos.

A administração da Companhia é estruturada por uma Diretoria e um Conselho de Administração.

Conforme a última versão do Estatuto Social da Companhia aprovado em 31/01/2025, a Diretoria será constituída de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Administrativo, 1 (um) Diretor Técnico, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores Sem Designação Específica. A Diretoria terá mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição

O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, sendo pelo menos 20% (vinte por cento) dos membros deverão ser Conselheiros Independentes.

As atribuições do Conselho de Administração estão elencadas no artigo 16º do Estatuto Social, mais bem especificadas no Regimento Interno aprovado em 04/06/2025.

Conforme consta no capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, a Companhia não tem um Conselho Fiscal permanente, que possui Regimento Interno próprio, aprovado em 18/01/2023. Atualmente o Conselho Fiscal está em exercício, tendo sido instalado na Assembleia Geral Ordinária de 17/04/2026.

Os documentos mencionados estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

[i] www.cvm.gov.br

[ii] www.b3.com.br

[ii] <http://www.lindenberg.com.br/ri>

b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações
- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

d) Por órgão

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

	Feminino	Marculino	Não Binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivos	0	7	0	0	0
Conselho de Administração – Suplentes	0	1	0	0	0
Conselho Fiscal – Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal – Suplentes	0	3	0	0	0
Total	0	18	0	0	0

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração – Suplentes	0	1	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
Total	0	18	0	0	0	0	0

iii. número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável

	Pessoa com deficiência	Pessoa sem deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração – Efetivos	0	7	0
Conselho de Administração – Suplentes	0	1	0
Conselho Fiscal – Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal – Suplentes	0	3	0
Total	0	18	0

iv. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não se aplica

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não se aplica

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A partir de 2025 a pauta do clima passou a ter protagonismo estratégico; nesse contexto a alta administração determinou que fossem implantados processos e controles associados ao monitoramento das emissões e a intensificação dos controles ambientais nos canteiros de obras.

Da mesma forma, também foram implantadas ações e campanhas voltadas para o combate às emergências climáticas, através de ações de conscientização e educação bem como da implantação de infraestrutura e proteções voltadas ao bem-estar dos trabalhadores.

Foram destinados recursos para a aquisição de equipamentos e contratação de profissionais especializados.

Sob o espectro do desenvolvimento do produto e projetos, recursos também foram destinados para a realização de estudos hidrológicos para apoio a aquisição de terrenos e desenvolvimento de projetos e para o desenvolvimento dos produtos com equipamentos e sistemas para economia de água e de baixo consumo de energia.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 18	0	18	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	1	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 18	0	18	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	1	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 18	0	18	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração
- b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
- c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia informa que não possui órgãos ou comitês permanentes instalados e a emissora possui um endereço de e-mail para receber questões relacionadas ao tema: compliance@lindenberg.com.br

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ADALMIRO DELLAPE BAPTISTA NETTO **CPF:** 388.445.568-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 09/05/1994

Experiência Profissional: Formado em dupla graduação em administração de empresas e ciências econômicas pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) de São Paulo em 2018. Curso IDP (International Diploma Program) em empreendedorismo na faculdade de Berkeley (UCB) em 2017. E Curso de estratégias de incorporação imobiliária pelo Insper em 2024. Atualmente, Vice-Presidente do conselho e gestor desde 2020 da Magenta Participações S/A, na qual realiza locação de imóveis comerciais. Sócio e diretor executivo da Arbros Investimentos Ltda. desde 2017, empresa de investimentos imobiliários, com foco em lajes corporativas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	até AGO/2028	Conselho de Administração (Suplente)		30/04/2025	Não	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome ADOLPHO LINDENBERG FILHO **CPF:** 004.219.258-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** ENGENHEIRO **Data de Nascimento:** 02/08/1955

Experiência Profissional: Formado em engenharia civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1978, iniciou sua carreira nos escritórios da Construtora Adolpho Lindenberg em 1981 passando por diversos setores da Companhia até tornar-se sócio diretor em 1985. Atua como Diretor Presidente e de Relações com Investidores desde 1993 até a presente data. Adolpho Lindenberg Filho, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/05/2025	3 anos (até AGO/2028)	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores		07/05/2025		03/05/2010

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome ANTÔNIO EMILIO CLEMENTE FUGAZZA **CPF:** 151.423.698-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 13/06/1974

Experiência Profissional: Eleito em 31 de janeiro de 2025 como Membro do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Emílio é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da EZ-TEC Empreendimentos e Participações S.A. desde 09 de maio de 2008. Foi Diretor de Planejamento da EZ-TEC Empreendimentos e Participações S.A. de 21 de dezembro de 2007 a 05 de junho de 2008. O Sr. Emílio Fugazza é sócio fundador do Grupo Analy's Consultoria e Planejamento (empresa que passou a ser parte do grupo econômico da Eztec), e exerceu o cargo de Diretor Presidente da empresa especializada em gerenciamento no setor de construção civil de outubro de 1997 até dezembro de 2007. Nascido em 13 de junho de 1974 em São Paulo, é graduado em Engenharia Civil com Ênfase em Sistemas Construtivos pela Universidade Federal de São Carlos, além de ter atuado como docente pela mesma Universidade.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e/ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	até AGO/2028	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	31/01/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome CARLOS ALBERTO DA COSTA CORDEIRO **CPF:** 075.095.048-05 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** CONTADOR **Data de Nascimento:** 26/07/1964

Experiência Profissional: Formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Campos Sales, ex-membro da Comissão de Auditoria e Normas Contábeis - CANC da ABRASCA - Associação de Companhias Abertas, iniciou sua carreira na EZTEC em 2006 onde atuou como Superintendente Contábil e Fiscal até 2025, tendo atuado previamente como Gerente Contábil e Fiscal na Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações e Eucatex S.A Ind. e Comércio, anteriormente como Gerente de Auditoria na empresa Campiglia & Cia Auditores Independentes. Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21; e (iii) não ocupa cargo em organizações de terceiro setor

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2026	Até a AGO de 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		23/04/2026	Sim	17/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome DANIEL MARTINS BOULOS **CPF:** 269.799.498-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** ADVOGADO **Data de Nascimento:** 08/03/1976

Experiência Profissional: Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde também obteve o Grau de Mestre (2004) e Doutor (2013) em Direito das Relações Sociais – sub - área Direito Civil. É Professor do Curso de Pós-graduação LLM em Direito dos Contratos, do Insper, em São Paulo, tendo sido o professor que elaborou a grade de Disciplinas do referido Curso que, em 2019, está na 13ª Turma. Foi Professor visitante na Universidade de Saint Gallen (na cidade de St. Gallen, na Suíça) em 2012. Conferencista e Palestrante em diversos eventos no Brasil, tendo treinado e feito apresentações, relativas ao Direito Privado (Civil, Contratos, Imobiliário, etc.), para os Departamentos Jurídicos de empresas nacionais e multinacionais, desde 2002. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2026	Até a AGO de 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		23/04/2026	Sim	10/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome EDGARD MASSAO RAFFAELLI **CPF:** 050.889.138-85 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** ADMINISTRADOR **Data de Nascimento:** 11/03/1963

Experiência Profissional: Administrador Público pela EAESP-FGV. Em 1988, iniciou a carreira como Trainee do Banco Safra S.A., onde trabalhou por mais de 20 anos nas áreas de controladoria (APC, Controladoria Internacional e Planejamento e Gestão de Investimentos - Telecom) e de governança corporativa (Secretário do Comitê Executivo). Foi professor da FOC-FAEC (Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis das Faculdades Oswaldo Cruz) entre 2003 e 2007. É sócio fundador da Rio Branco Consultores Associados que, desde 2010, presta serviços de consultoria econômico-financeira e empresas. É membro dos Conselhos Fiscais das seguintes Companhias: Hypera S.A., Rio Parapanema Energia S.A. e Whirlpool S.A.O Sr. Edgard Massao Raffaelli não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Edgard Massao Raffaelli não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2026	Até a AGO de 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		23/04/2026	Não	27/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome EDUARDO TEIXEIRA DE SOUZA JUNIOR **CPF:** 128.498.428-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** ADMINISTRADOR **Data de Nascimento:** 29/04/1971

Experiência Profissional: Graduado em Administração pela FAAP em 1999 e pós-graduado pela BSP Business School Sao Paulo em 2005. Responsável pelas áreas administrativa e financeira na Hedging-Griffo (1990-1995) e Sócio entre 1991-1995 da empresa. Gerente de Produtos da área de custóda do Banco Itaú (1997-1998). Atuou como Diretor Administrativo e Financeiro e membro do Conselho de Administração da LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A (1998-2009), atuando também como CFO nas outras empresas do Grupo, Cipasa e REP, e como Diretor de Relacionamento com Investidores da Lindenberg em 2008. Também atuou como CFO da Polishop (2009-2020) – CFO e Sócio fundados da Insight Partners Consultoria Financeira (2021-presente) e Carbon Blindados (2023-presente).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2026	Até a AGO de 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		23/04/2026	Sim	22/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome MARCELO CURTI **CPF:** 036.305.588-60 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** ECONOMISTA **Data de Nascimento:** 09/01/1962

Experiência Profissional: Economista formado pela Fundação Armando Álvares Penteado São Paulo (FAAP) em 1985, pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) em 1986, é sócio diretor da RIO BRANCO Consultores Associados Ltda. Atuou no Grupo Safra de 1981 a 2008, quando exercia o cargo de Diretor Estatutário. Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal das companhias: Cosan, Rumo, Comgas, Hypera, CTG Paranapanema, Whirlpool, Vicunha Aços, Vicunha Steel e Elizabeth. O Sr. Marcelo Curti não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Marcelo Curti não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2026	Até a AGO de 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		23/04/2026	Não	27/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome MARCELO HADDAD BUAZAR **CPF:** 040.011.888-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 08/04/1961

Experiência Profissional: Administrador de empresas formado pela FGV – SP em 1982. Trabalhou na área de marketing da Unilever entre 1983 e 1992. Atuou posteriormente como diretor da Bain amp; Company entre 1997 e 2008. Assumiu o cargo de Diretor Administrativo da LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A em 2009, onde participa do Conselho de Administração até a presente data. Eleito membro do Conselho de Administração da Construtora Adolpho Lindenberg em abril de 2019, exerce o Cargo de Conselheiro Administrativo até a presente data. Marcelo Haddad Buazar declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	3 anos (até AGO/2028)	Vice Presidente Cons. de Administração		30/04/2025	Sim	24/04/2019
Diretoria	07/05/2025	3 anos (até AGO/2028)	Outros Diretores	Diretor sem Designação Específica	07/05/2025		07/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA **CPF:** 224.468.838-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 23/03/1982

Experiência Profissional: Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da USP – SP em 2007. Atua no Grupo Econômico da LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A desde 2004, assumindo o cargo de Diretor Financeiro em 2013. Atuou como Conselheiro da REP – Real Estate Partners Desenvolvimento Imobiliário S/A entre 2015 e 2016. Atua como Diretor Financeiro e Conselheiro da Construtora Adolpho Lindenberg desde abril de 2019 até a presente data. Maurício Piazzon Barbosa Lima declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/05/2025	3 anos (ate AGO/2028)	Diretor Financeiro		07/05/2025		24/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome ODAIR GARCIA SENRA **CPF:** 380.915.938-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 05/12/1946

Experiência Profissional: Presidente do SindusCon SP - Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo de 2018 a 2021. Foi vice-presidente de Imobiliário da entidade de 2006 a 2018, representando-o na Câmara Técnica de Legislação Urbanística (CTLU) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da PMSP, de 2006 a 2016. Foi diretor do Secovi-SP, o Sindicato da Habitação. Integrou o Conselho de Administração do Instituto Mauá de Tecnologia e o Conselho Consultivo da Fiabci/Brasil (Federação Internacional Imobiliária), representando o SindusCon-SP. É Conselheiro da BRIO Investimentos e membro do Conselho Deliberativo do SECONCI – Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo. Foi membro do Conselhos Consultivos da Alphaville Urbanismo e do Grupo Lar. Ocupou o cargo de professor de Hidráulica e Saneamento na Escola de Engenharia Mauá, em 1972. Graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia Mauá – Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), ingressou em 1970 como estagiário na antiga Gomes de Almeida Fernandes, hoje Gafisa S.A. Nesta empresa, foi Engenheiro de Obras, Gerente Geral de Obras, Diretor de Construção, Diretor de Incorporação, Diretor Institucional, e de 2012 a 2018 presidiu o Conselho de Administração da Gafisa. Declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não foi: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e/ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	até AGO/2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Sim	31/01/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome OSVALDO NASCIMENTO GONÇALVES DA SILVA **CPF:** 003.231.308-01 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** CONTADOR **Data de Nascimento:** 25/12/1957

Experiência Profissional: OSVALDO NASCIMENTO GONÇALVES DA SILVA - 003.231.308-01 Formado em Contabilidade pela Faculdade Íbero Americana (1986), sócio titular da Cálculos Contabilidade, empresa voltada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas contábil, planejamento societário e tributário, escrituração contábil e fiscal e revisões de obrigações acessórias, atuando também, na elaboração e apresentação de relatórios para CVM, para empresas interessadas na abertura de capital. O Sr. Osvaldo Nascimento Gonçalves da Silva não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2026	Até a AGO de 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		23/04/2026	Sim	27/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome PAULO CHEDE MATTAR **CPF:** 448.700.278-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 18/08/1949

Experiência Profissional: O Sr. Paulo é brasileiro, nasceu em 18 de agosto de 1949, e graduou-se em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas em 1972. Sua experiência profissional compreende a direção de empresas de incorporação imobiliária, dentre elas a Construtora Mattar & Nicolau Ltda (não pertencente ao grupo econômico da Companhia). No passado, já ocupou o cargo de Presidente do Clube Monte Líbano e atualmente é Diretor da Suzano Empreendimentos e membro do Conselho de Administração da Paramount Têxteis S/A. O Sr. Paulo Chede Mattar já Foi conselheiro fiscal da Eztec entre 2009 e 2010 e entre 2012 e 2014 e de 2018 a 2024. O candidato declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não foi: (i) condenado criminalmente; (ii) condenado em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (iii) condenado na esfera judicial ou na esfera administrativa a pena que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	Até AGO de 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		04/06/2025	Sim	04/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome RICARDO GARIN RIBEIRO **CPF:** 227.329.848-09 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 21/01/1993
SIMON

Experiência Profissional: Formado em ciências econômicas pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) de São Paulo em 2015, com especialização em Family Office Wealth Management pela Harvard University, em Massachusetts, concluída em 2025. Cofundador e Diretor Executivo do Eclipseon Family Office, é responsável pela criação e estratégia de veículos próprios de investimento, incluindo o fundo de ações ECLIPSEON FIA IE.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	Até a AGO de 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	04/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome SILVIO ERNESTO ZARZUR **CPF:** 043.058.858-59 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 07/06/1959

Experiência Profissional: Eleito em 31 de janeiro de 2025, como membro do Conselho de Administração, o Sr. Silvio é sócio fundador da Eztec e, atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente dessa Companhia, além de já ter exercido os cargos de Diretor Comercial e de Incorporação no passado. O Sr. Silvio nasceu em 07 de junho de 1959 e é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e/ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	até AGO/2028	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2025	Sim	31/01/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável à Companhia.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
SILVIO ERNESTO ZARZUR	043.058.858-59	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	61.022.042/0001-18	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
SILVANA ZARZUR ALBERTO	075.929.918-88	EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
SILVIO ERNESTO ZARZUR	043.058.858-59	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	61.022.042/0001-18	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ANNA LUCIA ZARZUR MAALOULI	301.403.738-96	EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
SILVIO ERNESTO ZARZUR	043.058.858-59	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	61.022.042/0001-18	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
CESAR ERNESTO GONÇALVES ZARZUR	399.833.578-10	EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
SILVIO ERNESTO ZARZUR	043.058.858-59	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	61.022.042/0001-18	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
HENRIQUE ERNESTO GONÇALVES ZARZUR	363.265.018-73	EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
SILVIO ERNESTO ZARZUR	043.058.858-59	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	61.022.042/0001-18	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
PRISCILLA ZARZUR GRACO	368.806.348-18	EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
SILVIO ERNESTO ZARZUR	043.058.858-59	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	61.022.042/0001-18	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ROBERTO MOUNIR MAALOULI	308.038.838-03	EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Diretor Jurídico	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
SILVIO ERNESTO ZARZUR	043.058.858-59	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	61.022.042/0001-18	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MAURO ALBERTO	045.916.248-97	EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Diretor Administrativo	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
SILVIO ERNESTO ZARZUR	043.058.858-59	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	61.022.042/0001-18	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
FLÁVIO ERNESTO ZARZUR	035.893.548-28	EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
SILVIO ERNESTO ZARZUR	043.058.858-59	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	61.022.042/0001-18	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARCELO ERNESTO ZARZUR	129.357.758-80	EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Vice-Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
SILVIO ERNESTO ZARZUR	043.058.858-59	CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	61.022.042/0001-18	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
MARCOS ERNESTO ZARZUR	084.742.748-00	EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA

Diretor Financeiro

224.468.838-00

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.

Administrador

32.218.933/0001-46

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ

Diretor Técnico e Membro do Conselho de Administração

757.342.495-72

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.

Administrador

32.218.933/0001-46

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

MARCELO HADDAD BUAZAR

Presidente do Conselho de Administração

040.011.888-21

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.

Administrador

32.218.933/0001-46

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.	32.218.933/0001-46		
Administrador e Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.	32.218.933/0001-46		
Administrador e Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	757.342.495-72	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Técnico e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.	32.218.933/0001-46		
Administrador e Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
MARCELO HADDAD BUAZAR	040.011.888-21	Subordinação	Controlador Direto
Diretor sem Designação Especifica e Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.	32.218.933/0001-46		
Administrador e Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.	32.218.933/0001-46		
Administrador e Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Exercício Social 31/12/2025			
Administrador do Emissor			
SILVIO ERNESTO ZARZUR	043.058.858-59	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73		
Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ANTÔNIO EMILIO CLEMENTE FUGAZZA	151.423.698-23	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
EZTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	08.312.229/0001-73		
Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Controle	Controlador Direto
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.	32.218.933/0001-46		
Administrador e Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	757.342.495-72	Controle	Controlador Direto
Diretor Técnico e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA.	32.218.933/0001-46		
Administrador e Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
MARCELO HADDAD BUAZAR	040.011.888-21	Controle	Controlador Direto
Diretor sem Designação Especifica e Vice- Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA. Administrador e Sócio	32.218.933/0001-46 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores	004.219.258-76 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA. Administrador e Sócio	32.218.933/0001-46 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia contratou seguro D&O junto à ZURICH SEGUROS (CNPJ 17.197.385/0001-21), com vigência até 21/06/2026 - Apólice n. 01109197202 com limite máximo garantido de R\$15.000.000,00.

7.8 Outras informações relevantes

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

8.1 Política ou prática de remuneração

- a) **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus diretores, conforme o caso. Nas subsidiárias, além da remuneração fixa, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados. A Companhia não tem uma política de remuneração formalmente aprovada.

- b) **Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando**
- i. **os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**
 - ii. **critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**
 - iii. **com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

Uma vez aprovada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre a distribuição da remuneração entre os membros da administração da Companhia. A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, especialmente na definição dos componentes de remuneração fixa e variável dos administradores.

- c) **Composição da remuneração, indicando**

- i. **descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles**

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore).

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem pró-labore fixo mensal e variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores estatutários é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento deles com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e atrair e manter profissionais altamente qualificados.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho da Fiscal serão remunerados mensalmente sendo tal remuneração definida de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, que determina que a remuneração do conselho fiscal anual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício e titular, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a diretoria estatutária, não computados benefícios e remuneração variável, na forma de participação nos lucros e ações. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente

8.1 Política ou prática de remuneração

reembolsados pelas despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas apenas quando ao desempenho da função.

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com o mercado. Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de variável anual de acordo com os resultados da Companhia a determinados colaboradores. O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscarem a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, em longo prazo.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal. Com relação à Diretoria Estatutária, não existe um percentual pré-definido para cada elemento, que é definido a cada ano pelo Conselho de Administração no momento da atribuição da remuneração individual. As tabelas abaixo apresentam a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de:

2025

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria Estatutária	72%	28%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%

2024

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria Estatutária	93%	7%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%

2023

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria Estatutária	86%	14%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público vinculada aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal se instalado. A remuneração total alvo

8.1 Política ou prática de remuneração

individual dos Diretores é determinada pelo Conselho de Administração. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos, não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos buscando manter os salários compatíveis com o mercado.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) Lançamentos (VGV); (ii) Vendas de Estoque (VGV); (iii) Vendas de Lançamento (VGV); (iv) Faturamento de Taxas (R\$); (v) Novos Negócios (VGV); (vi) Contratação de Obras (R\$); SG&A (R\$); (vii) Lucro Líquido (R\$); e (b) desempenho individual, tais como: (i) autonomia; (ii) iniciativa; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento; (viii) negociação; (ix) solução de problemas; (x) trabalho em equipe; e (xi) entre outros. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta a iniciativa, proatividade, poder de tomada de decisões, postura profissional e o relacionamento interpessoal.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. A determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura designada para vincular a remuneração variável, paga aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade. Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros efetivos do Conselho Fiscal só serão remunerados caso o órgão seja instalado, durante a sua atuação. Os membros suplentes não recebem remuneração, salvo se efetivamente substituírem os membros efetivos.

Todos os membros do Conselho de Administração recebem a mesma remuneração fixa, conforme definido pelo Conselho de Administração.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia informa que esse item não é aplicável, a emissora não possui remuneração ou benefícios diretos ou indiretos vinculados à ocorrência de quaisquer eventos societários.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	4	6	18,00
Nº de membros remunerados	7	4	3	14,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.000.000,00	3.200.000,00	250.000,00	4.450.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.350.000,00	0,00	2.350.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.000.000,00	5.850.000,00	250.000,00	7.100.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,42	3,75	6	17,17
Nº de membros remunerados	6,42	3,75	3	13,17
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	796.940,00	2.528.890,00	225.339,00	3.551.169,00
Benefícios direto e indireto	0,00	206.582,00	0,00	206.582,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.227.507,00	0,00	1.227.507,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	(i) Conforme disposto no Ofício Circular/Anual – 2025 – CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; (ii) A remuneração suportada pela controlada informada no item 8.16 não está inclusa nessa planilha.	(i) Conforme disposto no Ofício Circular/Anual – 2025 – CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; (ii) A remuneração suportada pela controlada informada no item 8.16 não está inclusa nessa planilha.	(i) Conforme disposto no Ofício Circular/Anual – 2025 – CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; (ii) A remuneração suportada pela controlada informada no item 8.16 não está inclusa nessa planilha.	
Total da remuneração	796.940,00	3.962.979,00	225.339,00	4.985.258,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,08	3	6	13,08
Nº de membros remunerados	0,50	3	3	6,50
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	38.259,00	2.101.446,00	211.642,00	2.351.347,00
Benefícios direto e indireto	4.479,00	188.863,00	0,00	193.342,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	182.725,00	0,00	182.725,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual – 2024 – CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual – 2024 – CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual – 2024 – CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	42.738,00	2.473.034,00	211.642,00	2.727.414,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	6	14,00
Nº de membros remunerados	2	3	4	9,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	124.296,00	2.034.467,00	205.788,00	2.364.551,00
Benefícios direto e indireto	23.834,00	205.784,00	0,00	229.618,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	280.289,00	0,00	280.289,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	148.130,00	2.520.540,00	205.788,00	2.874.458,00

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2026**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8	4	6	18,00
N° de membros remunerados	7	4	3	14,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.350.000,00	0,00	2.350.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.350.000,00	0,00	2.350.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,42	3,75	6	17,17
N° de membros remunerados	6,42	3,75	3	13,17
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.227.507,00	0,00	1.227.507,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,08	3	6	13,08
N° de membros remunerados	0,50	3	3	6,50
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.750.000,00	0,00	3.750.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	182.725,00	0,00	182.725,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	3	6	14,00
N° de membros remunerados	2	3	4	9,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.130.000,00	0,00	4.130.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	280.289,00	0,00	280.289,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever

- a) termos e condições gerais
- b) data de aprovação e órgão responsável
- c) número máximo de ações abrangidas
- d) número máximo de opções a serem outorgadas
- e) condições de aquisição de ações
- f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
- h) forma de liquidação
- i) restrições à transferência das ações
- j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável à Companhia.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) data da outorga
- e) quantidade de opções outorgadas
- f) prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g) prazo máximo para exercício das opções
- h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i) valor justo das opções na data da outorga
- j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

8.7 Opções em aberto

Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a) **órgão**
- b) **número total de membros**
- c) **número de membros remunerados**
- d) **em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e) **em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f) **valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) número de ações
- e) preço médio ponderado de exercício
- f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

8.10 Outorga de ações

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) data de outorga
- e) quantidade de ações outorgadas
- f) prazo máximo para entrega das ações
- g) prazo de restrição à transferência das ações
- h) valor justo das ações na data da outorga
- i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável à Companhia.

8.12 Precificação das ações/opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

- a) modelo de precificação
- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d) forma de determinação da volatilidade esperada
- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão

		2025			
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	160	4.657	0	4.817
Controladora					
Lindenberg Investimentos Ltda.	Quotas	10.501.538	10.054.144	0	20.555.682

8.14 Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários e fornecer as seguintes informações em forma de tabela

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) nome do plano
- e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f) condições para se aposentar antecipadamente
- g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	3,75	3	3	7,42	4,08	5	6	6	6
Nº de membros remunerados	3,75	3	3	6,42	0,50	2	3	3	4
Valor da maior remuneraçãoReal	1.126.479,00	852.319,00	840.412,00	114.800,00	31.989,00	103.822,00	75.113,00	71.187,00	68.596,00
Valor da menor remuneraçãoReal	1.089.047,00	834.707,00	834.716,00	114.800,00	10.749,00	44.308,00	75.113,00	20.158,00	68.596,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.108.208,00	840.367,00	837.564,00	114.800,00	21.369,00	74.065,00	75.113,00	52.910,00	68.596,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	(i) A menor remuneração dos membros do Conselho de Administração que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2025 foram desconsideradas; (ii) os valores indicados das maiores remunerações consideraram o exercício do cargo durante todo o exercício de 2025	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	(i) A menor remuneração dos membros do Conselho de Administração que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2025 foram desconsideradas; (ii) os valores indicados das maiores remunerações consideraram o exercício do cargo durante todo o exercício de 2025	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsto 2026	57%	100%	0,0%
Em 31/12/2025	58%	100%	0,0%
Em 31/12/2024	75%	100%	0,0%
Em 31/12/2023	70%	100%	0,0%

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)**31/12/2026****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2025**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	469.855,00	469.855,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2024**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	819.768,00	0,00	0,00	819.768,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2023**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	835.032,00	0,00	0,00	835.032,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

8.20 Outras informações relevantes

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2013	01/01/2013		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras os valores pagos foram: para o exercício de 2014 R\$ 96 mil, para o exercício de 2015 R\$ 111 mil, para o exercício de 2016 R\$ 120 mil e para o exercício de 2017 R\$ 126 mil.			
Justificativa da substituição			
Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicavel			

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2018	01/01/2018		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras os valores para o exercício de 2018 foram R\$101 mil, para o exercício de 2019 R\$107 mil, para o exercício de 2020 R\$150 mil, para o exercício de 2021 R\$165 mil e para o exercício de 2022 R\$182 mil.			
Justificativa da substituição			
Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não Aplicável.			

Código CVM do Auditor	003859		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
13/04/2023	13/04/2023		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais a Anuais - ITR/DFP			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O valor a ser pago referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras para o exercício de 2023 foi de R\$ 192 mil, para o exercício de 2024 foi de R\$ 274 mil, para o exercício de 2025 foi de de R\$ 303 mil e para o exercício de 2026 será de R\$ 318 mil.			
Justificativa da substituição			
Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não Aplicável.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia informa que não possui conhecimento de qualquer relacionamento entre os profissionais da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., e suas controladas que pudesse impactar e influenciar a sua independência ou gerar conflitos de interesse. Os auditores independentes atuam de acordo com as normas profissionais existentes no Brasil sobre independência.

9.4 Outras informações relevantes

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	17	15	0	0	0
Não-liderança	42	71	0	0	0
TOTAL = 145	59	86	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	29	0	3	0	0	0
Não-liderança	0	78	7	28	0	0	0
TOTAL = 145	0	107	7	31	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	1	30	1
Não-liderança	49	36	28
TOTAL = 145	50	66	29

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
Liderança	0	32	0
Não-liderança	0	113	0
TOTAL = 145	0	145	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	32	0	0
Não-liderança	0	0	0	113	0	0
TOTAL = 145	0	0	0	145	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	59	86	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 145	59	86	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	107	7	31	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 145	0	107	7	31	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	50	66	29
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 145	50	66	29

10.1 Descrição dos recursos humanos

- a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Construtora Adolpho Lindenberg S.A:

	2022	2023	2024	2025
Diretor	3	3	4	4
Estagiário	0	0	0	0
CLT	0	0	0	0
Conselheiro	10	10	10	10
Total	13	13	14	14

Subsidiárias:

	2022	2023	2024	2025
Diretor	1	1	2	2
Estagiário	17	14	8	11
CLT	108	118	130	125
Total	126	133	140	138

Todos os funcionários da Companhia estão alocados no Estado de São Paulo.

- b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia e suas subsidiárias tiveram no exercício de 2025 a média aproximada de 465 funcionários terceirizados alocados em obras geridas pela Companhia. Todas as obras da companhia estão localizadas no Estado de São Paulo.

- c) Índice de rotatividade

	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2022	2023	2024	2025
Índice de Rotatividade	9,0%	2,0%	24,0%	17,0%

10.2 Alterações relevantes

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

Conselheiros

Apenas possuem remuneração fixa, não percebem participação nos resultados.

Diretores e Funcionários

Além da remuneração fixa, possui participação nos resultados atrelada a avaliação de desempenho individual.

b) Política de benefícios

A Companhia oferece os seguintes benefícios a todos seus funcionários, independente de cargo, função e tempo de serviço com a Companhia: seguro saúde, seguro odontológico, vale refeição, vale transporte e convênio farmácia.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia informa que não possui plano de remuneração baseado em ações.

d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Exercício 2025	
Maior remuneração individual	R\$ 62.719
Média da remuneração individual, desconsiderada a maior	R\$ 10.062
Razão:	6,23

OBS: foram desconsideradas as remunerações dos estagiários e/ou jovens aprendizes

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
62.719,00	10.062,00	6,23
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Construtora Adolpho Lindenberg possui como atividade preponderante a Construção Civil, tendo na Cidade de São Paulo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Paulo - SINTRACON-SP como representante do interesse de seus colaboradores. Não ocorreram paralisações promovidas pelo Sindicato nos últimos 3 exercícios sociais em decorrência das relações entre o emissor e os trabalhadores alocados em suas obras.

10.5 Outras informações relevantes

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia informa que que não possui uma política formal, outrossim, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva deliberam sobre todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/1976 e conforme cláusula 7 do regimento interno do Conselho de Administração, qualquer membro do Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

11.3 Outras informações relevantes

Conforme informado em Comunicado ao Mercado de 29 de setembro de 2025, foi celebrado em 5 de fevereiro de 2026 Escritura de Compra e Venda entre a Castelgrande Incorporadora Ltda., na qualidade de vendedora (“Castelgrande”), e a Coinvestidores Participações XVI Ltda., na qualidade de compradora (“Coinvestidores XVI”), com a interveniência e anuência da Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., que é controlada pela Companhia (“Lindenberg Incorporadora”) e da Coinvestidores Participações X Ltda. (“Coinvestidores”) (“Escritura”). A Escritura prevê a transferência de determinados imóveis detidos pela Castelgrande à Coinvestidores XVI pelo valor de R\$236.946. Ato seguinte a Lindenberg Incorporadora, tornou-se titular de 10% (dez por cento) do capital social da Coinvestidores XVI, passando a controlá-la, sendo que o restante da participação é detido por veículos de investimentos da Kinea.

A Castelgrande tem como sócios determinados indivíduos que são administradores e membros do bloco de controle da EZTEC Empreendimentos e Participações S/A, atual co-controladora da Companhia. A Lindenberg Incorporadora é controlada pela Companhia. A Coinvestidores, por sua vez, não possui qualquer vínculo social com a Companhia ou com a Castelgrande.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
31/01/2025		156.104.216,96	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
6.988.800	0	6.988.800	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
28/04/2022		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
732.171	0	732.171	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
31/01/2025		156.104.216,96	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
6.988.800	0	6.988.800	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
31/01/2025		156.104.216,96	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
6.988.800	0	6.988.800	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	CALI11
Data de emissão	25/07/2022
Data de vencimento	31/08/2028
Quantidade	3.720.752
Valor nominal global R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Homologação da emissão e atribuição de 3.720.752 bônus de subscrição, na forma escritural e nominativa, como vantagem adicional aos subscritores das ações do aumento de capital, de modo que, para cada 1 (uma) nova ação ordinária subscrita, foram entregues 2 (dois) bônus de subscrição. Os bônus de subscrição foram emitidos e creditados em nome dos subscritores. O saldo atual é de 383.768 bônus de subscrição.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis, com garantia fidejussória, em até 2 séries.
Data de emissão	24/09/2025
Data de vencimento	24/09/2031
Quantidade	200.000.000
Valor nominal global R\$	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	200.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures não serão registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As Debêntures não poderão ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado dos CRI, nos termos a serem previstos no Termo de Securitização.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Facultativo Total</p> <p>A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da Securitizadora ou dos Titulares dos CRI, optar por realizar o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures de cada uma das Séries, nos termos previstos na Escritura de Emissão. O valor a ser pago pela Companhia à Securitizadora a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário da respectiva série ou saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série, conforme o caso, acrescido (i) da respectiva Remuneração calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Ordinário, (ii) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures, se houver, e (iii) de um prêmio (flat) de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando o Prazo Remanescente (conforme definido abaixo), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>As Debêntures são lastro da 163ª (centésima sexagésima terceira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Securitizadora ("CRI").</p> <p>Quantidade: Primeira Série – 125.000 Debêntures Segunda Série – 75.000 Debêntures</p> <p>Vencimento: Primeira Série – 24/09/2029 Segunda Série – 24/09/2031</p> <p>Remuneração: Primeira Série – 98% da Taxa DI Segunda Série – 99,5% da Taxa DI.</p> <p>Valor Nominal Unitário – R\$ 1.000,00.</p> <p>Garantia: Fidejussória – Fiança, prestada pela EZ Tec Empreendimentos e Participações S.A. ("Fiadora").</p> <p>Agente Fiduciário: N/A</p> <p>A emissão possui hipóteses de vencimento antecipado padrão para esse tipo de oferta, tais como: (i) inadimplemento de obrigação pecuniária; (ii) pedido de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Companhia, da Fiadora e/ou de suas Controladas Relevantes; (iii) alteração do controle acionário, exceto se o controle se mantiver com um dos atuais controladores da Companhia e/ou da Devedora; e (iv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras que estejam sujeitas a Companhia e/ou da Fiadora e/ou de suas Controladas Relevantes, no mercado local ou internacional, individual ou agregado, superior a R\$ 30.000.000,00.</p> <p>Restrições: De acordo com a Escritura de Emissão, a Companhia deve cumprir os seguintes índices financeiros:</p> <p>(Dívida Líquida + Imóveis a Pagar) / Patrimônio Líquido < 1,20</p> <p>(Recebíveis + Receita a Apropriar + Estoques) / (Dívida Líquida + Imóveis a Pagar + Custos a Apropriar) > 1,50 ou < 0</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

A Securitizadora, na qualidade de debenturista, após orientação da Assembleia Especial de titulares de CRI deverá deliberar acerca de qualquer assunto da Escritura de Emissão, exceto aqueles expressamente já autorizados. Caso (i) a Assembleia Especial de titulares de CRI não seja instalada; ou (ii) ainda que instalada a Assembleia Especial de titulares de CRI, não haja quórum para deliberação da matéria em questão, a Securitizadora, na qualidade de Debenturista, deverá permanecer silente quanto ao exercício do direito em questão, sendo certo que o seu silêncio não será interpretado como negligência em relação aos direitos dos titulares dos CRI, não podendo ser imputada à Securitizadora, na qualidade de Debenturista, qualquer responsabilização decorrente da ausência de manifestação.

Outras características relevantes

Nos termos do Ofício Circular/ Anual-2024-CVM/SEP, o valor informado no campo "saldo devedor em aberto" corresponde ao saldo devedor em aberto na Data de Emissão.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável à Companhia.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

A Companhia informa que os valores mobiliários são negociados na Bolsa de Valores do Brasil "B3" (www.b3.com.br) por intermediação de uma corretora de valores.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável à Companhia.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável à Companhia.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

12.9 Outras informações relevantes

A Companhia informa que esse item não é aplicável.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	Diretor Presidente/Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**DECLARAÇÃO****PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.219.258-76, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 01 de junho de 2026

ADOLPHO LINDENBERG FILHO

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.